



**Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências
Sociais**

Curso de Relações Internacionais

Monografia

VANNESSA ALVES CARNEIRO

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL:

O caso da Ashoka – agentes inovadores do bem estar social

Brasília

2008

VANNESSA ALVES CARNEIRO

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL:

O caso da Ashoka – agentes inovadores do bem estar social

**Monografia apresentada como requisito
parcial para conclusão do curso de
bacharelado em Relações Internacionais do
Centro Universitário de Brasília, UniCEUB.
Orientador: Professor Doutor Renato Zerbini
Ribeiro Leão.**

Brasília

2008

VANNESSA ALVES CARNEIRO

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL:

O caso da Ashoka – agentes inovadores do bem estar social

**Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro Universitário
de Brasília, UniCEUB. Orientador: Professor
Doutor Renato Zerbini Ribeiro Leão.**

Brasília, 3 de dezembro 2008.

Banca Examinadora

Prof. Renato Zerbini Ribeiro Leão
Orientador

Profa. Renata de Melo Rosa
Examinadora

Profa. Aline Maria Thomé Arruda
Examinadora

Dedico o presente trabalho a todos aqueles que acreditaram em si e foram realmente capazes de fazer a diferença. São essas pessoas que fazem do mundo um lugar melhor, inebriando-nos com sua presença e seu exemplo. São elas que fazem das suas intenções uma luz de entusiasmo no universo carregando, assim, a evolução da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Foram inúmeros acontecimentos que me auxiliaram francamente na construção desse estudo e após longa caminhada, olho para trás e percebo o quão gratificante foi minha jornada e que de fato, não a mudaria. Tudo que passei foi-me importante para chegar até aqui.

Muitas pessoas contribuíram diretamente e foram de essencial importância na construção desse meu ideal que aqui está hoje nas mãos dos senhores resumido no presente trabalho de graduação acadêmica. Meu ideal que é compartilhado pela Organização Não Governamental Internacional (ONGI) que discorrerei, a Ashoka, e que é sintetizado em uma simples idéia de que “todo mundo pode mudar o mundo”.

Acredito que todos nós – seres-humanos – somos efetivamente responsáveis e mais, somos genuinamente capazes de construir um mundo melhor, basta-nos desejar, acreditar e realizar. Sabendo sempre que o desenvolvimento desse processo deva ser abarcado por pleno amor, já que com amor a vida segue seu curso certo.

Agradeço, portanto, em primeiro lugar a minha família e aos meus pais que me cultivaram para a vida construindo em mim valores éticos, sólidos e justos que me enobrecem e fazem de mim um indivíduo melhor. Eles que sempre estiveram e estarão ao meu lado, sendo os primeiros a acreditarem nos meus sonhos, me apoiando fielmente em todos os momentos.

As minhas amigas, Ana Paula, Juliana, Larissa, Gabriela e Ludmila pela cumplicidade nos anos universitários. E por fazerem dessa etapa de minha vida muito mais alegre e proveitosa em suas respectivas companhias. Sem dúvida, a faculdade sem elas não seria a mesma.

Ao professor Guilherme Assis de Almeida, pessoa fundamental com quem comecei minha jornada na construção deste estudo, que me auxiliou na escolha do

tema, que me proveu basilar parte do material de apresentação e esclarecimento acerca desse universo tão rico que é o empreendedorismo social.

A professora Renata de Melo Rosa, que foi mais que uma coordenadora, foi uma verdadeira amiga, que sempre permaneceu ao meu lado disposta a me ajudar e a me ouvir.

Agradeço também a Katia Medaglia, da Ashoka Brasil, que conheci na minha visita de pesquisa de campo ao Projeto Lua Nova – que retornarei a falar posteriormente com mais detalhes. Foi-me em particular uma pessoa de importância demasiada pela atenção, acompanhamento e prestabilidade. Pelo auxílio às minhas dúvidas quanto à organização, e por ter-me fornecido substancial parte do material de pesquisa relativo à Ashoka.

E em especial agradeço imensamente ao meu orientador, Renato Zerbini Ribeiro Leão, que acolheu meu tema aceitando o grande desafio de orientar-me em um curto período de tempo. As palavras aqui são poucas para expressar adequada consideração, por tudo o que ele fez, por ter acreditado na minha capacidade, vislumbrado junto a mim a possibilidade de sucesso do presente trabalho, pelo auxílio, pela compreensão e pelos ensinamentos. Por sua competência singular guiando meus passos para a finalização desse projeto, fica aqui registrado o meu ilimitado reconhecimento.

Nossas ações são como flechas propulsadas pelo arco das idéias, que no final mostram sempre suas verdadeiras intenções. Obrigada por darem vazão e estímulo ao meu ideário. A todos meu imenso carinho e gratidão.

You have to give people fish if they're starving, but it's better to teach people to fish. But it's better than either of those two, change the fishing industry – and that's what entrepreneurs do.

Bill Drayton

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade da consciência de si.

Foucault

RESUMO

CARNEIRO, Vannessa Alves. *Empreendedorismo social no âmbito das Relações Internacionais: o caso da Ashoka: agentes inovadores do bem estar social*. Brasília. 2008. 168f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar o empreendedorismo social no âmbito internacional. Para isso, escolhemos perpetrar um estudo de caso acerca da ONGI Ashoka, que é considerada pioneira e promotora do fenômeno do empreendedorismo social no cenário internacional. Com o intuito de comprovar que a Ashoka realmente fomenta eficazmente o tema no cenário internacional, elaboramos breve análise sobre o ambiente internacional com a introdução de conceitos específicos das Relações Internacionais (RI) observando também sua ascendência ontológica e quais os atores que permeiam aquele ambiente. Em seguida, balizados por teorias tais como o funcionalismo, o pluralismo e o construtivismo, afirmaremos a importância dos agentes não-estatais no desenvolvimento da cooperação e do pacifismo internacional; validando, assim, a Ashoka como agente importante do sistema internacional. Na sequência, incitaremos a abordagem da origem do conceito empreendedorismo social, sobre o perfil do empreendedor social, suas disposições, seguidas por exemplos individuais de empreendedores sociais, para finalmente abordarmos a Ashoka como empreendedora social – nas relações internacionais –, promotora do fenômeno no cenário internacional. Concluindo, portanto, que a Ashoka agencia efetivamente o empreendedorismo social no âmbito internacional, por intermédio de programas, projetos, parcerias, apoiadores, financiamento, consultoria e divulgação. Porém, vislumbra-se ainda para o reconhecimento e validação na comunidade internacional da sociedade civil, a nítida necessidade de profissionalização do terceiro setor que só terá seu alcance ampliado sendo considerado, portanto, mais efetivo, por intermédio de mecanismos e instrumentos mais concretos condizentes com as reais ações efetivadas.

Palavras-chave: Ashoka. Empreendedorismo Social. Impacto Social. Missão Social. Sociedade Civil Internacional.

ABSTRACT

CARNEIRO, Vannessa Alves. *Social entrepreneurship in the field of International Relation: the Ashoka case: innovators for the public*. Brasília. 2008. 168p. Monograph. (Graduation in International Relation) – University Centre of Brasília, Brasília, 2008.

This research has the objective of analyzing social entrepreneurship in the international field. So it, we choose make a case study of an International Non Governmental Organizations (INGO) Ashoka, which is considered pioneer and promoter of the social entrepreneurship phenomenon in the international scenario. Willing to prove that Ashoka really foments effectiveness the issue in the international scenario, we prepare a brief analysis about the international environment with the introduction of the specific concepts of International Relations (IR) observing also its ontological ascendancy and which are the involved actors. Thus, regarding by theories as the bureaucracy, pluralism and the constructivism, we will affirm the importance of the non-state agents in the development of cooperation and the international pacifism; thus, validating, the Ashoka as important agent of the international system. After that, we will stir up the approach of the origin of social entrepreneurship concept, of the profile of the social entrepreneur, its disposals, followed by individual examples of social entrepreneurs, to finally approach Ashoka as the social entrepreneur - in the international relations - promoter of the phenomenon in the international scenario. Concluding, therefore, that Ashoka agency effectively the social entrepreneurship in the international scope, through programs, projects, partnerships, supporters, financing, consultancy and advertisement. However, glimpses for the recognition and validation in the international community of the civil society, the clear necessity of professionalization of the third sector that will only have its extended being more effective, through mechanisms and more concrete instruments aligned with real accomplished actions.

Keywords: Ashoka. Social Entrepreneurship. Social Impact. Social Mission. International Civil Society.

LISTA DE SIGLAS

ASCR	Associação Saúde Criança Renascer
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CMN	Companhia Multinacional
CTN	Companhia Transnacional
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
ET	Empresa Transnacional
FT	Força Transnacional
GMM	Geração MudaMundo
OI	Organização Internacional
OIG	Organização Internacional Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONGAT	Organização Não-Governamental de Âmbito Transnacional
ONGI	Organização Não-Governamental Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
RI	Relações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1- A IMPORTÂNCIA DOS NOVOS ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O FORTALECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DOS LAÇOS ENTRE OS POVOS: Compreendendo as Relações Internacionais e seus Agentes	17
1.1 A Origem das Relações Internacionais	18
1.2 Uma Justaposição ao Campo de Estudos das Relações Internacionais	25
1.3 Estado: o ator tradicional das Relações Internacionais	31
1.4 Um Enfoque na Sociedade Civil e sua Transposição a Sociedade Civil Global: os novos atores das Relações Internacionais	40
2- O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO ELEMENTO DE FOMENTO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	54
2.1 Uma Breve Introdução aos Grandes Debates das RI	55
2.1.1 <i>Funcionalismo: a nova concepção liberalista</i>	56
2.1.2 <i>Pluralismo: o fenômeno da Interdependência e Interdependência Complexa</i>	61
2.1.3 <i>Construtivismo e a construção social dos agentes</i>	67
2.2 O Surgimento do Fenômeno Empreendedorismo Social	80
2.3 O Empreendedor Social: o impulsionador de mudanças no cenário internacional	84
2.4 Empreendedorismo Econômico e sua Contraposição: o empreendedorismo social	92
2.4.1 <i>Disposições Diferenciais dos Empreendedores Sociais</i>	98
2.5 Modelos de Empreendedores Sociais	102
2.5.1 <i>Florence Nightingale</i>	105
2.5.2 <i>Vera Cordeiro</i>	108

3- AGENTES INOVADORES DO BEM ESTAR SOCIAL: A Ashoka	113
como empreendedor social nas Relações Internacionais	
3.1 A História da Ashoka	114
3.2 O Trabalho que a Ashoka Realiza	125
3.3 O Empreendedor Social da Ashoka	128
3.4 A Atuação da Ashoka	129
3.4.1 O Investimento da Ashoka no Empreendedorismo Social	131
3.4.2 O Investimento da Ashoka no Empreendedor de Grupo	133
3.4.3 O Investimento da Ashoka no Terceiro Setor	134
3.5 O Processo Seletivo da Ashoka	138
3.6 O Método de Mensurabilidade do Impacto Social da Ashoka	140
3.7 A Ashoka e Seus Parceiros	144
3.8 A Ashoka e o Futuro	148
3.8.1 Iniciativa Jovens Inovadores	149
3.9 A Importância da Ashoka para o Empreendedorismo Social	151
CONCLUSÃO	155
REFERÊNCIAS	160
ANEXO A – Cadastro Nacional da Ashoka como OSCIP	168

INTRODUÇÃO

Apreende-se como essencialidade inicial do presente trabalho, a necessidade basilar da análise conjunta das alocações que ainda serão levantadas por intermédio da breve passagem analítica de um fragmento de Foucault¹, que lançando mão de cordatas palavras captou a singularidade de um fenômeno vital à humanidade, o que há de mais capital na expressão humana, o discurso. Discurso que é percebido como fundamental ao estudo de qualquer ciência social, na verdade, transcendente até da própria ciência, já que é experimentado antes dessa, sendo considerado de natureza intrínseca humana, norteador, assim, da sua própria existência.

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como a transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem a minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma, eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que lhe advém.” Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas replicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação em supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?²

¹ Michel Foucault foi um célebre filósofo francês, “nascido na França em 1926, Michel Foucault foi diretor do Instituto Francês em Hamburgo e do Instituto de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de *Clermont-Ferrand*. Lecionou no *Collège de France*, sobre a História dos Sistemas do Pensamento. [...] Em 1984, ano de sua morte, Michel Foucault era considerado o mais importante pensador da França. Seus estudos sobre a penalidade, a loucura, a sexualidade tiveram impacto decisivo em áreas tão diversas quanto a história, a medicina, a psiquiatria, a crítica literária, a política e a filosofia.” (MOTTA, 2000).

² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 7-8.

Observa-se que na construção do discurso há mecanismos e instrumentos que o delinea e o sustenta mas que simultaneamente, o aprisiona e o poda. O caso é deixar nítido desde o princípio que discursos são, como alega Foucault, controlados e controladores, selecionados e selecionadores e organizados e organizadores, sendo acima de tudo de substância imparcial por carregarem um conteúdo cuja pretensão é a sua própria valorização, onde no momento que o externalizamos já o fazemos de acordo com nossas convicções e perspectivas. E essa é mais uma delas.

É isso que desde o começo nos é dado – essa institucionalização, estruturação e sistematização do discurso –, é nisso em que nós nos adaptamos e por fim, é essa a retórica que reproduzimos. Daí podemos vislumbrar que inseridos dentro desse nosso discurso há uma série de outras construções que o avançam, de forma a delimitá-lo e dissuadi-lo para que enfim, esteja de acordo com as regras, normas e padrões inicialmente e categoricamente já impostos.

No campo das Relações Internacionais (RI) – como em qualquer outro campo de estudo e análise científica – o discurso se aplica e é aplicado da mesma forma, por intermédio da institucionalização sistêmica de padrões que auxiliam e concomitantemente dificultam, de maneira ambígua, o entendimento das próprias relações internacionais. Essa dualidade trazida pelos padrões de aceitação do discurso não apenas o confunde, mas também o afirma como disciplina trazendo, assim, validade e valoração ao seu respectivo campo de estudo.

Decorrente desse aforismo pensamento análogo foi-nos elevado por Rocha³, onde o autor explica-nos que:

Os tipos de problemas que se constroem, as interpretações que se produzem, o vocabulário utilizado para conferir sentido à realidade internacional, tudo isso contribui para constituir o campo de estudo das Relações Internacionais como tal e desempenha papel tão relevante quanto o que se atribui aos fenômenos –

³ Antônio Jorge Ramalho da Rocha é “professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Doutor pela Universidade de São Paulo, é também membro da diretoria do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).” (ROCHA, 2002).

presente na realidade propriamente dita – a que se referem os discursos científicos utilizados pelos analistas das relações internacionais.⁴

Uma outra questão importante e subsequente, é que notamos que para alegar a legitimidade de qualquer discurso a própria instituição no intuito de validá-lo constrói alguns sistemas de exclusão⁵ edificando, assim, sistemas de oposições comumente empregados. Porém:

Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência.⁶

Manifestos, discursos, teses e teorias – abarcando todas suas formas possíveis, tanto orais ou escritas – tudo isso não passa de juízo de valores, maleáveis e dinâmicos. Para incitar ainda mais o caráter flexível das idéias percebemos ainda que os temas dos discursos são sazonais, antevistos e por sua vez precedidos por suas próprias épocas onde no século XVII e XVIII até o século XX, permeava no discurso temas economicistas abarcados por riqueza, pobreza, moeda, produção e comércio, e que atualmente – no século XXI –, o discurso possui outro enfoque monopolizando a globalização, interdependência, direito internacional, direitos humanos, democracia, meio-ambiente, enfim, tudo que congregue os motes que acentuam a busca por cidadania e pela formação de um ser humano cada vez mais consciente.⁷

⁴ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. p. 28.

⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

⁶ Ibidem, p. 13-14.

⁷ Ibidem.

Portanto, nota-se outra questão intimamente conectada ao discurso o fato do mesmo vir a ser vislumbrado, segundo Rocha, como uma “verdade provisória” – mote que será melhor abordado no capítulo 1 –, sendo apenas efetivo e validado enquanto não é refutado por intermédio de questionamentos, onde outras verdades levantadas na observação dos fatos ou nos métodos científicos o descartem.⁸

Devemos, por fim, nos lembrar neste ponto de uma outra perspectiva que alega que um discurso para ser legitimado tem de ser feito por intermédio de pesquisa categórica e empírica devendo, como Weber⁹ afirma, repelir por princípio a produção de juízo de valor privilegiando, assim, a análise mais neutra e tangível possível do objeto de estudo. Onde o observador tem de se manter o mais distante possível do elemento analisado extraindo daí conclusões mais próximas e fidedignas da realidade, já que “[...] *uma ciência empírica não está apta a ensinar a ninguém aquilo que “deve”, mas sim e apenas o que “pode” e, em certas circunstancias, o que “quer” fazer.*”¹⁰

Considerando o caráter intrínseco de revisão do presente trabalho, não pretendemos aqui lançar mão da metodologia científica necessária para legitimar categoricamente o ponto de vista da autora. Tentamos apenas construir, com certa imparcialidade, uma resolução mais próxima possível da realidade em questão permanecendo atento a “[...] *onde e quando acaba de falar o cientista que reflete, e onde e quando começa a exprimir-se o homem dotado de vontade, quando os argumentos se dirigem ao entendimento e quando ao sentimento.*”¹¹

Após percebermos o campo complexo que emerge a retórica, urge a necessidade de lançarmos um breve olhar sob o cenário internacional e o contexto

⁸ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

⁹ Max Weber nasceu em Erfurt, Turíngia, em 21 de abril de 1864. (GERTH; MILLS; WRIGHT, 1982) É considerado “[...] o maior sociólogo alemão de seu tempo e figura chave para a compreensão do atual pensamento sociológico mundial. [...] [deixou sua] tão marcada influência na sociologia, ciência política, história, filosofia, economia, arte, religião e educação. [...] Esse pioneiro da sociologia moderna, cujos livros fazem parte do legado cultural do liberalismo europeu, viveu apenas 56 anos, tendo falecido em 1920.” (GERTH; MILLS; WRIGHT, 1982, capa do livro).

¹⁰ WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Tradução por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. p. 7.

¹¹ Ibidem, p. 13.

social atual – apenas como componente introdutório para melhor entendermos o presente trabalho –, observando como decorrência dessa análise as mudanças sistemáticas ocorridas no contexto internacional nos períodos entre 1917 e 1945, onde ocorre a transformação do cenário internacional passando para uma concepção mais contemporânea.¹²

Portanto, como aferido, percebemos resumidamente – sobre um ponto de vista macro – que a organização e a estrutura do cenário mundial atual são apreendidas como fruto direto da: I e II Guerra Mundial, Guerra Fria e da expansão ideológica das nações vencedoras, que moldaram o cenário internacional e suas relações precipitando e expandido, assim, sua influência e seu modelo cultural inter-fronteiriço. Que por intermédio da ampliação da globalização¹³ – aliada diretamente pela ampliação do volume de capital desregulado, decorrente da queda do sistema de *Bretton Woods* –, expande-se em interações exteriores mostrando-nos um alargamento da complexidade e conectividade do cenário internacional.¹⁴

Percebem-se aqui outros elementos comuns que clarificam e definem a interação internacional, como: “[...] *o domínio global das finanças sobre a produção; a importância do conhecimento; o incremento da tecnologia; a influência das corporações multinacionais; e a erosão do estado nacional.*”¹⁵ Onde:

À luz do estudo teórico das Relações Internacionais e dos parâmetros mesmo da globalização, o mundo atual poderia ser entendido, minimamente, sob as seguintes premissas:

- É necessário entender o contexto global dentro do qual o Estado e outros atores interagem. O Sistema Capitalista Mundial deveria ser o ponto inicial de análise.

¹² LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

¹³ Não pretendemos aqui adentrar no fenômeno da globalização por ser um fenômeno amplo, rico, diverso e questionador, só o citamos para que o leitor perceba sua existência balizando a construção de um panorama complexo e integrado no cenário internacional.

¹⁴ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

¹⁵ LEÃO, op. cit., p. 60–61.

- É importante a análise histórica para compreender o sistema internacional.
- É suposto que a existência de mecanismos particulares de denominação dominante previnem os países em desenvolvimento de desenvolverem-se e contribuir para um desenvolvimento mundial desigual.
- É suposto que os fatores econômicos são essenciais para explicar a evolução e o funcionamento do Sistema Capitalista Mundial e a condição de subordinação dos países em desenvolvimento.¹⁶

Percebemos, portanto, que esse processo inter-relacional é muitas vezes dicotômico considerando que da mesma forma que integra Estados, organizações e indivíduos e fomenta a interconexão supranacional, agencia também a crescente exclusão por intermédio do distanciamento e segregação dos atores aferidos – que não encontram-se próximos ao modelo dominante proferido ampliando realidades díspares mundiais.

Nesse cenário suscitam-se, assim, várias consequências importantes que muitas vezes acabam por alienar e atingir diretamente populações ao redor do mundo como: a “terceiromundização” que é a extensão do modelo de terceiro mundo¹⁷ aos países industrializados e o “executivo internacional” que é instituído por intermédio da coalizão de governos tendentes a unificação.¹⁸

Como afere Leão¹⁹: “[...] em termos macro, na economia, e na sociedade, o processo de globalização ainda está longe de ser compartilhado. Pelo contrário, as

¹⁶ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001. p. 65–66.

¹⁷ Atualmente, utilizamos o termo ‘países em desenvolvimento’ ao invés do termo ‘terceiro mundo’.

¹⁸ CHOMSKY, Noam. *A minoria próspera e a multidão inquieta*. Tradução por Mary Grace Fighiera Perpétuo. 2. ed. Brasília: UNB, 1997.

¹⁹ Renato Zerbini Ribeiro Leão é doutor em Direito Internacional e Relações Internacionais pela *Universidad Autonoma* de Madrid, atualmente é Professor Titular do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – sendo que já foi também Coordenador do mesmo – é Pesquisador Associado da Universidade de Brasília e Consultor Jurídico para o Brasil do Escritório para o Sul da América Latina do ACNUR.

*taxas de desigualdades sociais e econômicas tornam-se cada vez mais aberrantes [...].*²⁰

Elucidando tal tendência, o último relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *World of Work Report 2008: income inequalities in the age of financial globalization*²¹, alarma-nos com a crescente disparidade econômica gerada pela desigualdade de renda afirmando que “na atualidade, em muitos países existe uma percepção generalizada de que a globalização não atua em benefício da maioria da população.”²²

O relatório nos mostra que mesmo com o aumento da produção de empregos desde os anos 90 – mais de 30% –, otimizado pela ampliação da economia mundial, a discrepância entre ricos e pobres também alargou-se – em mais de 70% – entre os 10% de assalariados com renda mais alta e os 10% com a renda mais baixa, sendo que “[...] comparado com períodos anteriores de expansão, os trabalhadores receberam uma cota menor dos frutos do crescimento econômico, uma vez que a participação dos salários na renda nacional diminuiu na grande maioria dos países [...]”.²³

O responsável pelo estudo Raymond Torres, acrescenta que “isto reflete o impacto da globalização financeira e a escassa habilidade das políticas domésticas para melhorar os rendimentos da classe média e dos grupos de baixa renda.”²⁴ Como consequência desse resultado, fomenta-se outros problemas conexos à escassez

²⁰ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001. p. 66.

²¹ O ‘Relatório 2008 sobre o mundo do trabalho: desigualdades de renda na era das finanças globais’ foi publicado dia 16 de outubro de 2008, pelo Centro de Estudos Laborais da OIT em Genebra. É considerado também como o “estudo mais completo sobre a desigualdade de renda em nível mundial realizado até o momento pelo Instituto. O estudo examina o salário e o crescimento em mais de 70 países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2008).

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

financeira como o aumento dos crimes, a menor expectativa de vida, a subnutrição e o aumento do trabalho infantil e da evasão escolar.²⁵

Portanto, observamos que atualmente a proposta vivencial – devido ao fenômeno vinculatorio discutido – é de uma compreensão liberalista de mundo, onde existem duas concepções opostas e extremas: a primeira “liberal conservadora”, onde o Estado atua apenas com interventor da segurança pública propondo todas as outras responsabilidades sociais ao mercado; e a segunda “neo-estativista”, sugerindo o contrário, que todas as funções devem ser recorrentes ao mercado excluindo o paralelo entre Estado e mercado.²⁶ Simultaneamente a essas visões, percebe-se na realidade a emersão e o fortalecimento de um outro fenômeno que sempre existiu, desde o século XVI²⁷, mas que só agora vem se solidificando e expandindo no cenário internacional a filantropia e a solidariedade cívica, causadoras de impactos sociais consideráveis.²⁸

Com a instituição desse cenário qualificado pelo surgimento da necessidade da transposição do papel do Estado na construção social – Estado esse enfraquecido pela emersão dos novos agentes do cenário internacional que explicaremos mais adiante – observa-se sua eminente crise conceitual, mais precisamente caracterizada pela crise do “welfare state”²⁹, onde “[...] analistas investigam e avaliam novos caminhos para o desenvolvimento social, propondo a realocação e a transformação de funções de diferentes atores.”³⁰

²⁵ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. *Relatório sobre o mundo do trabalho 2008*. Brasília, out. 2008. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/relatorio_mundo_trab.php>. Acesso em: 17 out. 2008.

²⁶ COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.

²⁷ EMPREENDEDORES SOCIAIS ASHOKA; MCKINSEY & COMPANY. *Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

²⁸ COELHO, op. cit.

²⁹ Coelho alude o “estado do bem estar social” como sendo a configuração dos “[...] governos centralizados e burocratizados, com política social expressiva e serviços padronizados que têm por meta suprir as necessidades sociais da população.” (COELHO, 2000, p. 29).

³⁰ COELHO, ibidem, p. 30.

Percebe-se daí, a propulsão para o surgimento de um novo setor intitulado por terceiro setor³¹, que detêm como elemento da sua composição originária as associações voluntárias, que sempre estiveram presentes nas comunidades onde tradicionalmente eram ligadas a organizações de fundo religioso ou étnico e que atualmente, abarcam uma ótica de complementaridade social – sanando assim uma lacuna não ocupada devidamente pelo Estado – combatendo a crescente pobreza e exclusão edificada.³²

O termo alegórico terceiro setor foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores estadunidenses na década de 70, expandindo-se na década de 80 a pesquisadores europeus.³³ Tendo a maioria de sua composição formada por organizações sem fins lucrativos de fins coletivos privados que trabalham para fins coletivos públicos, dá-se por isso, sua caracterização conceitual como Organização Não-Governamental (ONG). Mesmo que o termo ONG seja ficcional tendo sua origem provida pela Organização das Nações Unidas (ONU)³⁴, ele expressa genericamente o conjunto de organizações do terceiro setor que são caracterizadas diretamente pelo acordo do seu formato, formalização e finalidade.³⁵

Por intermédio da ampliação da atividade social podemos constatar o nítido alargamento do terceiro setor sendo considerado:

³¹ O terceiro setor diferente do primeiro setor – que é caracterizado pelo setor público e do segundo setor que abarca o setor privado – tem na sua composição a sociedade civil que começou a ganhar enfoque a partir da década de 80, com a onda de democratização mundial. Na realidade, a divisão descritiva dos setores muitas vezes é invertida para alguns teóricos que adotam o primeiro setor como sendo o mercado, e o segundo como sendo o Estado, inclusive a autora Coelho adota o modelo inverso aludindo que, é mais lógico o mercado vir antes do Estado já que foi o primeiro a se constituir historicamente.

³² COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.

³³ Ibidem.

³⁴ Segundo Miguel Darcy de Oliveira o termo ONG foi instituído a partir do “[...] parágrafo 7 da resolução 1296 (XLIV) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) [que abordaremos mais adiante], de 23 de maio de 1968, [onde] as ONG são definidas como “organizações internacionais que não foram criadas pela via de acordos inter-governamentais”. (OLIVEIRA, 1999, p. 19).

³⁵ AMBIENTE BRASIL. *ONG's e OSCIP's: terceiro setor*. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/terceirosetor.html>>. Acesso em: 17 out. 2008.

Segundo pesquisadores da John Hopkins University, dos Estados Unidos, o Terceiro Setor é a oitava força econômica mundial, movimentando 1,1 trilhão de dólares por ano, gerando aproximadamente 10,4 milhões de empregos. O economista Lester Salamon, da mesma universidade, coordenou uma pesquisa em 22 países, incluindo o Brasil, que concluiu que o segmento gira 1,1 trilhão de dólares, empregando 19 milhões de pessoas, excluindo-se os voluntários.³⁶

Observamos também que as causas desse crescimento mundial são providas devido:

[...] a pouca representatividade, a capacidade limitada na execução de tarefas sociais, e a falta de capilaridade por parte de órgãos governamentais, características necessárias à execução de determinadas ações, e tão típicas das modernas ONGs. Além disso, estes órgãos do governo têm dificuldade na manutenção de programas já implementados, e uma morosidade no repasse de recursos que torna certas ações inviáveis. [...] [Onde o] crescimento do Terceiro Setor denota um aumento do compromisso da sociedade com a cidadania, e o produto das organizações da sociedade civil é um ser humano mudado, consciente de suas responsabilidades como cidadão global.³⁷

Em 2005, no Brasil, os investimentos no terceiro setor somaram-se R\$ 4,7 bilhões, o que equivale a 5% do PIB brasileiro, onde 87% das empresas brasileiras elaboram projetos próprios e encaminham respectivamente seus recursos e as 13% restantes doaram seu dinheiro. Sendo que, atualmente, também podemos somar mais de 1,5 milhões de trabalhadores formais atuantes na área.³⁸

A partir desse fortalecimento percebemos a expansão e a ampliação do desempenho das ONG que entravam um maior escopo e atuação ingressando, assim, no cenário internacional. Um outro dado relevante que nos é exposto é que:

³⁶ AMBIENTE BRASIL. *ONG's e OSCIP's: terceiro setor*. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/terceirosetor.html>>. Acesso em: 17 out. 2008.

³⁷ Ibidem.

³⁸ ROSSETTI, Fernando. Crescimento do terceiro setor é tema de palestra. *ORBIS: indicadores de sustentabilidade*, Curitiba, 26 out. 2006. Disponível em: <http://orbis.org.br/noticias/noticia_mostra.php?id=49>. Acesso em: 17 out. 2008.

A taxa de crescimento das ONGs tem sido muito maior do que a de organizações intergovernamentais [...]. Tomando-se o ano de 1900 como ano-base igual a zero, veremos que o crescimento das ONGs internacionais numa escala de 0 a 5 mil, atingiu cerca de 4.500, enquanto o Estado e as organizações intergovernamentais, numa escala de 0 a 500, tiveram um crescimento de pouco menos de 200 e 400, respectivamente.³⁹

Tais ONG quando inseridas no contexto mundial são conceituadas pelo termo Organização Não-Governamental Internacional (ONGI), sendo cingidas pelo intuito de fomentar a crescente participação da sociedade civil a nível internacional onde, *“as ONGs internacionais promovem filiação entre os cidadãos de muitos países, refletindo a idéia de sociedade civil que opera no âmbito global.”*⁴⁰ Nesse contexto, percebemos ainda a importância das ONGI que *“[...] abrem caminho no coração das negociações internacionais e no cotidiano das organizações internacionais, trazendo novas prioridades, demandas por procedimentos que dão voz a grupos extragovernamentais e novos padrões de responsabilidade.”*⁴¹

A partir dessa visão de emersão e solidificação crescente da sociedade civil no cenário internacional, chamamos a atenção para a insurreição de um ator muito específico que promove o crescimento do terceiro setor e auxilia a sociedade como um todo provendo, assim, a solução de problemas sociais, decorrendo muitas vezes até a própria re-configuração sistêmica social, o empreendedor social – que detalharemos melhor ao longo do presente estudo. Para a conceitualização do mesmo no atual momento, basta-nos estarmos cientes de que *“o último guru da administração Peter Drucker [...] define como empreendedor social aqueles que crescem a “capacidade da performance da sociedade.”*⁴² Ou seja, como já aludido no resumo, percebemos o empreendedor social como vetor da sociedade civil impulsionando-a. Atuando assim, da mesma maneira que o empreendedor de negócios o faz, porém abarcando outros objetivos específicos.

³⁹ VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 203.

⁴⁰ Ibidem, p. 203.

⁴¹ Ibidem, p. 206.

⁴² THE rise of the social entrepreneur: whatever he may be. *The Economist*. The business of giving: a survey of wealth and philanthropy, New York, p. 12, 25, Feb. 2006.

Sabe-se que o empreendedorismo social é um fenômeno relativamente novo, sendo seu termo utilizado na literatura a partir da década de 60 e 70, tendo este ganhado propulsão devida somente na década 80 e 90. Uma personalidade importante para a promoção do termo entre 1950 a 1990 foi Michael Young que agenciou o tema, construindo organizações mundiais direcionadas ao empreendedorismo social e escolas para empreendedores sociais na Inglaterra conhecidas como *School Social Entrepreneurship* – Escola de Empreendedorismo Social. Observamos também outros autores que apoiaram e fomentaram a repercussão do tema, tais como: Rosabeth Moss Kanter, Bill Drayton e Charles Leadbeater.⁴³

Percebemos, portanto, que no cenário internacional temos diversas ONGI que promovem o empreendedorismo social, tais como: a *School Social Entrepreneurship*, na Inglaterra; a *Canadian Center Social Entrepreneurship*, no Canadá; a *FOUD SCHWAB*, na Suíça; o *Institute of Social Entrepreneurs*, nos Estados Unidos; a *Echoing Green*, em Nova York; a *Erwing Marion Kauffman Foundation*; o Centro Skoll de Empreendedorismo Social; entre outros.⁴⁴

Devemos também estar atentos visto que cada uma dessas organizações possui variados conceitos e visões sobre o fenômeno do empreendedorismo social. Portanto, para a realização do presente estudo trabalharemos aqui balizados pela base analítica provida por uma organização pioneira na promoção do empreendedorismo social – que será nosso referencial para a elaboração do presente estudo de caso a Ashoka, que incita desde sua inauguração na década de 80 o empreendedorismo social, sendo uma das grandes responsáveis pela elevação internacional do fenômeno.

Portanto, para o presente trabalho utilizaremos a concepção do empreendedor social como legítimo solucionador social, definição esta proposta pelo fundador da

⁴³ NATION MASTER ENCICLOPEDIA. *Social Entrepreneurship*. Sydney, [2008?]. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/encyclopedia/Social-entrepreneurship#_note-0>. Acesso em: 20 out. 2008.

⁴⁴ OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: a atual configuração, perspectivas e desafios: notas introdutórias. *Revista FAE*, Curitiba, v. 7, n. 2, p 9-18, jul.\dez. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

Ashoka, Bill Drayton⁴⁵. Drayton acredita que o empreendedor social é fonte elementar das transformações sociais e serve em primeira instância, como solucionador de problemas sociais condizentes a ambientes específicos, para em seguida, contribuir como verdadeiro provedor de mudanças paradigmáticas.⁴⁶

Como “*num tempo de mudança acelerada, as ONGs são mais rápidas que os governos para responder a demandas e oportunidades*”⁴⁷, a ONGI Ashoka cumpre exatamente esse papel de sanar carências sociais suscitadas atuando em três vertentes basilares: no investimento do empreendedorismo social, no investimento do empreendedorismo de grupo e no investimento do próprio terceiro setor.

A autora do presente trabalho também teve oportunidade de constatar a importância da participação social no auxílio às deficiências governamentais, em uma ocasião que teve a oportunidade de levantar os seguintes questionamentos ao professor Muhammad Yunus⁴⁸:

⁴⁵ “Bill Drayton é um empreendedor social. Como estudante, ele foi ativista dos direitos civis e fundou diversas organizações, variando de Serviços Legislativos de Yale à Mesa Ashoka de Harvard, um interdisciplinar fórum semanal nas Ciências Sociais. Formou-se em Harvard com honra máxima e foi estudar no Colégio Balliol na Universidade de Oxford, onde atingiu seu M.A como primeiro da classe. Ele também em 1970 se graduou na Universidade de Direito de Yale e tem sido professor em duas faculdades, na Faculdade de Direito de Stanford e na Faculdade Kennedy de Governo da Universidade de Harvard. Em 1970 ele começou sua carreira da McKinsey & Company em Nova Iorque. De 1977 a 1981, o sr. Drayton serviu na administração de Carter como Assistente Administrativo da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), onde ele lançou o comércio de emissões de gás (as bases de Kyoto) entre outras reformas. Quando o seu mandato na EPA acabou em 1981, ele retornou a McKinsey trabalhando meio período e lançou a Ashoka o Salve EPA e seu sucessor, o Environmental Safety. Na McKinsey, ele ajudou a companhia desenvolver o designer fiscal e regulatório do trabalho utilizado nas indústrias estratégicas (dando um incrível primeiro passo para a estratégia da companhia). Com o suporte que ele recebeu inesperadamente quando foi eleito a MacArthur Fellow no final de 1984, ele foi capaz de devotar tempo integral à Ashoka. O sr. Drayton é atualmente o presidente e Chefe do Escritório Executivo da Ashoka: Innovators for the Public. Ele também é presidente da Youth Venture, Get América Working!, e da Community Greens.” (DRAYTON, 2006).

⁴⁶ DRAYTON, Bill. In: GONÇALVES, Isabelli et al. Todo mundo pode mudar o mundo. *Viração: mudança atitude e ousadia jovem*, ano 6, n. 43, p. 10-12, jun.\jul. 2008.

⁴⁷ VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: RECORD, 2005. p. 212.

⁴⁸ Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz em 2006, é fundador do Grammen Bank. Yunus, é um empreendedor social devido a sua idéia de que bancos poderiam trabalhar com pessoas pobres, criando assim um novo canal direcionado a populações marginalizadas pelo governo de Bangladesh. Em uma entrevista concedida à revista Brasileiros, Yunus disse que “[...] existe um outro tipo de negócio: aquele para fazer o bem, ou seja, para criar uma empresa sem perdas e sem distribuição de dividendos [...]. Nós emprestamos para geração de renda.” (YUNUS, 2008a, p. 50). Por intermédio de um conceito inovador, como a criação do “Banco dos Pobres”, Yunus, então professor “começou o

Como o senhor é um empreendedor social, o senhor acredita que faz um papel que deveria ser feito inicialmente pelo governo, que deveria atuar na diminuição das desigualdades e problemas sociais? Quando o senhor se percebeu como um empreendedor social? E como trazer esses projetos de sustentabilidade social a nível global?⁴⁹

Obtendo a seguinte resposta:

Eu não me considero um empreendedor social, mas sim um indivíduo que só tenta resolver um problema e beneficiar outros seres humanos. O governo tem que assumir a responsabilidade mas os cidadãos têm que atuar antes do governo, já que o governo é mais lento. Os cidadãos são mais rápidos e criativos para tomar atitudes, e eles têm que mostrar ao governo como o mesmo deve fazer. O governo pode aprender com o povo. [O professor Yunus também falou da necessidade da persistência para a implementação dos modelos instaurados pelos empreendedores sociais a nível global]. Se não obtiver sucesso tente novamente, já que cada indivíduo pode desenvolver idéias com propósitos, interagindo governo e pessoas. Se você descobrir algo que possa lidar com um problema, leve ao mundo todo. Se essa solução não vier de mim, vem de um outro. Basicamente, é minha função como ser humano, e quando você cria um modelo que funciona e as pessoas vêem que funciona, ele vai ser implementado e copiado, e as pessoas vão ver e fazer igual.⁵⁰

E é na constituição deste cenário que construiremos o objeto de pesquisa, cuja proposta só tem significado decorrente da afinidade pelo tema e do tempo empregado para validação ou refutação do objeto de estudo pela autora. Tendo claro que:

Quando alguém se propõe a apresentar um estudo ou uma opinião à comunidade científica, sua contribuição geralmente vem acompanhada de algum tempo dedicado à pesquisa e ao aprofundamento da questão abordada,

Grammen Bank emprestando US\$ 27 a 42 pessoas em 1976. Hoje, o Grammen é um exemplo na área de microcrédito: 7,5 milhões de pessoas são beneficiados com cerca de US\$ 6 bilhões de empréstimos e 97% delas são mulheres.” (YUNUS, 2008a, p. 49).

⁴⁹ Perguntas levantadas pela autora do presente trabalho no espaço para questionamentos do I Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade, que ocorreu em Brasília, nos dias 11 e 12 de junho de 2008.

⁵⁰ YUNUS, Muhammad. [Muhammad Yunus]. In: FÓRUM INTERNACIONAL DA COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 1, 2008. *Comunicação pessoal*. Brasília: Atitude Brasil, 2008.

seja por aproximação ao tema, ou até mesmo, pelo simples gosto de entranhar-se intelectualmente naquele determinado assunto.⁵¹

Assim, no intuito de finalizarmos a introdução, circunscreveremos os pontos básicos necessários para a construção da pesquisa de modo a melhor delimita-los ao leitor.

Compondo, portanto, como proposta do **objetivo da pesquisa** a exposição da ONGI Ashoka como ator relevante no cenário internacional, devido sua característica fomentadora do fenômeno do empreendedorismo social proeminente e fundamental ao âmbito internacional, onde tal elemento surge como ferramenta facilitadora de objetivos cooperativistas e pacifistas. Sendo a **pergunta de pesquisa** essa: Se o trabalho da Ashoka é ou não é eficaz na fomentação do empreendedorismo social no âmbito internacional?

A **metodologia utilizada** foi acareada pela metodologia compilatória descritiva utilizando a técnica de pesquisa de análise bibliográfica, balizado também pelos modelos de interpretação da realidade das Teorias das Relações Internacionais (TRI), tais como a funcionalista, pluralista e construtivista. Foram utilizadas também inúmeras e variadas fontes de diversas áreas do conhecimento para o desenvolvimento da pesquisa e validação da conclusão do presente estudo.

Por fim, na **estrutura do trabalho** segue-se brevemente um resumo cujo escopo é sintetizar as páginas e capítulos subseqüentes: No capítulo 1, abordaremos o campo conceitual, epistemológico e ontológico das RI e seus agentes, no intuito de elevarmos ao leitor a essencialidade dos novos atores que estão inseridos e colaboram de maneira dessemelhante ao Estado, na fomentação e cooperação da integração internacional; no capítulo 2, relacionamos as RI e o empreendedorismo social por intermédio de diferentes TRI e analisamos detalhadamente o fenômeno do empreendedorismo social; por fim, no capítulo 3, introduzimos o nosso estudo de caso

⁵¹ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001. p. 64.

da ONGI Ashoka visando apreender assim o objetivo e o escopo da pesquisa – já citado.

Atualmente, somos bombardeados diariamente com locuções que se utilizam do mote “social”, sendo o empreendedorismo social percebido como mais um desses conceitos emergentes e dicotômicos. Onde todos o utilizam sem saber seu real significado, basta ter uma vaga idéia do que possa ser o conceito de empreendedor social que as pessoas aferem-no referindo-se a existência de inúmeros empreendedores sociais ou projetos que possam construir para a edificação de tais pessoas.

O problema é que utilizando conceitos esporádicos e vazios, a sociedade acaba se perdendo em um levante infundado de variados significados acobertando assim o reto conceito do empreendedorismo social. O pior não é a ocorrência da perda do campo de visão conceitual do que venha ser tal fenômeno, mas sim a própria desordenação do tema que dificulta – e até muitas vezes inviabiliza – o debate delimitado e sólido sobre o assunto.

Podemos alegar aqui que a presente pesquisa faz-se relevante considerando que busca contribuir diretamente na elucidação desse debate basilar à sociedade – do empreendedorismo social nas RI –, onde percebemos existir certo descaso com a questão, por intermédio do pouco e muitas vezes tortuoso material bibliográfico encontrado e até mesmo devido a própria carência do interesse do debate do tema nas RI, comentado a pouco.

Percebe-se, portanto, a necessidade de esclarecimento do empreendedorismo social ao leitor, por intermédio da importância da elucidação do fenômeno e da explicação da construção e do desenvolvimento de uma importante organização internacional que faz a manutenção do conceito. Tentando assim contribuir com a compilação dos dados críticos necessários à elucidação do mote que por fim, nos eleva a reta compreensão e validação necessária.

1 A IMPORTÂNCIA DOS NOVOS ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O FORTALECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DOS LAÇOS ENTRE OS POVOS:

Compreendendo as Relações Internacionais e seus Agentes

Faz-se necessário nesse primeiro capítulo propiciar ao leitor, o mínimo de instrumentos possíveis para o desenvolvimento de uma ponderada análise do presente tema: **Empreendedorismo social no âmbito das Relações Internacionais: o caso da Ashoka – agentes inovadores do bem estar social**. Vislumbrando-se, portanto, a essencialidade da captação, mesmo que epítome, do cenário internacional atual.

Diante de um cenário abstruso que de fato é característica alegórica do cenário internacional sendo diferenciado por conceitos não menos peculiares, nota-se a importância de discutir apreciações basilares de caráter introdutório, tais como: a procedência das relações internacionais caracterizada inicialmente como relações inter-territoriais e das RI como campo de estudo acadêmico; e da metodologia, epistemologia e ontologia empregadas para a aproximação das fases transcorridas do discurso debatidas pelas TRI.

Discorreremos também acerca de outro mote de essencial importância, sobre os agentes internacionais⁵², tradicionais e modernos, conceituando-os e delimitando-os até chegar no principal enfoque do capítulo, a instituição da sociedade civil, erigindo posteriormente sua ampliação a nível internacional por intermédio da transposição fomentada pelas ONGI.

⁵² Utilizaremos aqui o mesmo sentido de agentes internacionais utilizados por Rocha, onde o autor alude-os como sendo aqueles que agem e atuam no cenário internacional. (ROCHA, 2002).

1.1 A Origem das Relações Internacionais

O estudo das RI referindo-se ao “[...] conjunto de fenômenos os quais buscamos compreender através de atividade intelectual coletiva, a que denominamos, em sentido amplo, científica”⁵³, oriunda-se como reação aos eventos ocorridos no começo do século XX, particularmente, surge com a Primeira Guerra Mundial na tentativa de compreender e teorizar o fenômeno que abarca a inter-relação estatal.⁵⁴

Não obstante a essa realidade complexa e dual acerca das relações internacionais, a partir dos debates que permeiam o cenário internacional iniciam-se formulações teóricas no campo de estudos das RI – tornando-se posteriormente objeto específico de estudo da TRI – que procuram descrever os fundamentos políticos desse complexo sistema de relações e sua estrutura organizacional, na tentativa de entendimento e explicação da “política internacional”⁵⁵.⁵⁶

A apreciação da atuação do conceito de relações internacionais é recente. Na Idade Média “[...] não havia identidade política (Estado) exercendo autoridade suprema sobre o território e detentores do monopólio sobre assuntos de guerra, o exercício da diplomacia e a celebração de tratados”⁵⁷, portanto, as relações internacionais e a política internacional eram produzidas por outros agentes diferentes dos que conhecemos hoje – agentes estes que discorreremos melhor no capítulo 2.

[...] para o observador casual, as relações entre imperadores, papas, reis arcebispos, duques, bispos, barões, cidades, universidades, guildas e cavaleiros andantes podem aparentar ser relações internacionais. [...] Contudo, seria errôneo supor que essas relações eram internacionais no sentido

⁵³ JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais: inspirações sociológicas e contribuições da abordagem do construtivismo*. Brasília. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. p.4.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ A política internacional é considerada por Castro como o conjunto de práticas pelas quais os agentes do cenário internacional se relacionam. (CASTRO, 2005).

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Ibidem, p. 103-104.

moderno da palavra, pois elas não ocorriam entre Estados soberanos territoriais, mas, sim, entre pessoas e corporações.⁵⁸

Percebe-se assim, que tais relações internacionais não eram estruturadas e submetidas a uma hierarquização refreada, não havendo, portanto, uma política internacional efetiva. A composição e o relacionamento do sistema internacional como é dado na atualidade somente foi concebido e consolidado mundialmente a partir da Paz de Westphalia⁵⁹, que delimitou uma nova dinâmica internacional.

De fato, foi com a celebração da Paz de Westphalia, em 1648, que se consolidou a tendência, iniciada desde os séculos XII e XIII na Europa, de “territorialização” da política. Foi com a Paz de Westphalia que se cristalizou o sistema de Estados territoriais, ou “ordem westphaliana”. Tal ordem é constituída pelas relações estabelecidas entre Estados territoriais soberanos, isto é, entre organizações políticas, cada qual com autoridade suprema sobre o território. [...] A política – que até então se estruturava por outros meios essencialmente independentes do território, tais como laços de sangue e comunhão de valores religiosos – passa a estar determinada pelo território, e portanto, institucionalizada de forma a ser possível distinguir entre a política “interna” (ao território), regida pelas leis e pelos princípios religiosos autonomamente adotados pelo príncipe local, e a anarquia “externa”, vigente nas relações entre os Estados.⁶⁰

A partir da concepção e do fortalecimento do conceito de “Estados territoriais” é suscitada uma transformação sistêmica decorrente das “[...] *dinâmicas políticas e econômicas estabelecidas entre grupos sociais na Europa a partir do renascimento do comércio no século XI e da competição política e econômica [...]*.”⁶¹ Observamos também que com o aparecimento dessa nova configuração institucional, o tradicional

⁵⁸ HOZLGREFE apud CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 103.

⁵⁹ “A Paz de Westphalia foi um tratado de paz negociado nas cidades alemãs de Munster e Osnabruck, localizadas na região alemã de Westphalia. Esse tratado pôs o fim à Guerra dos Trinta Anos, entre católicos e protestantes, encerrando o ciclo de guerras religiosas na Europa. A Paz de Westphalia deu autonomia política a territórios antes sujeitos à autoridade do Sacro Império Romano-Germânico, esvaziando o poder do imperador. Formalmente, o Sacro Império desapareceu, em 1806, com a abdicação do último imperador, Franz II.” (CASTRO, 2005, p.102).

⁶⁰ Ibidem, p. 102.

⁶¹ Ibidem, p. 104.

direito das gentes - *jus gentium*⁶² - “[...] que se refere às relações políticas entre pessoas de comunidade distintas”⁶³ é transpassado transformando-se em direito internacional.⁶⁴

Entretanto, mesmo com essa modificação cujo intuito era a compreensão do novo formato instituído, nota-se que o papel antes desempenhado pelo direito das gentes não foi alterado já que seu posterior o direito internacional, que era constituído ainda do mesmo caráter universalista do último. Caráter universalista esse concebido devido ao seu cunho religioso provido por sua genealogia advinda do Sacro Império e da Igreja Católica Romana tendo seu declínio apenas por intermédio do famoso tratado de *Jure Belli ac Pacis*⁶⁵ (1625) e do reconhecimento das doutrinas positivistas pelo direito internacional.⁶⁶

Portanto, vislumbra-se que a partir de algumas características defendidas pela “ordem westphaliana” as bases do sistema internacional moderno são concebidas, tais como:

1. O mundo consiste de, e é dividido em, Estados soberanos que não reconhecem nenhuma autoridade superior.
2. O processo de elaboração de normas, a negociação de acordos e a manutenção da ordem permanecem em grande parte a cargo dos Estados.
3. O direito internacional serve ao estabelecimento de regras mínimas de convívio; a criação de relações duradouras entre Estados e povos é um fim, mas apenas na medida em que permitem a satisfação de objetivos políticos nacionais.

⁶² “Assim, em 242 a.C., foi instituído o *praetor peregrinus* para cuidar das disputas entre estrangeiros e entre estes e cidadãos romanos. Em sua atuação, o *praetor peregrinus* mistura partes do direito romano com normas estrangeiras (especialmente gregas), tudo sendo perpassado de princípios de equidade. Isto ficou conhecido como *jus gentium* ou direito das gentes.” (CASTRO, 2005, p.105).

⁶³ Ibidem. p. 105.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Tal tratado instituído pelo jurista holandês Hugo Grotius expressava “[...] a sociabilidade humana, e não mais ao desígnio divino, a existência das obrigações correspondentes ao direito natural.” (CASTRO, 2005, p.108).

⁶⁶ Ibidem.

4. A responsabilidade por ilícitos transfronteiriços é um “assunto privado”, que diz respeito apenas às partes afetadas.
5. Todos os estados são considerados como iguais perante a lei: regras jurídicas não levam em consideração assimetrias de poder.
6. As diferenças entre Estados são afinal resolvidas pela força; o princípio do poder eficaz é válido. Praticamente não há limitações legais para conter o recurso ao uso da força; os parâmetros do direito internacional oferecem proteção mínima.
7. A minimização de impedimento à liberdade dos Estados é uma prioridade “coletiva”.⁶⁷

Baseados nas características expostas percebemos que o modelo de Westphalia não discorre pontualmente acerca das obrigações mútuas entre Estados desviando, assim, da própria política internacional – consequência essa natural, considerando que o mesmo não delimita nem a prática da política doméstica que o Estado deve perpetrar. Estabelece-se, portanto, um cenário internacional anárquico onde existe a confrontação de interesses soberanos, visto que tais soberanos não reconhecem nenhuma ordem exterior.

No intuito de sanar essa disposição anárquica do cenário internacional – fruto direto da evasão das regras internacionais – alguns juristas⁶⁸ procuravam estabelecer normas de conduta aos Estados baseadas no direito natural. Observamos aqui, um ponto muito importante na história do cenário internacional onde por um breve período o cenário político internacional foi defrontado por uma nova concepção sistêmica, balizada por uma política de fundo ideológico. Erige-se daí, propostas adjacentes aclamadas como “projetos de paz perpétua”⁶⁹, onde seriam construídos mecanismos e estruturas abarcando o sistema mundial – por intermédio do estabelecimento de um

⁶⁷ HELD apud CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 108-109.

⁶⁸ Tais como: Antônio Augusto Cançado Trindade em seu livro: *Direito das Organizações Internacionais*, (TRINDADE, 2002), e José Antonio Pastor Ridruejo em seu livro: *Curso de Derecho Internacional Público y Organizaciones Internacionales*, (RIDRUEJO, 1996).

⁶⁹ “Entre os projetos mais conhecidos estão o do *abbé de Saint-Pierre* (1658-1734) e o de Immanuel Kant (1724-1804). Em tais projetos e nos debates que eles suscitaram, começam a focalizar-se, ainda que de modo especulativo, as relações entre os tipos de governo internos aos Estados (por exemplo, a república, por oposição à monarquia absoluta) e a paz mundial.” (CASTRO, 2005, p.109).

organismo detentor de uma força supranacional que convergeria os interesses internacionais e\ou fomentação da cooperação internacional, no intuito de se atingir o pacifismo no cenário internacional.⁷⁰

Contudo, tal política incitada foi rapidamente modificada devido ao cenário político e econômico da época – final do século XVIII e início do século XIX – estar fomentado por revoluções, guerras e crises onde a “[...] interação com as lutas em prol da democracia acabou esvaziando a política desse conteúdo ideológico, substituindo-o pelo pragmatismo diplomático articulando por intermédio do direito internacional positivo.”⁷¹ Retoma-se assim, os tradicionais métodos de relações entre Estados – cuja essência evoca as premissas do modelo westphaliano – resultando daí a constituição do “Concerto Europeu”^{72 73}.

Do ponto de vista político, o “concerto europeu” foi uma expressão do fenômeno chamado “equilíbrio de poder” (ou “balança de poder”), que pressupunha a “igualdade” entre Estados cooperando sob o direito internacional. Contudo, na realidade, o “equilíbrio de poder” do concerto europeu, sustentava um programa selvagem de exploração colonial e formação de alianças secretas e acirradas rivalidades, num complexo jogo de interesses políticos e econômicos, frequentemente destrutivo das sociedades colonizadas e instigador de tensões políticas entre os países europeus.⁷⁴

Posteriormente, incitado pelo próprio cenário internacional – onde percebia-se o crescimento democrático e a expansão e fortalecimento da opinião pública – os Estados Unidos saem de sua política isolacionista e entram na Primeira Guerra Mundial como verdadeiros defensores mundiais, com o argumento de que “a atual guerra

⁷⁰ CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

⁷¹ Ibidem, p. 110.

⁷² “O concerto europeu foi o conjunto de práticas diplomáticas, instrumentalizadas pelo direito internacional de orientação positivista, que pela primeira vez expressava o modelo westphaliano. Esse conjunto de práticas era governado por um consenso das elites aristocráticas européias, em cujas mãos haviam permanecido os assuntos de política internacional, e portanto, as decisões sobre os objetivos e oportunidades do uso da capacidade militar e diplomática das grandes potências.” (CASTRO, 2005, p.109).

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Ibidem, p. 111.

*submarina alemã contra o comércio é uma guerra contra a humanidade*⁷⁵ e ao termino da mesma, o então presidente americano Woodrow Wilson estabelece – a partir de uma visão moralista e idealista do direito internacional – seus “catorze pontos”⁷⁶, instituindo um plano para a manutenção da paz construído para influenciar a prática da política internacional mundial.⁷⁷

Para coordenar, conglomerar e convergir os interesses dos Estados frente ao abstruso cenário pós-guerra, Wilson propôs a criação de um órgão regulador internacional que por intermédio de um poder central asseguraria o pacifismo no ambiente internacional estabelecendo a “Liga das Nações”⁷⁸ como a primeira tentativa concreta de mudar o modelo westphaliano.⁷⁹

Do ponto de vista ideológico, o liberalismo democrático e idealista wilsoniano contrastava com a visão leninista da política internacional, marcada por sua denúncia do imperialismo capitalista, por sua ênfase no internacionalismo proletário e por seu desiderato de uma revolução socialista internacional. [...] Entre esses dois pólos posicionavam-se diversos autores como Woolf, Zimmern, Angell e Mitrany – que acabaram sendo rotulados de “idealistas” – impressionados com as transições sociais oriundas do rápido progresso industrial e convictos da necessidade da cooperação internacional mediante instituições supranacionais.⁸⁰

⁷⁵ CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 112.

⁷⁶ Os quatorze pontos eram respectivamente: “1. Eliminação da diplomacia secreta em favor de acordos públicos; 2. Liberdade nos mares; 3. Abolição das barreiras econômicas entre os países; 4. Redução dos armamentos nacionais; 5. Redefinição da política colonialista, levando em consideração o interesse dos povos colonizados; 6. Retirada dos exércitos de ocupação da Rússia; 7. Restauração da independência da Bélgica; 8. Restituição da Alsácia e Lorena à França; 9. Reformulação das fronteiras italianas; 10. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria; 11. Restauração da Romênia, da Sérvia e do Montenegro e direito de acesso ao mar para a Sérvia; 12. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo do povo da Turquia e abertura permanente dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo; 13. Independência da Polônia; 14. Criação da Liga das Nações.” (MAURÍCIO, 2007).

⁷⁷ CASTRO, op. cit.

⁷⁸ Que perdurou entre 1920 a 1946.

⁷⁹ CASTRO, op. cit.

⁸⁰ Ibidem, p. 114.

Entretanto, a Liga das Nações veio a declínio com o deflagre da Segunda Guerra Mundial, em 1939. “Foi nesse momento que veio a lume o livro *The twenty years crisis, 1919-1939*, de Edward Carr. Esta obra tornou-se a referência que emblematiza o começo do estudo científico das *Relações Internacionais* [...]”^{81,82} Carr, em seu livro, defendia uma nova concepção de realidade – a realista – alegando que “o utópico torna a teoria política uma norma que a prática política tem de ajustar-se. O realista vê a teoria política como um tipo de codificação da prática política.”⁸³

Precipita-se assim, o estudo das relações internacionais a partir de um campo teórico transpondo-se a RI. Eleva-se a arena internacional no início da tentativa de compreensão do cenário internacional, onde incitam-se os primeiros debates da área – que discorreremos melhor no capítulo 2. Em seguida, avilta-se tal tendência analítica após a Segunda Guerra Mundial e a bipolarização do cenário internacional, entre Estados socialistas e capitalistas, remodelando até mesmo o conceito de equilíbrio de poder transformando em equilíbrio de terror – visto a fragilidade da ordem internacional.⁸⁴

Pela primeira vez, a humanidade encarava o risco da sua própria extinção ou, ao menos, da possibilidade de chegar muito próximo a isso [...] Mais que nunca, era preciso produzir conhecimento sobre os fenômenos que caracterizavam a interação de governos e outros agentes através das fronteiras nacionais [...].⁸⁵

⁸¹ CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 114.

⁸² Edward Hallett Carr é considerado um dos grandes teóricos das RI. Nasceu em Londres, em 1892 e faleceu em Cambridge, em 1982. Foi historiador, acadêmico – onde um de seus marcos foi lecionar na Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional, na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales –, jornalista, sendo editor adjunto do *The times* e integrante da carreira diplomática ocupando vários postos diplomáticos, participando também de vários eventos inclusive da Conferência de Paz de Versailles. Foi também especialista em temas sobre: a política internacional inglesa, a história da União Soviética e a história dos líderes revolucionários contemporâneos. Suas principais obras foram: *The Romantic Exiles* (1933), *Michael Bakunin* (1937), *The Twenty Year Crisis* (1939), *Studies in Revolution* (1950), *A History of Soviet Russia* (1950-1978), *What is History?* (1961), e *From Napoleon to Stalin* (1980). (CARR, 2001).

⁸³ Ibidem, p. 18.

⁸⁴ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

⁸⁵ Ibidem, p. 26.

As RI a partir desse contexto, resume-se na busca do entendimento dos sistemas internacionais por intermédio da construção e arquétipo de modelos capazes de compreender e antever as ações dos agentes que permeiam o cenário internacional. Onde *“[...] todos tinham presente a necessidade de melhor conhecer os processos dinâmicos que, [...] passaram a ser denominados relações internacionais, visto que a interdependência, claramente, tenderia a aprofundar-se.”*⁸⁶

1.2 Uma Justaposição ao Campo de Estudos das Relações Internacionais

Definir o campo de estudo das RI presume-se, inicialmente, colocar limites no mesmo fazendo-se necessário por conseguinte o uso da disciplina intelectual para sua resolução, no intuito de erigir a partir de reconstruções intelectuais formas de interpretações da própria realidade.⁸⁷

A exemplo de outros campos do conhecimento, o das Relações Internacionais refere-se a um determinado conjunto de agentes, instituições e processos específicos. Possui, portanto, uma ontologia própria, ou seja, um conjunto de fenômenos que, embora possa produzir consequências sobre as vidas econômica, política, social ou existencial de uma ou mais sociedades, constitui o objeto de estudo daqueles que se interessam por relações internacionais.⁸⁸

Nota-se que, além da atribuição de significados específicos aos objetos de estudo há a menção dos mesmos em sua condição de significados que consequentemente são produzidos devido à realidade internacional complexa.⁸⁹ Improvisando, portanto, o campo das RI como *“[...] um campo de estudo bem definido e*

⁸⁶ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. p. 25.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem, p. 28.

⁸⁹ Ibidem.

*já consolidado, constituído por conceitos e sistemas teóricos próprios, em que se observam, ademais, sofisticadas e consistentes discussões epistemológicas e metodológicas.”*⁹⁰

Alude-se, portanto, desde o princípio do estudo ao fato de que é percebido um **pluralismo teórico** no campo das RI, estimulado por debates e diálogos científicos que promovem a edificação de conceitos necessários para a compreensão e produção do conhecimento acerca do cenário internacional. Tais debates são, em sua maioria, investidos de métodos e análises próprias à crítica de raciocínio científico, onde se espera reflexões orientadas por discursos teóricos interpretativos, porém, ungidos de certa natureza científica. Daí, podemos elevar que quando temos o confronto entre discursos teóricos produzidos por métodos distintos o diálogo entre debates só poderá acontecer no plano metateórico.⁹¹

Aconselha-se que, deve-se entender e refletir bem acerca do conceito relativo a metateoria – conceito este que engloba a teoria e a realidade – que deve ser analisado adiante com merecida precisão, tendo em vista que será novamente abordado no capítulo 2 quando discursaremos sobre o debate teórico construtivista nas RI.

Mesmo sabendo que as RI seja a mais jovem das ramificações das ciências sociais⁹² e que, portanto, congregue muitas características pátrias da mesma, a evolução dos discursos teóricos diferencia-se de todas as presentes ciências por trazer ontologia própria, na medida em que organizam-se conceitos úteis afim de tornar tais alocações acessíveis.⁹³

*“[...] o mundo em que vivemos não se encontra organizado em categorias. O contexto das relações internacionais apresenta-se em um **continuum**, rico em*

⁹⁰ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. p. 29.

⁹¹ Ibidem.

⁹² JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais: inspirações sociológicas e contribuições da abordagem do construtivismo*. Brasília. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. p.16.

⁹³ ROCHA, op. cit.

*complexidades e contradições [...].*⁹⁴ Para a compreensão e o devido estudo desse cenário far-se-á a necessidade de reordenação e estruturação do sistema agrupando, portanto, os agentes internacionais em categorias específicas, afim de improvisar uma necessária reflexão sistemática para o desenvolvimento de um “produto reflexivo” que, no caso, seria o que chamamos de “teoria”⁹⁵.

Tais teorias construídas a partir dessa reflexão da realidade improvisam, portanto, um nível discursivo mais complexo devido a cardeal necessidade de se observar que são constituídas por dimensões cognitivas⁹⁶, onde “[...] *os indivíduos não agem com base na realidade propriamente dita, mas de acordo com as percepções que têm dela.*”⁹⁷ Para afiançar e estender tal pensamento, podemos nos utilizar aqui da perspectiva durkheimiana, que percebe-nos como elementos corrompidos pelo meio externo onde também o meio externo é corrompido por esses mesmos elementos, seguindo assim uma visão construtivistas da realidade – que abordaremos no próximo capítulo – onde: *“vítimas de uma ilusão, acreditamos ser produto de nossa própria elaboração aquilo que nos é imposto do exterior. Contudo, a indulgência com que nos deixamos levar, se mascara a pressão sofrida, não a anula.”*⁹⁸

Um ponto fundamental que deve ser incitado é de que como tais teorias improvisadas no campo de estudos das RI são ungidas de capacidade cognitiva limitada devido ao fato de poder ter seus significados interpretados de maneiras distintas – mesmo sendo tomadas como importantes para a compreensão do cenário internacional –, deve-se sempre estar cauteloso pelo fato das mesmas serem edificadas por intermédio das percepções dos agentes que condicionam comportamentos e consequentemente, elas próprias. Devendo ser consideradas, portanto, como instáveis e imperfeitas surgindo daí o imperativo das mesmas serem constantemente revisadas –

⁹⁴ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. p. 39.

⁹⁵ Conceituando, portanto, o que Rocha frisa: “teorias são construções intelectuais da realidade”. (ROCHA, 2002, p. 40).

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem, p. 71.

⁹⁸ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1975. p. 4.

devendo ser como Popper⁹⁹ alude – atestadas pelo critério da “falseabilidade”¹⁰⁰ afim de refutar ou aplicar o conhecimento produzido.¹⁰¹

[...] registram-se divergências sobre o modo e a extensão em que essas estruturas intangíveis contribuem para determinar a evolução dos processos internacionais. Não se trata, pois, de uma opinião assentada entre especialistas; logo, este conhecimento ainda não pode ser considerado estável.¹⁰²

Existem, entretanto, múltiplos métodos para relacionar os fenômenos que utilizamos na realidade às idéias que temos desses fenômenos formando assim os discursos teóricos. Tais métodos para tornarem-se aceitos e validados devem ser abarcados por conceitos utilizados pelos teóricos das TRI devendo ser discutidos sob viés metodológico e epistemológico vigente ungidos, portanto, de rigor e precisão que permitem a confrontação com outros diálogos especializados.¹⁰³

Os métodos mais frequentemente utilizados, que devem ser seguidos por intermédio da observação da realidade, podem ser dados por intermédio das seguintes implicações: a primeira implicação eleva-nos a “[...] *identificar semelhanças e diferenças entre eventos específicos na realidade, estabelecendo, sucessivamente, condições necessárias e condições suficientes para a ocorrência de determinados fatos, como*

⁹⁹ “**Karl Raimund Popper** nasceu em Viena, em 28 de julho de 1902. Filósofo, lógico e epistemológico, este pensador influenciara fortemente a filosofia de nosso século, sobretudo a anglo-saxônica. Partidário de um “racionalismo crítico” que admite neutralidade ideológica da ciência, foi por isso criticado. Principais obras: **A lógica da pesquisa científica** (Cultrix), **A sociedade aberta e seus inimigos** (Itatiaia) e **A miséria do historicismo** (Cultrix).” (POPPER; ECCLES, 1995, orelha do livro, grifo do autor).

¹⁰⁰ “A outros discursos cujas explicações dos fenômenos reiteradamente conflitam com as observações sobre a realidade, aplica-se o conceito de falseabilidade que Popper tornou conhecido, ao qual faz referência o próprio Peirce. Aqui, sim, manifesta-se o estatuto científico da negação: demonstra-se a falsidade do discurso [...]” (ROCHA, 2002, p. 53).

¹⁰¹ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

¹⁰² Ibidem, p. 45-46.

¹⁰³ MILL apud ROCHA, ibidem, p. 81.

defende Mill.^{104,105}; a segunda implicação baseia-se “a partir da assunção de premissas, combinada com o estabelecimento de uma hipótese explicativa dos fenômenos observados e com a dedução lógica de conclusões [...]”¹⁰⁶; e a terceira implicação é instituída a partir do processo de abdução de Peirce¹⁰⁷ que é balizada por intermédio de “[...] sucessivas interrogações a respeito da plausibilidade das inferências que fazemos a respeito não dos fenômenos em si, mas da implicações práticas das possíveis concepções [que temos] dos objetos e fenômenos da realidade.”¹⁰⁸

A evolução do pensamento teórico [...] engendrou reflexões sobre o alcance interpretativo de cada um dos discursos teóricos utilizados pelos analistas das relações internacionais. O resultado disso foi o surgimento neste campo de estudo, de debates metateóricos que serviram, e ainda servem, para construir não somente a disciplina acadêmica, mas também, em alguma medida, a própria realidade internacional. [...] **Nesse caso, os próprios discursos teóricos utilizados pelos analistas das relações internacionais tornam-se objetos de estudo**, passando a desempenhar papel distinto do que habitualmente desempenham, a saber, a condição de instrumentos, ou meios, com os quais se pode produzir conhecimento sobre a vida real.¹⁰⁹

Nesse cenário de construção e validação do discurso existem também diferentes graus de abstração dos diálogos de produção de conhecimento, que permeiam as reflexões teóricas relevantes no campo de estudo das RI. Podemos citá-los como: a

¹⁰⁴ “John Stuart Mill nasceu em 20 de maio de 1806, em Londres. [...] Morreu em 1873, em Avignon. Publicou inúmeros livros entre os quais *Princípios de economia política* (1848), *Da liberdade* (1859), *Considerações sobre o governo representativo* (1861) e *A sujeição da mulher* (1869). Os *Capítulos sobre o socialismo* foram publicados postumamente, em 1879, assim como sua *Autobiografia* (1873).” (MILL, 2001, orelha do livro).

¹⁰⁵ MILL apud ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002. p. 81.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 81.

¹⁰⁷ “Charles Sanders Peirce, nascido a 10 de setembro de 1839, em Cambridge (Massachusetts) e falecido a 19 de abril de 1914, em Milford (Pennsylvania), é considerado um dos principais nomes da filosofia americana. [...] contribuiu significativamente para a abertura de novos caminhos ao questionar filosófico. Estudioso disciplinado, estudou com muito cuidado tudo o que se julgava importante nos métodos de investigação. Dedicou especial atenção às ciências exatas, [...]. Exerceu grande influência sobre a formulação teórica do pragmatismo e da lógica clássica. [...] [nos] trabalhos sobre a lógica dos relativos, a teoria dos signos, o método científico, probabilidade e indução e lógica da matemática [entre outros].” (PIRES, [2008?]).

¹⁰⁸ ROCHA, op. cit., p. 82.

¹⁰⁹ ROCHA, ibidem, p. 77, grifo nosso.

metateoria, que está acima de todos os tipos de interação lingüística utilizadas; a **teoria**, que se encontra no campo intermediário; e a **realidade**, que se apresenta só como último elemento servindo de base para os outros demais.¹¹⁰

[...] os seres humanos são capazes de refletir sobre várias de suas experiências, inclusive sobre o modo de como produzem conhecimento a respeito de si mesmos e sobre os processos intrínsecos aos grupos sociais aos que pertencem. A única característica comum a todas essas reflexões talvez seja a utilização da linguagem, que medeia a relação dos seres humanos entre si e mesmo a maneira como eles interpretam a natureza, afim de com ela interagir.¹¹¹

Por último, devemos estar atentos a outro aspecto fundamental da produção teórica que irá viabilizar os debates teóricos no campo das RI, a produção de conceitos aclamados como “signos lingüísticos” que fazem somente sentido apenas quando compreendidos por teorias específicas.¹¹² Sendo tratados como um “processo social” os signos lingüísticos são construídos, segundo Rocha, por intermédio de três grandes etapas: a primeira etapa é incitada a partir do plano intelectual sendo produzida por intermédio de um “[...] conjunto de fenômenos que possuem as mesmas características, mas que de certo não são exatamente iguais. Ao organiza-los em um conjunto, são distinguidos de outros fenômenos assemelhados [...]”¹¹³; a segunda etapa caracteriza-se pela necessidade de referi-los por intermédio de um conceito elaborado; e a terceira etapa constitui a expansão do conceito notificando-se o mesmo a “[...] outros analistas capazes de relacionar da mesma maneira o signo lingüístico ao conjunto de fenômenos cuja essência em origem se quer esclarecer ou interpretar.”¹¹⁴

Segundo Rocha, além dessa série de austeros quesitos que devem abarcar o discurso, mesmo não havendo um consenso a respeito dos critérios básicos, o discurso

¹¹⁰ ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

¹¹¹ Ibidem, p. 78.

¹¹² Ibidem

¹¹³ Ibidem, p. 82.

¹¹⁴ Ibidem, p. 84.

deve ser: “elegante”, ou seja, deve possuir a habilidade de explicar muitos fenômenos a partir de poucas premissas e deve possuir “consistência lógica” interna e externa prevalecendo o modelo hipotético-dedutivo combinado à “teoria da probabilidade”¹¹⁵. Observa-se, também, que a lógica interna do discurso não é diretamente questionada e avaliada, mas sim a relação entre discurso teórico e a realidade¹¹⁶ a partir da sua detenção de consistência empírica, onde ainda que o discurso não possa ser efetivamente provado – devido a suas limitações – pode-se nele perceber seu valor de verdade¹¹⁷. Assim o discurso segue evoluindo por intermédio de uma seqüência de debates teóricos co-existindo, portanto, no cenário acadêmico das RI sendo somente abandonado quando considerado inadequado a uma nova conjuntura do debate científico.¹¹⁸

1.3 Estado: o ator tradicional das Relações Internacionais

Como já remontamos acerca do Estado e sua origem institucional faz-se necessário analisarmos o Estado sob um novo viés. Já é sabido que o Estado é o agente clássico das RI sendo considerado muitas vezes, e pela maioria dos teóricos, como o principal ator do cenário internacional. Tal análise, é fruto da perspectiva realista das RI – que discorreremos brevemente no capítulo 2 – onde teóricos

¹¹⁵ Desenvolvida por Mill em seu sistema de lógica, Rocha alude tal teoria como provinda “no Principia Matemática de Whitehead e Russel.” (ROCHA, 2002, p.104).

¹¹⁶ “As interpretações fenomenológicas do discurso dialético ou hermenêutico como Rocha observa, tendem serem aceitas com certas limitações na comunidade científica, porém tal característica está sendo mudada já que existem certos tipos de discursos que tendem a tratar de dimensões mais importantes do que a própria teoria. Trata-se da dimensão mais palpável do exercício de produção do conhecimento científico, já que parte dessa realidade pode ser observada diretamente; outra parte por seus efeitos.” (ROCHA, 2002, p.125).

¹¹⁷ Rocha alega também que os discursos “para serem aceitos na comunidade científica, contudo, cada um desses discursos deve necessariamente ser formulado de tal maneira que suas afirmações possam ser demonstradas falsas [...]” (ROCHA, 2002, p. 107).

¹¹⁸ Ibidem.

tradicionalistas como Hobbes¹¹⁹ afirmam o Estado como a única e legítima representação de poder social sendo:

Um Estado considerado *Instituído* quando uma *Multidão* de homens *Concorda e Pactua*, que a qualquer *Homem ou Assembléia de homens* a quem seja atribuído pela maioria o *Direito de Representar* a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu *Representante*), todos sem exceção, tanto os que *Votaram a favor dele* como os que *Votaram contra ele*, *deverão Autorizar* todos os Atos e Decisões desse homem ou Assembléia de homens, como se fossem seus próprios Atos e Decisões, a fim de poderem conviver pacificamente e serem protegidos dos restantes homens. Todos os *Direitos e Faculdades* daquele ou daqueles a quem o Poder Soberano é conferido, mediante o consentimento do Povo reunido, derivam dessa Instituição do Estado.¹²⁰

O Estado refletido por Hobbes é notado por intermédio da conferência da soberania ao monarca não sendo a soberania instituída prontamente pelo pacto tácito feito entre indivíduos, mas sim por intermédio da disposição do uso da força pública empregada livremente pelo soberano.

Na visão hobbesiana o súdito depois que deposita seus ‘direitos e faculdades’ frente ao soberano não pode renunciar tal disposição de direitos já que “[...] *aquele que tentar depor seu soberano, é morto ou castigado por ele devido a tentativa, pode considerar-se como Autor de seus próprio castigo já que é, por Instituição, de todo o que seu Soberano fizer.*”¹²¹ Percebemos daí, a origem da censura na repreensão da conduta do Estado sendo esse percebido como irrepreensível, sendo considerado um ator livre de injustiças, castigos e sanções, já que, caso os indivíduos recusem sua

¹¹⁹ “Thomas Hobbes (1588-1679) filho de um clérigo anglicano, de origem humilde, recebeu educação superior em Magdalen Hall, de Oxford. Durante as numerosas viagens que fez, entrou em contato com Galileu, Descartes, Gassendi e o círculo de intelectuais de sua época. Ao ter acesso a esses intelectuais, Hobbes passou a desenvolver a sua filosofia política de organização do Estado. Sua primeira obra foi: *Elementos de Lei Natural e Política* (1664). Segue-se, depois: *Do Cidadão* (1642); no mesmo ano tem início a Guerra Civil na Inglaterra quando Carlos I é decapitado. Começa o período do Commonwealth, sob a direção de Cromwell. Em 1651 publica *Leviatã*, sua obra principal. Em 1654, publica *Sobre o Corpo* e, em 1658, *Sobre o Homem*.” (HOBBS, 2004, orelha do livro).

¹²⁰ HOBBS, Thomas. *Leviatã*: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2000. p. 128.

¹²¹ *Ibidem*, p. 128.

proteção emanará assim o retorno a lei natural, onde cada indivíduo deverá cuidar dos seus próprios interesses retornando-se, assim, a selva instituída de outrora.

Dessa visão denota ser o soberano – ou o respectivo Estado – a representação dos indivíduos de uma sociedade onde, por sua vez, todos indivíduos são a representação do soberano sendo, portanto, o Estado considerado como se fosse efetivamente a extensão dos indivíduos, “[...] onde o poder de todos junto é o mesmo que o poder do soberano [...]”.¹²² Em realidade, Hobbes tenta também ampliar essa concepção no intuito de legitimar o poder do Estado vislumbrando o soberano como “pessoa divina” estando unicamente abaixo de Deus sendo, portanto, seu interlocutor e autêntico detentor do poder. A partir dessa aproximação percebe-se que, daí provém a decorrência de que o soberano está na fonte da honra e do poder detendo direito ao controle das opiniões individuais julgando, acareado e regulamentando – por intermédio das Leis Civis – tudo o que for hostil a paz e a justiça.¹²³

Entretanto, essa identificação dos indivíduos com a representação estatal não é o que percebemos acontecer muitas vezes, exemplo desse descontentamento pode ser levantado por intermédio da observação das revoluções passadas tais como, a revolução francesa cuja população carente de uma representação mais fidedigna depôs a monarquia instaurando uma nova forma de poder político.

Ao considerarmos que a construção do Estado para Hobbes e a condição miserável de súdito vem unicamente para salvaguardar a sociedade de “[...] misérias e terríveis calamidades que acompanham a Guerra Civil, ou aquela condição dissoluta de homens sem senhor, sem sujeição às Leis e a um Poder coercitivo capaz de atar suas mãos, impedindo a rapina e a vingança.”¹²⁴ Devemos nos lembrar aqui – e termos claro ao longo do estudo – que quando o indivíduo não se sente representado a tendência é o mesmo abdicar de sua representação. Como foi o próprio indivíduo que lançou mão

¹²² HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ícone, 2000. p. 134.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Ibidem, p. 135.

de sua individualidade¹²⁵ para compor uma máquina e viver em um estado coletivo apenas por acreditar que o Estado seja capaz de maximizar seus desejos iniciais assegurando sua própria vida – em seus diversos aspectos –, na medida em que o indivíduo não tem seus interesses atendidos o Estado mostra uma falha intransponível do seu motivo existencial – legitimador da sua criação.

Entretanto, devemos também enlaçar outras perspectivas sugerindo aqui que observemos o Estado sob uma diferente ótica – que deverá, portanto, ser abarcada por maior diversidade. Discorreremos agora a luz de uma visão mais conceitual do que venha a ser o Estado.

A questão do conceito de Estado nas RI, segundo o teórico Halliday, tem sido discutida intensamente depois da transformação das posições dos conceitos defendidos pelos debates teóricos principais, tanto pelo realismo – cuja concepção de Estado já foi rapidamente discutida com Hobbes – como pelo neo-realismo que é uma versão renovada da posição anterior detentora de um viés menos “estadocêntrico”. Percebe-se, portanto, que toda essa transposição de arranjos é fruto direto do desafio paradigmático pelo qual o Estado tem passado alavancado pela emergência de inúmeras teorias¹²⁶ que tendem a afirmar não mais o Estado como único agente das relações internacionais, mas sim deflagram a incitação de um novo contexto mundial com novos agentes internacionais.¹²⁷

Nota-se que a pluralidade de conceitos e modelos e o desenvolvimento de novas perspectivas sobre o lugar dos Estados nas RI tem se elevado em um processo contraditório dificultando assim sua comparação e seu avanço teórico desenvolvendo, assim, uma conjuntura incompreendida.¹²⁸ “[...] se os realistas parecem excessivamente complacentes que pouco ou nada realmente mudou, seus opositores frequentemente

¹²⁵ Aqui a redundância foi proposital pois queremos enfatizar essa natureza intrínseca e preciosa do indivíduo, a individualidade.

¹²⁶ Como a teoria da interdependência – que discorreremos no capítulo 2 –, a teoria do transnacionalismo e a teoria dos sistemas globais.

¹²⁷ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

¹²⁸ Ibidem.

*superestimam o grau em que o Estado não são mais os atores centrais.*¹²⁹ Surge assim nessa multiplicidade de significados, a dificuldade na homogeneidade da definição do conceito Estado trazendo impasse ao debate¹³⁰ necessitando, portanto, de elucidação do conceito, já que *“a primeira vista não é obvio que existe um problema sobre a definição do Estado nas relações internacionais, pela simples razão de que a distinção operacional é implícita [...]”*¹³¹.

Ao analisarmos o conceito Estado ou a “abstração” do mesmo percebemos a variação das concepções existentes:

Os teóricos das relações internacionais supõem que nós sabemos o que ele é [o Estado]: Bull que é uma comunidade política; Waltz, que é, na prática, uma co-extensão da nação. Como um todo, as relações internacionais consideram como dada uma definição específica: o que se pode classificar de totalidade nacional-territorial. Assim, o “Estado” (Grã-Bretanha, Rússia, América, etc...) abrange em forma conceitual o que é percebido visualmente no mapa político – o país como um todo e tudo o que está dentro dele: o território, o governo, o povo e a sociedade.^{132,133}

Decorre que muitas vezes essa abstração pode ser encarada como proposital, já que é *“[...] heurísticamente a mais apropriada para as relações internacionais. Em outras palavras, a teoria sustentada sobre esse conceito é a que mais explica sobre relações internacionais, e deve, portanto, ser mantida.”*¹³⁴ Levantando-se que essa abstração conceitual unge de benefícios uma teoria e marginaliza as restantes.¹³⁵

Portanto, percebe-se que existem outros conceitos mais inclusivos no campo das RI além do conceito Estado-territorial aclamado, temos, como exemplo, o conceito de

¹²⁹ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 89.

¹³⁰ Debate cujos discursos não compartilham dos ‘signos lingüísticos’ entre si, promovendo assim cada vez mais desentendimento do conceito.

¹³¹ HALLIDAY, op. cit., p. 91.

¹³² Bull – que discorreremos melhor posteriormente – e Waltz são considerados grandes teóricos neo-realistas das RI.

¹³³ HALLIDAY, op. cit., p. 91.

¹³⁴ Ibidem, p. 92.

¹³⁵ Ibidem.

origem sociológica e marxista que valida outros agentes que não são estatais, onde o Estado “[...] representa não a totalidade social-territorial, mas um conjunto específico de instituições coercitivas administrativas, distinto do contexto político, social e nacional mais amplo no qual se insere.”¹³⁶ Outra elucidação que percebe a expansão do conceito é o fato da percepção ambígua na distinção entre território e Estado considerando que “[...] em revoluções, o Estado institucional é derrubado, mas o Estado total permanece.”¹³⁷

Levanta-se daí outros problemas de origem conceitual – dentro dessa questão sociológica do Estado – como a questão da delimitação da extensão estatal:

[...] se o Estado é percebido como um mecanismo para dominar, regular, e reproduzir uma sociedade sob dadas relações sociais então emerge a questão de onde localizar as instituições que são formalmente independentes, mas que também são influenciadas pelo Estado e que acompanham suas funções regulatórias e reprodutivas: as escolas, as universidades, as igrejas e, em alguns de seus papeis, a família.¹³⁸

E a questão da autonomia estatal, onde:

[...] uma vez que o Estado é visto como institucionalmente distinto da sociedade, nasce a questão dos limites dos quais ele pode agir autonomamente e representar valores separados daquela sociedade, mesmo que no final seja por ela estrangulado.¹³⁹

E a relação do Estado contemporâneo com o capitalismo e às classes, onde também o Estado vai:

¹³⁶ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 92.

¹³⁷ Ibidem, p. 93.

¹³⁸ Ibidem, p. 92.

¹³⁹ Ibidem, p. 92-93.

[...] além da visão marxista-leninista inicial do Estado com um mero instrumento de dominação de classe, este debate gerou várias teses alternativas a esta abordagem, saindo da lógica do capital para chegar aquela que destaca a administração dos conflitos interelite, à abordagem é influenciada com a leitura de Gramsci de acordo com o qual a função do Estado é manter a hegemonia de classe em torno das suas dimensões – a coercitiva, a administrativa, a regulatória e a ideológica. Essa teoria alternativa, geralmente descrita como “estrutural”, atribui ao Estado um grau muito maior de autonomia.^{140,141}

Como discutido, muito do debate das RI parece ter duas posições prontamente percebidas: primeiro, para as RI “[...] o conceito sociológico é uma abstração ideológica similar à da totalidade nacional territorial. [...] não é simplesmente uma conveniência analítica e possui várias suposições legais e de valor”¹⁴²; segundo:

[...] a abordagem sociológica nos permite colocar com maior clareza a questão da efetividade da dimensão internacional; isto é, como e por que a participação na esfera internacional aumenta e fortalece os Estados e, em particular, por que lhes da condição de agir mais independentemente das sociedades que governam.¹⁴³

Nota-se que ao analisarmos o conceito sociológico alternativo encaramos outras distinções conceituais levantadas, como a questão do conceito Estado frente a outros tópicos como a sociedade, o governo e a nação¹⁴⁴. A abordagem sociológica sobre o

¹⁴⁰ Antonio Gramsci é considerado um dos “[...] vultos mais ilustres do movimento socialista italiano [...] [tendo morrido] como mártir na luta contra o fascismo.” (GRAMSCI, 1995). Nascido em Sardenha em 1891, Gramsci participava da luta da sociedade italiana contra o fascismo de Mussolini. Escritor, Diretor do jornal socialista, dirigente máximo do Partido Comunista Italiano, Deputado, além de grande teórico marxista. Gramsci foi preso por ordem de Mussolini passando quase onze anos dentro do cárcere, onde anotou mais de trinta observações. Morreu em 1937, é considerado um dos maiores filósofos e teóricos sobre o marxismo. (GRAMSCI, 1995).

¹⁴¹ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 93.

¹⁴² Ibidem, p. 94.

¹⁴³ Ibidem, p. 94.

¹⁴⁴ Como aludido por Halliday, à sociedade que seria “[...] as inúmeras instituições, indivíduos e práticas que existem além do controle direto e financiamento da entidade central”, teria portanto uma relação mais flexível; o governo que seria “[...] o conjunto do aparato administrativo e o pessoal executivo formal em posição de controle supremo”, não necessariamente representa a sociedade; e a

Estado também sugere que o Estado seria um mecanismo coercitivo e exploratório, tendo suas origens galgadas na “[...] *conquista de bens e territórios, a subjugação de populações e a guerra contra rivais* [...]”.¹⁴⁵

Tento o Estado desenvolvido sua estrutura organizacional interna por intermédio de uma interação “mundial-histórica”, o Estado também tem importância na formação das suas sociedades por intermédio do estabelecimento do molde da economia e da legislação vigente. Outra questão importante é “[...] *a questão da capacidade dos Estados, de como os Estados administram suas populações e seus territórios e dos muitos mecanismos para impor e estender controle* [...]”¹⁴⁶, impugnando, assim, outras indagações a respeito do conceito de soberania estatal, conceito esse que é na verdade uma simplificação empírica.¹⁴⁷

Afim de concluir a passagem improvisada acerca do Estado vislumbra-se a necessidade da continuação analítica do papel do Estado sob outras perspectivas. Nota-se que é de caráter essencial à análise da ação do Estado no plano doméstico e internacional, considerando que “*o Estado compete com outros Estados para mobilizar recursos internamente e usa o seu papel internacional para consolidar a sua posição domesticamente*”¹⁴⁸, além de que “*muito nas relações internacionais pode ser percebido, portanto, como uma internacionalização dos conflitos domésticos, das relações entre o Estado e a sociedade.*”¹⁴⁹ Tais ocorrências indicam, portanto, a importância da perspectiva internacional para o Estado na condução de suas políticas, onde o Estado é modelado diretamente pelo contexto internacional – afetando-o e sendo afetado diretamente pelo mesmo – por intermédio da diplomacia e de uma inter-relação.¹⁵⁰

nação que no caso seria “[...] baseado em uma suposição de homogeneidade étnica e representatividade política”, também não necessariamente pode representar a maioria de seus cidadãos. (HALLIDAY, 1999, p. 94-95).

¹⁴⁵ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 96.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 96.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 98.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 98.

¹⁵⁰ Ibidem.

Outro prisma interessante são os interesses estatais e as forças sociais, *“igualmente a relação do Estado com a sociedade é constantemente afetada pelo internacional.”*¹⁵¹ Como observa o teórico das RI Mann, podemos caracterizar a existência de quatro dimensões vistas como características do poder do Estado, sendo elas: “ideológica”, por intermédio da expansão internacional ideológica, onde o Estado afirma e amplia seu poder; “militar”, afim de manter forças em qualquer contexto pacífico ou não; “administrativa”, elevando sua posição por intermédio do apoio internacional; e “política”, por intermédio das políticas internacionais perseguidas o Estado desenvolve-se no arranjo doméstico.¹⁵²

Percebemos, portanto, que *“a interação recíproca entre a sociedade internacional e as sociedades específicas não é, entretanto, efetivada unicamente através da mediação do Estado ou com o propósito de influenciá-lo”*¹⁵³, entretanto, a crescente tendência observada de que a “corporação multinacional” tem atuado no cenário internacional agindo de uma maneira mais avulsa aos Estados, afiança a visão de que *“[...] o mínimo que pode ser dito é que em muitas áreas o Estado está agindo em subordinação a, e sob comando de, interesses influentes dentro da sociedade.”*¹⁵⁴

Por último, ressalva-se que, tal relação entre sociedade e Estado deve ser estudada profundamente afim de buscar a devida compreensão do cenário internacional acerca da natureza do “sistema internacional”¹⁵⁵ e seus agentes permeadores. Observando sempre a emergência e importância desses novos atores não-estatais, que dão maior escopo as transformações e aos novos fenômenos ocorridos no cenário internacional sendo capazes de contestar a supremacia do Estado galgada na sua visão estadocêntrica.

¹⁵¹ HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 100.

¹⁵² MANN apud HALLIDAY, ibidem.

¹⁵³ Ibidem, p. 101.

¹⁵⁴ Ibidem, p.102.

¹⁵⁵ Halliday caracteriza-o “[...] começando pela concepção realista de um sistema de Estados, na qual o termo é usado em seu sentido mais frouxo, até chegar as aplicações da teoria dos sistemas às relações internacionais (com resultados bastante modestos) e às afirmações de um sistema internacional capitalista pelos escritos marxistas ou influenciados pelos marxismo.” (HALLIDAY, 1999, p. 103-104).

1.4 Um Enfoque na Sociedade Civil e sua Transposição a Sociedade Civil Global: os novos atores das Relações Internacionais

O exercício político no mundo contemporâneo pede que combinemos a dimensão doméstica com a internacional. [...] É a noção da cidadania que faz a ponte entre a dimensão local e internacional. A noção essencial é a de que a meta central de qualquer ação política é sempre a cidadania. O Estado serve ao cidadão. O conjunto dos Estados não pode fugir a essa mesma lógica. A humanidade é um novo ator; é uma referência obrigatória de casa decisão nacional.¹⁵⁶

Observa-se que na composição do sistema internacional identificam-se primordialmente dois tipos de agentes internacionais que surgiram ao longo dos séculos evoluindo por intermédio de contextos históricos. O primeiro agente referido é o Estado, que já foi brevemente comentado e discutido no presente estudo, tendo sua ascensão como já levantado a partir do Tratado de Westphalia predominando como agente único das relações internacionais até meados do século XIX.¹⁵⁷

No intuito de complementar o cenário aludiremos os seguintes comentários de Leão:

Entre o século XVII e começo do século XX, as relações internacionais eram substancialmente mantidas entre entidades de governo soberanas em um território relativamente amplo e sobre a população estabelecida Casseese aponta como as três características principais da comunidade internacional daquela época.¹⁵⁸

1.Os Estados viviam em um estado de natureza.

¹⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Epígrafe. In: OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

¹⁵⁷ CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

¹⁵⁸ CASSESE apud LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001. p. 30.

2. Um cenário movido por um princípio que constituía a consequência necessária das relações individualistas entre os membros daquela sociedade anárquica, o princípio da reciprocidade. Tal princípio significa basicamente que as normas entre associados regiam-se principalmente por acordos bilaterais ou, em certos casos, multilaterais, entretanto, todos baseados nas recíprocas vantagens dos contratantes.

3. Os povos e indivíduos carecem de peso. Os indivíduos aparecem como sujeitos passivos do direito internacional, ou seja, titulares apenas de obrigações internacionais, contra as quais os soberanos poderiam e deveriam lutar com todas as suas forças.¹⁵⁹

Com a ampliação da interdependência das economias ressalvadas como resultado de vários eventos marcantes do século XIX – entre eles: a revolução industrial, as novas tecnologias e o equilíbrio do sistema financeiro internacional perpetrado pelo padrão ouro – novos atores não-estatais começaram a surgir e a participar do cenário internacional, revolvendo-o de maior complexidade.¹⁶⁰

Para contextualizar essa emergência de novos atores participantes do sistema internacional delimitaremos aqui os mesmos dividindo-os, segundo Pecequillo, em: Organizações Internacionais Governamentais (OIG) e Forças Transnacionais (FT), sendo a FT subdivida pelas: ONG¹⁶¹, Companhias Multinacionais ou Transnacionais (CMN ou CTN), Grupos Diversos e na Opinião Pública Internacional.¹⁶²

¹⁵⁹ ALBUQUERQUE MELLO apud LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001. p. 31.

¹⁶⁰ CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

¹⁶¹ Vale a pena ressaltar a variedade dos conceitos utilizados pelos autores para falar do mesmo fenômeno, da sociedade civil organizada que se expande a âmbito internacional. Por exemplo, Pecequillo entende as ONG como organizações de caráter internacional. Já a autora do presente estudo compreende as ONG como organizações regionais e as ONGIs como organizações internacionais – conceito esse também cingido pelas autoras Herz e Hoffmann. Também, podemos destacar aqui a visão de Seitenfus acerca das Organizações Não-Governamentais de Âmbito Internacional (ONGAT), onde para Seitenfus as ONGAT podem ser definidas como “organizações privadas, movidas por algum vínculo de solidariedade transnacional, sem fins lucrativos”, ou seja, nada além do conceito de sociedade civil internacional e ONGI cingida no presente estudo. (SEITENFUS, 2003, p. 283).

¹⁶² PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Abordaremos rapidamente só a título de conhecimento existencial a função utilitária desses atores, para em seguida discorrermos mais profundamente acerca da sociedade civil – agente esse responsável pela construção, fomentação e ampliação de todas as organizações de atores não-estatais pois afinal, é a própria sociedade civil organizada que as compõem – e sua transposição à sociedade civil global abareada pelas ONGI e legitimada pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC), das Nações Unidas.¹⁶³

As OIG tiveram seu princípio improvisado pelas alianças entre Estados europeus, ganhando formalização no fim do século XIX. Surgindo assim como solucionadoras das questões internacionais no âmbito internacional por intermédio da diplomacia, sendo caracterizadas como agrupamentos políticos cujos fundadores e membros são os próprios Estados representando portanto, suas opiniões e interesses. Caracterizadas como “canais e redes de comunicação” possui dinâmica interna própria e uma autonomia relativa, fomentando foros e prestações de serviços, podendo agir globalmente ou regionalmente. São classificadas de acordo com sua função podendo ser divididas em: Propósitos Abrangentes, exemplo: a ONU; ou Propósitos Específicos, exemplo: a Organização Mundial do Comércio (OMC).¹⁶⁴

As FT são representadas pelos próprios fluxos internacionais de origem privada que são impulsionados pela interdependência e pelos avanços do sistema mundial, onde caracterizam-se, segundo Pecequillo, como fluxos principais: “os transportes, as finanças e as pessoas”. Como já falado, compreende outros tipos de organizações, tais como: as ONG que atuam em questões e problemas específicos como criadoras de “redes de solidariedade e conscientização”, exemplo: a Cruz Vermelha; as CMN ou CTN que são caracterizadas por empresas cuja atuação ultrapassa fronteiras, porém, possuem sede em determinado país escolhido entre suas filiais no cenário internacional – naturalmente no país que lhe traga maior benefício –, exemplo: a Coca-Cola; e por fim, os Grupos Diversos e a Opinião Pública Internacional cuja força está em crescente

¹⁶³ PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

¹⁶⁴ Ibidem.

expansão devido aos avanços tecnológicos e da comunicação.¹⁶⁵ Percebemos que tais FT, atualmente, são capazes de influenciar o cenário internacional porém em menor proporção do que os Estados e as Organizações Internacionais.¹⁶⁶

Tendo encontrando a estabilidade infra-estrutural tradicional em declínio acentuado pela Primeira Grande Guerra e a Grande Depressão de 1929, os cidadãos com uma consciência majorada em consequência do período passado de recessão, deixaram para trás a relação sérvia – caracterizada pela unilateralidade já mostrada entre soberano e súdito – erigindo assim, um caráter estrutural mais elevado e a revisão das relações Estado e Sociedade derivando daí, diversas características da sociedade atual e da sociedade civil organizada.¹⁶⁷

Já não se verificava a mesma disposição para cooperar, por partes dos governos das principais economias, [...] todos sujeitos a grandes pressões políticas e domésticas veiculadas por partidos políticos e organizações sociais, fruto da ação de cidadãos que começavam a organizar-se e a fazer-se representar perante seus governos.¹⁶⁸

A partir desse íterim, enviesado pelos avanços concebidos no início do século XX, observa-se a aparição da necessidade crescente de representação civil.

O pensamento político moderno, de Hobbes a Hegel, caracteriza-se pela constante tendência [...] de considerar o Estado ou sociedade política, em relação ao estado de natureza (ou sociedade natural), como o momento supremo e definitivo da vida comum e coletiva do homem, ser racional; [...] O Estado é concebido como produto da razão, ou como sociedade racional, única

¹⁶⁵ PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ CASTRO, Marcos Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 24.

na qual o homem poderá ter uma vida conforme à razão, isto é, conforme sua natureza.^{169,170}

Observa-se que no processo de “racionalização do Estado” enleado pelo “processo da estatização da razão” abarcam-se correntes distintas como a realista e jusnaturalista. Porém, precede tendências percebidas como negativistas na medida em que se enrijem de um “modelo dicotômico” onde existem premissas que são sustentadas por intermédio de um caráter coercitivo, utilitarista e subordinado do Estado¹⁷¹ como:

[...] o Estado como negação radical e, portanto, como eliminação do estado de natureza [...]; o Estado como conservação-regulação e, portanto, não mais como alternativa, mas como realização verdadeira [...]; o Estado como conservação e superação da sociedade pré-estatal [Hegel], no sentido de ser um momento novo, e não apenas um aperfeiçoamento [...].¹⁷²

Hegel, por sua vez, analisa as relações jurídicas e o Estado a partir das “relações materiais da existência”, no caso a própria sociedade civil.¹⁷³ Bobbio observa que:

¹⁶⁹ Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em Stuttgart em 1770, foi seminarista estudando teologia e filosofia no intuito de se tornar um pastor luterano ou um membro do *Honorationen*, que deveria administrar o Estado. Hegel identificava-se muito com a Revolução Francesa e seus axiomas - paz, igualdade e fraternidade - e defendia os ideais cristãos e religiosos, preocupando-se com a divisão ente Deus, sociedade e natureza e o homem sendo sua obra totalmente baseada nos mesmos – influenciando posteriormente Marx. Escritor, professor, editor, reitor e funcionário do Estado, Hegel reformou o *curriculum* educacional das escolas secundárias e escreveu inúmeras obras, tais como: *A positividade da religião cristã*; *A vida de Jesus*; *O espírito do cristianismo e seu destino*; *Sobre o amor*; *A fenomenologia do espírito*; *A propedêutica filosófica*; *A ciência lógica*; *Enciclopédia das ciências filosóficas*; e *Princípios da filosofia do direito*, morrendo em 1831. (HEGEL, 2005).

¹⁷⁰ BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 43.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Ibidem, p. 44.

¹⁷³ Ibidem.

Em toda tradição jusnaturalista, a expressão *societas civilis*, em vez de designar sociedade pré-estatal, como irá ocorrer na tradição hegeliano-marxista, é sinônimo – segundo o uso latino – de sociedade política, ou seja, Estado.[...] Na tradição jusnaturalista, como se sabe, os dois termos da antítese não são [...] sociedade civil\sociedade política, mas sim estado de natureza\estado civil. [...] a idéia de que o estado pré-estatal ou natural não é um estado associal, ou seja, de guerra perpétua, mas uma primeira forma de estado social, caracterizado pela predominância de relações sociais reguladas por leis naturais [...].¹⁷⁴

Nota-se que Hegel, portanto, inova o conceito de sociedade civil citando-o como sinônimo de sociedade pré-política consistindo, portanto, não em uma descoberta analítica, mas sim interpretativa. Inclui-se, assim, quase toda a vida social pré-estatal nas esferas das relações econômicas, formações das classes, administração da justiça e ordenamento administrativo e corporativo.¹⁷⁵

Já em sua teoria do Estado, Gramsci enleva o mesmo sob uma outra perspectiva onde:

[...] o Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares; não é uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionado por esta e, portanto, a esta subordinado; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente.¹⁷⁶

Para Gramsci a sociedade civil compreende, também, o conjunto das relações ideológicas, culturais, espirituais e intelectuais representando assim o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. Gramsci também refere-se a Hegel – sendo, portanto, o primeiro escritor marxista que serve do conceito da sociedade civil hegeliana

¹⁷⁴ BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 49-50.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ GRAMSCI apud BOBBIO, ibidem, p. 47.

- aludindo sobre o “*conteúdo ético do Estado*”¹⁷⁷ ungido pela sociedade civil. Porém, diferentemente do Hegel, Gramsci reflete as instituições como reguladoras das relações econômicas, adsorvendo os alicerces para a transposição do Estado – onde as instituições são, por fim, precedidas pelas ideologias.¹⁷⁸

Pode-se empregar o termo ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísta passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.¹⁷⁹

Observa-se, portanto, como marco gramsciano conceitual o fundamentando da sociedade civil como pertencente à superestrutura e a ideologia – derivados do momento da catarse ou dessa superposição, como preferir. Destarte, como último tema gramsciano temos a sociedade civil e o fim do Estado, concebido por intermédio de “[...] *uma reabsorção da sociedade política na sociedade civil*”¹⁸⁰ por intermédio do nascimento de uma “sociedade regulada”, resultante de um momento hegemônico da sociedade civil¹⁸¹, onde:

Os Estados que existiram até hoje são uma unidade dialética de sociedade civil e sociedade política, de hegemonia e dominação. A classe social que conseguir tornar sua hegemonia tão universal a ponto de tornar supérfluo o momento da coerção terá colocado as premissas para a passagem à sociedade regulada.¹⁸²

¹⁷⁷ GUADERNI apud BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 57.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 59.

¹⁸⁰ GUADERNI apud BOBBIO, ibidem, p. 70.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Ibidem, p. 59.

Portanto, é aí que ocorre a superestruturação que nada mais é do que a universalização da sociedade civil predita por Gramsci ou como instituído a sociedade sem classes.

Observa-se também que a partir de 1990, impulsionado pelo fim da guerra fria, pela globalização e pelas relações transnacionais o termo sociedade civil global emerge no cenário acadêmico das RI sendo submergido pelo viés marxista comentado¹⁸³, onde alude ao domínio das relações sociais sem a intercessão do Estado.¹⁸⁴

Ela implica uma zona de civilidade, na qual impera o estado de direito, uma comunidade política e uma ordem pacífica baseada no consentimento explícito ou implícito dos indivíduos que dela participam. A sociedade civil nasce, portanto, com a instituição de um poder comum que só é capaz de garantir aos indivíduos associados alguns bens fundamentais como a paz, a liberdade, a propriedade e a segurança, que, no estado natural, são ameaçados seguidamente pela explosão de conflitos, cuja solução é confiada exclusivamente à autotutela.¹⁸⁵

Acompanhado por questões como: *“[...] até que ponto o sistema internacional não deve ser caracterizado por uma anarquia, nem por uma sociedade de Estados, mas sim uma sociedade global, [...] até que ponto [...] podem ser visto como novos atores da política internacional.”*¹⁸⁶

Tais questionamentos são na verdade percebidos como naturais, já que nem mesmo o conceito e a delimitação do conceito do Estado são de caráter consensual – como já mencionado anteriormente. Portanto, nada mais natural do que a sociedade

¹⁸³ Visão marxista tangida também – como mostrado anteriormente – pelo conceito gramsciano. Como já foi dito, “[...] Gramsci aludia a concepção marxiana de Estado [...]”. (BOBBIO, 1999, p. 61).

¹⁸⁴ BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁸⁵ BOBBIO apud HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 224.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 225.

civil global apresentar certa carência de base e ter, portanto, seu conceito constantemente discutido e depurado.¹⁸⁷

Na medida em que existem vários prismas de um mesmo mote existem também várias concepções acerca do mesmo:

Ronnie Lipshutz define a sociedade civil global como um tipo de interação política focalizada na construção consciente de redes de ação e conhecimento por atores locais que transpassam as fronteiras reificadas do espaço, ou seja, os Estados. [...] Robert Cox vê a sociedade civil global como associada ao mercado capitalista e à contestação entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Richard Falk e R. B. J. Walker definem a sociedade civil global como uma expansão da arena de pluralismo e contestação, não apenas como uma fonte de civilidade, mas também de “incivilidade”.¹⁸⁸

Chegando a uma consonância por intermédio da generalização do conceito, segundo Herz e Hoffmann, podemos nos atrever a definir o que seria, portanto, sociedade civil global versando como sendo o *“espaço de atuação e pensamento ocupado por iniciativas de indivíduos ou grupos, de caráter voluntário e sem fins lucrativos, que perpassem as fronteiras do Estado.”*¹⁸⁹

Nota-se, também, que dentro da sociedade civil global permeiam organizações que são incitadas e estabelecidas pelos próprios componentes da sociedade civil. Tais ações coletivas abarcam desde: os movimentos sociais transnacionais, que se desenvolveram por intermédio de clivagens sociais cuja finalidade é modificar o *“statu quo”*¹⁹⁰; as coalizões ou redes transnacionais, que são vinculadas muitas vezes por diversas organizações da sociedade civil global, onde agenciam atividades focadas, compartilhando visões e discursos, buscando proteger ou promover um ideal, exemplo: Fórum Social Mundial; as redes políticas globais, que são caracterizadas por redes que

¹⁸⁷ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 225.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 226.

¹⁹⁰ *‘Statu quo’* que significa *‘in statu quo ante’*, é uma expressão Latina que designa o estado atual das coisas.

incluem os setores governamentais, exemplo: a Comissão Mundial de Represas; as comunidades epistêmicas, que são distinguidas como redes de especialistas que trabalham em institutos de pesquisa, universidades ou governo, exemplo: o grupo de estudos União Européia – Mercosul; e até mesmo as ONGI, organizações essas detentoras de um maior grau de institucionalização que é estabelecido por intermédio do documento constituinte e da sede permanente, exemplo: Greenpeace Internacional.¹⁹¹

Observamos também que as primeiras ONGI são registradas a partir do século XIX, sendo considerada uma das pioneiras a Sociedade Anti-escravista para a proteção dos Direitos Humanos, estabelecida em 1839. A União das Associações Internacionais (*Union of international Association*) registrou que em 1874, eram apenas 32 ONGI, como contraste aquela época, durante a década de 90 foram computadas mais de 13.206 ONGI.¹⁹²

É claro que percebemos que tal ampliação foi quase em sua totalidade incitada pela transformação do cenário mundial, social, político e econômico perpassado por mais de um século de separação. Porém, faz-se necessário demonstrar o alto índice de crescimento ocorrido no setor e a própria ampliação da atuação e efetividade da sociedade civil global, instigados pelo novo contexto mais globalizado e pela construção de um ambiente cuja tendência é expandir com o alargamento e o fortalecimento da sociedade civil e seus temas de interesse.

Analisa-se que as ONGI são um tipo especial da sociedade civil global, já que são consideradas organizações internacionais que podem desenvolver uma atuação tanto internacional quanto regional. Apesar do seu caráter formal as ONGI não possuem personalidade jurídica internacional atuando de acordo com a legislação vigente do próprio Estado onde estão dispostas, sendo registradas como entidades sem fins lucrativos. Observa-se também que o status de ONGI provém da instituição de um documento constituinte e de um secretariado internacional – onde a relação entre o

¹⁹¹ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹⁹² Ibidem.

órgão internacional e suas filiais, deve ser prevista e administrada sob os parâmetros do mesmo documento.¹⁹³

Apesar de serem encaradas como agentes não tão participativos e influentes no cenário internacional o papel da ONGI vêm crescendo gradualmente – como já mostrado na introdução – provocando certos impactos:

[...] na política global ganhou proeminência após as demonstrações em Seattle, no final de 1999, durante o encontro ministerial da Organização Mundial do Comércio, que tinha na agenda a abertura de uma nova rodada de negociação. [...] paralisando as negociações e colocando as ONGI nos centros das atenções da mídia global.¹⁹⁴

As ONGI possuem, também, diversas dimensões abarcando diferentes orçamentos e extensões de atuação, exemplos disso são as organizações que promovem direitos humanos basilares à sociedade civil global, entre elas podemos citar: o Greenpeace, a Anistia Internacional, a Human Rights Watch.¹⁹⁵ Podemos também mencionar junto a estas organizações a própria Ashoka, que é percebida no presente estudo como uma ONGI cuja influência e predisposição internacional fazem diferença no cenário internacional identificando e apoiando os empreendedores sociais.

Outro tópico interessante é como se dá a atuação das ONGI. A mesma é percebida por intermédio das seguintes maneiras: ou por intermédio da **colaboração** com outros atores da política internacional, Estados e OI, provendo interesse para ambos onde no caso, as ONGI podem estabelecer políticas sociais e os Estados “terceiriza serviços” e as OI influenciar ONGI (vice-versa)¹⁹⁶ ou em plano mais direto, tal

¹⁹³ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 229.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ “A criação da própria Liga e da ONU teve forte influência das ONGI. [...] Representantes de mais de 1.200 organizações voluntárias estiveram presentes na Conferência de São Francisco, quando foi assinada a Carta da ONU.” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 231). Tal informação faz-se relevante já que, após ter seu fundamento estimulado pelas ONGI a ONU instituiu em sua carta no artigo 71, o

colaboração pode ocorrer por intermédio da “[...] *formulação de normas, da implementação de decisões ou políticas, ou de monitoramento da aquiescência do Estado*”¹⁹⁷; ou por intermédio do **confronto** com esses atores incitados por campanhas globais aclamando mudanças e reformas.¹⁹⁸

A legitimação da sociedade civil organizada foi estabelecida pela carta de São Francisco que foi assinada em 26 de junho de 1945, instituindo a ONU, que alegava em seu preâmbulo a manutenção da paz e a segurança internacional:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.¹⁹⁹

Por intermédio do seu artigo 71, a carta de São Francisco atribuía ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU:

[...] poder para “entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência”. O artigo acrescenta que “tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando

ECOSOC formalizando e legitimando pela primeira vez na história o status consultivo da sociedade civil organizada. (HERZ; HOFFMANN, 2004).

¹⁹⁷ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 232.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta da ONU*. Brasília, [2008?]. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 23 set. 2008.

for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com os membros das Nações Unidas interessados no caso”.²⁰⁰

A partir da carta da ONU formaliza-se, portanto, a colaboração das ONGI no cenário internacional que podem de acordo com as decisões do próprio ECOSOC – por intermédio do conselho do comitê de ONGI e do cumprimento dos critérios de elegibilidade e seleção estipulados pela resolução 1996\31 – adquirir os seguintes *status* consultivo: **geral** que é o mais abrangente e multifacetado, exemplo: Legião da Boa Vontade; **especial** que é concedido a ONG reconhecidas internacionalmente detentoras de informações especializadas em áreas específicas, exemplo: Associação Latino-Americana de Desenho Industrial; ou de **listagem** – *roste* – que é cedido a ONG menores de interesses específicos, exemplo: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.²⁰¹

Os benefícios improvisados pelo ECOSOC dependem do *status* da ONG, mas podemos citar entre eles: “[...] consultar funcionários do secretariado da ONU, propor temas para agenda através do comitê de ONGs do ECOSOC, submeter declarações escritas e se pronunciar oralmente no ECOSOC ou nas reuniões das comissões funcionais.”²⁰² Sendo que, “qualquer ONG, internacional, regional, nacional ou subnacional, pode se candidatar, desde que atenda aos critérios de ter mais de dois anos de existência, uma sede, uma constituição e uma estrutura democrática.”²⁰³

Já a participação das ONG na Assembléia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas não é tão estabelecida e protocolarizada ocorrendo somente em determinados casos, podendo as ONG apresentarem-se como observadores ou enunciarem algum pronunciamento. Porém, tal pratica não é usual acontecendo apenas em alguns casos peculiares.²⁰⁴ Entretanto, “[...] existem propostas para a criação de um

²⁰⁰ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 232.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem, p. 234,

²⁰³ Ibidem, p. 233-234.

²⁰⁴ Ibidem.

*novo fórum na ONU somente para ONGs, no formato de uma Assembléia Consultiva Parlamentar ou um Fórum da Sociedade Civil.*²⁰⁵

Observamos, por fim, que tal proposta só afirma a expansão e o fortalecimento desse novo ator – a sociedade civil – que tem continuamente participado e presenciado os principais eventos e debates internacionais. Portanto, faz-se necessário notar que a sociedade civil tem continuamente exercido e ampliado seu poder não só por intermédio da larga veiculação de informações e manifestação clara de seus interesses e carências mas também por intermédio do nítido percebimento da sua presença e ação frente à sociedade internacional, visto sua constante e sustentável ampliação de influência.

²⁰⁵ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 234-235.

2 O EMPREENDEDORISMO SOCIAL COMO ELEMENTO DE FOMENTO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

No presente capítulo buscaremos fazer a conexão entre as RI e o objeto de estudo do presente trabalho, o empreendedorismo social.

Tendo em vista a importância de vincular e validar o empreendedorismo social como um fenômeno importante para o cenário internacional, sendo percebido como um real e efetivo elemento de mudança do mesmo. Iremos buscar nas teorias funcionalista, pluralista e construtivista nosso escopo para legitimar as ONGI como atores importantes das RI, que constroem e colaboram com a cooperação internacional desenvolvendo, assim, um ambiente cooperativo no âmbito internacional.

Após incitarmos os debates teóricos necessários introduziremos ao leitor o conceito do empreendedorismo social vinculando-o como elemento global, portanto, sendo percebido como fenômeno abrangente. Trataremos assim, do conceito, da origem e do perfil do empreendedorismo social, da sua contraposição ao empreendedorismo econômico – abarcando além da diferenciação necessária conceitual e setorial, a observação das disposições intrínsecas dos empreendedores sociais.

No intuito de clarear ainda mais o presente tema apresentaremos também exemplos de empreendedores sociais para, no próximo capítulo, após o estudo fenomenológico e dos ganhos instrumentais recebidos introduzirmos ao leitor o presente estudo de caso. Lembrando sempre que, mesmo sendo “[...] a efetivação e promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais de responsabilidade do Estado [...]”. Atualmente, os maiores esforços nesse campo tem sido os de assegurar a exigibilidade e justiciabilidade desses direitos.²⁰⁶

²⁰⁶ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001. p. 74.

2.1 Uma Breve Introdução aos Grandes Debates das RI

Segundo o autor Jatobá, baseado nas narrativas sobre o desenvolvimento da TRI, consideram-se três debates como os principais debates teóricos do aparecimento a estabilização das RI como academia – durante as décadas de 20 a 30.²⁰⁷

O Primeiro Grande Debate é caracterizado entre **liberalistas** – mais conhecidos como **idealistas** – e **realistas**. Como já foi previamente aludido no capítulo 1, os idealistas – que foram os primeiros a teorizar e discursar sobre as relações internacionais, em 1919 – empossados por valores éticos, morais e filosóficos, galgavam-se em “[...] *uma série de premissas particulares, como a harmonia de interesses, a fé no progresso, a existência de uma justiça objetiva e uma crença na racionalidade e na bondade humana.*”²⁰⁸

Baseados em uma “analogia nacional” os liberalistas acreditavam que o cenário internacional anárquico tenderia sob peso de uma autoridade supranacional com o poder centralizado a um “equilíbrio de poder” resultando, assim, uma ordem política mundial pacífica. Questionando essa idéia os realistas, amparados por um legado de teóricos tradicionais tal como Hobbes, percebiam o ambiente internacional como anárquico assemelhando-se ao “estado de natureza hobbesiano” permeado por selvageria, desconfiança, divergências de interesses e luta pelo poder. Defendiam portanto, a política pré-moral – ou amoral – e criticavam a normatividade do pensamento idealista. Incita-se aí o Primeiro Grande Debate, onde realistas afirmam o mundo como realmente o é, e idealistas aludem-no como deveria ser.²⁰⁹

Como Segundo Grande Debate temos o debate entre **tradicionalistas** e **behavioristas**, ao final da década de 50. Os tradicionalistas aludiam ser correta a

²⁰⁷ JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais: inspirações sociológicas e contribuições da abordagem do construtivismo*. Brasília. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

²⁰⁸ Ibidem, p. 22.

²⁰⁹ Ibidem.

aproximação tradicional das RI, por intermédio de estudos descritivos, “[...] utilizando os métodos inspirados na História, na Filosofia, no Direito, e em outras áreas das Ciências Sociais, aproximando-se das relações internacionais através sobretudo da história diplomática e do direito internacional”²¹⁰, enquanto os behavioristas defendiam a construção do conhecimento das RI balizados por um caráter mais cientificista dignos de comprovação empírica e mensuração.²¹¹

E por último, temos o Terceiro Grande Debate onde “[...] há alguma divergência na literatura registrada pelos historiados do campo de estudos.”²¹² Abraçaremos aqui o **debate interparadigmático**, ou seja, entre paradigmas que ocorreu na década de 80, e ficou resumidamente conhecido entre **racionalistas** formados pelos institucionalistas neo-liberais e neo-realistas e **reflectivistas** ou **interpretativistas** termo este utilizado “[...] para destacar a natureza auto-reflexiva das novas abordagens críticas, abrangendo desde inspirados no pós-modernismo Francês, até os inspirados na Hermenêutica Alemã, passando pelo construtivismo social.”²¹³

2.1.1 Funcionalismo: a nova concepção liberalista

O funcionalismo representa a tentativa liberal de fundamentar seus modelos teóricos em um método baseado na observação científica da realidade. Já não era mais possível dizer quais valores morais universais formulados racionalmente governavam as relações entre Estados na história moderna. Não era suficiente afirmar que as instituições internacionais bem desenhadas e comprometidas com o Direito Internacional promoveriam a cooperação e a paz. Também não era mais convincente dizer que o aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre as nações tenderiam a afastar, cada vez mais, o

²¹⁰ JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais: inspirações sociológicas e contribuições da abordagem do construtivismo*. Brasília. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. p. 23.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Ibidem, p. 24.

²¹³ Ibidem, p. 26.

perigo da guerra. Tudo isso havia sido desacreditado pela catástrofe da Segunda Guerra Mundial.²¹⁴

Percebe-se, portanto, que ao ser deflagrada a Segunda Guerra Mundial os liberalistas que eram acusados pelos realistas de possuírem uma visão utópica da realidade – visto que possuíam a preocupação de observá-la na presença de valores morais e conceitos filosóficos jurídicos– tendo, assim, a necessidade de ungir de caráter cientificista suas percepções acerca do cenário internacional. A partir desse ponto, os liberalistas perseguem então outros elementos capazes de reforçar e validar sua abordagem iniciando assim a análise das RI acerca das suas possibilidades de cooperação, por intermédio de uma nova vertente instituída como **funcionalismo**²¹⁵ que significa “[...] *a forma segue a função*” ou seja, *a maneira como a organização se estrutura depende da função específica que desempenha.*”²¹⁶

Empossados pelo objetivo basal de:

[...] estudar o funcionamento das organizações internacionais e analisar como a criação de agências especializadas no tratamento de questões específicas das relações entre Estados poderia conduzir; gradualmente, ao aprofundamento da cooperação.²¹⁷

Os liberalistas delimitavam uma nova abordagem onde abandonava-se a aspiração de criar um órgão supranacional que regeria todo o sistema internacional – como a Liga das Nações –, estabelecendo que tal pacifismo perseguido seria diretamente promovido por uma comunidade internacional que seria integrada pelas organizações de fins tecnicistas.

²¹⁴ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 75.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem, p. 76.

Na realidade, os liberalistas intuíaam que ao destituir as organizações de qualquer influência ou caráter político, reduzindo-as apenas a execução de tarefas técnicas, gradualmente daria se o processo de institucionalização das relações internacionais fomentando gradualmente o pacifismo retratado pelo lema funcionalista “paz por pedaços”.²¹⁸

[...] a paz tão ansiada pelos liberais seria atingida por intermédio da formação de redes de organismos internacionais que, cada vez mais, assumiriam funções que os governos nacionais não poderiam desempenhar sozinhos. [...] Ao mesmo tempo, à medida que a eficácia das organizações funcionais para o aumento do bem-estar geral se tornasse evidente, elas seriam valorizadas e se tornariam objeto da lealdade dos indivíduos. Daí a afirmação de que os Estados nacionais perderiam, gradativamente, sua influência nas sociedades modernas, uma vez que ela depende de sua capacidade de prover a melhoria contínua das condições de vida de suas populações.²¹⁹

Autores funcionalistas, como Karl Deutsch e David Mitrany, serviam-se do bloco regional da Comunidade Européia como arquétipo inspirador onde Estados poderiam cooperar entre si em busca de objetivos maiores, tais como: a construção do livre comércio, que na verdade é a composição do nível mais avançado que pode ser instituído por qualquer bloco econômico existente.²²⁰

Portanto, fazia-se cogente identificar por intermédio de métodos científicos os comportamentos racionais instaurados pelos Estados elevando a formação de estratégias – que eram de antemão mais eficientes na fomentação econômica e na repartição social – para a cooperação e a integração internacional produzindo um círculo virtuoso apontado como “*spill-over effect*”.²²¹ Tal processo “[...] *[dependia unicamente] das trocas de experiências que circulavam na base da rede transnacional*

²¹⁸ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²¹⁹ Ibidem, p. 76-77.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem.

de funcionários de organizações intergovernamentais e não-governamentais envolvidas na formulação e implementação das políticas setoriais.”²²²

Faz-se necessário desde o início lembrarmos aqui a falha inicial desse pensamento onde tal tentativa de solidificação do caráter integratório dos Estados, não teve suas premissas defendidas na fomentação do pacifismo como a melhor solução ao bem comum, mas sim esse viés foi abarcado desde o seu início, por fins econômicos providos por benefícios econômicos que convergiriam posteriormente na integração regional. Observamos aí um caráter meio utópico, considerando que se pensava em uma integração das relações internacionais entre Estados elevada pela economia. Utópico a partir da seguinte idéia percebemos que os conflitos – em sua maioria – são alargados exatamente pelo interesse econômico, sendo portanto, o viés contrário para a legítima aproximação dos Estados que guerreiam, disputam e se confrontam por causa da economia.

Também, é elevadamente simplista pensar que apenas o caráter tecnicista iria reger essa integração, não podemos esquecer que a movimentação inicial dos Estados são baseadas a partir de interesses, sendo muito difícil, portanto, os Estados cooperarem sem alçar de influências inerentes sobre todas as perspectivas. Complementamos, portanto, que sempre há objetivos e pré-disposições por trás de alguma idéia ou ação. Não falamos aqui que esta ação tenha que ser necessariamente maléfica, no intuito de conquistar ou diminuir, mas sim abrangemos aqui a própria característica do discurso – como o próprio Foucault alude – de não ser revestido de natureza imparcial.

Após críticas levantadas devido à reversão do processo de integração da Comunidade Européia em 1960, surge uma revisão da postura funcionalistas com Ernest Hass, teórico que promove de uma nova vertente do funcionalismo, o **neofuncionalismo** – que incorporou a dimensão política antes ausente a tradicional

²²² NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

vertente, observando a dinâmica do *spill-over* mais subordinada aos núcleos de poder e decisão,²²³ onde:

É preciso compreender como grupos de interesse, partidos, burocratas, governamentais, etc. dentro dos Estados trabalham no sentido de pressionar e convencer as elites nacionais a transferirem parcelas da soberania para a esfera transnacional. Da mesma forma, torna-se necessário analisar o papel das próprias organizações internacionais no trabalho de aprendizagem e convencimento dos tomadores de decisão no sentido de ampliarem a integração.²²⁴

Partindo, portanto, de uma visão mais estadocêntrica Hass acrescenta também outro elemento fundamental ao funcionalismo os valores, aludindo que:

Para que as elites burocráticas e governamentais se empenhem na construção e na ampliação das instituições internacionais eficazes, é preciso que estejam convencidas tanto dos benefícios materiais resultantes da integração quanto de sua importância no contexto de uma visão de mundo que acredita ser a cooperação na interdependência a melhor forma de organizar as relações internacionais pacificamente.²²⁵

Com o neofuncionalismo, nota-se o aproveitamento de uma grande vertente. Quando revemos a dinâmica da tendência à cooperação sem desconsiderar os interesses dos Estados acareamos um elemento fundamental a “aquisição” da idéia – que deve se haver sempre quando se fala em mudança paradigmática e mudança de tendências.

²²³ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²²⁴ HASS apud NOGUEIRA; MESSARI, ibidem, p. 79.

²²⁵ CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 79.

O funcionalismo nos é interessante pois por intermédio dessa teoria agregamos valor teórico ao presente estudo de caso, pois intuímos que a elevação do pacifismo no cenário internacional por intermédio da atuação dos agentes não-estatais internacionais. Na realidade, percebemos também que para o cenário internacional chegar à integração deve-se ser impreterivelmente pela aproximação dos Estados, não por se sentirem instigados a adentrar-se em um novo terreno onde o cooperativismo prevaleça, mas por vislumbrarem que um sistema internacional sem conflitos é o que deva ser de mais vantajoso para cada desses.

E é isso que a Ashoka e outros tantos agentes congêneres membros da comunidade internacional tentam suprir à redução da presença do Estado no exercício de um número cada vez maior de tarefas fomentando por sua vez a integração destituída de caráter economicista, baseando seu escopo na promoção da cooperação internacional por intermédio de programas que incentivem a solução de problemas comuns à sociedade civil global.

É importante, também, lembrarmos por fim a essencialidade dos grupos pressão, observados por Hass, grupos esses que detêm o maior poder de influência dentro das sociedades. Se tais grupos convencerem-se de que é mais vantajoso cooperar para uma nova construção social assim tenderá a ser feito, sendo que para esses adotarem tal postura é preciso que detenham interesse em uma “conscientização social”. Conscientização que é responsabilidade direta da comunidade internacional tendo como seus representantes os atores não-estatais os quais permeiam o cenário internacional, no intuito de melhor prover e promover os interesses da sociedade civil internacional transpondo a realidade conflituosa atual.

2.1.2 Pluralismo: o fenômeno da Interdependência e Interdependência Complexa

Resultante da inspiração funcionalista podemos destacar aqui outra corrente teórica contemporânea muito importante nas RI, a **pluralista** – que é também conhecida como **institucionalista**. A teoria pluralista incita o questionamento acerca da essencialidade e a efetiva perpetração do poder dos Estados no cenário internacional. Observa-se também que o pluralismo tem levantado questionamentos e encaminhado respostas muito diligentes sobre o cenário internacional, na medida que vislumbra e analisa os vários agentes permeadores do mesmo, destituindo o Estado como único ator das relações internacionais.²²⁶

Robert Keohane e Joseph Nye²²⁷, na década de 70, percebiam transformações nítidas na política mundial a partir de alguns eventos, como exemplo: a Guerra do Vietnã e a crise do petróleo de 1973. Dessas percepções concluíram que os processos transnacionais estavam mudando o caráter do sistema internacional.

As economias nacionais estavam mais interligadas pelo avanço nas comunicações, pela intensificação das transações financeiras, pelo crescimento no volume de comércio, pela atuação de empresas multinacionais em diferentes mercados simultaneamente, pela influência recíproca de movimentos culturais e ideologias etc. Isso significava que, cada vez mais, os acontecimentos que ocorriam em um país tinha efeitos concretos sobre outro país. [...] a característica mais nova dessa política mundial “em transição” era a emergência de atores não-estatais desempenhando papéis às vezes mais relevantes que o Estado [...].²²⁸

Fomentadas em decorrência do cenário mundial pós-guerra as OI tiveram seu escopo de atuação refletido em um abstruso programa de construção no cenário internacional, desenvolvendo-se cada vez mais como agentes influenciadores e importantes desse cenário. Por intermédio da ampliação de suas atuações as OI estabeleceram vários mecanismos promotores de cooperações multilaterais – tais como

²²⁶ CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

²²⁷ Autores de: *International Organization* de 1968, *Transnational Relations and World Politics* de 1970 e *Power and Interdependence* de 1977. (CASTRO, 2005).

²²⁸ KEOHANE; NYE apud NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 81.

tratados e acordos – delimitando regras e objetivos específicos onde “a presença de atores não estatais como empresas privadas, igrejas, e Organizações Não Governamentais (ONGs), nos processos da política e da economia internacionais”, modificava ainda mais a realidade.”²²⁹

Percebe-se deste modo que Keohane e Nye questionam diretamente a premissa realista – que alude à política internacional como consequência da extensão do poder ou força do Estado – propondo um novo conceito, o conceito de **interdependência** ou **dependência mútua** sendo definido como “[...] **situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em países diferentes** [que resultam de transações internacionais constituídas por] fluxos de dinheiro, pessoas e mensagens por intermédio de fronteiras internacionais.”²³⁰

Em consequência de tudo isso, foram sendo criadas redes de apropriação e transmissão de conhecimentos e informações que passaram em grande parte a balizar e distribuir autoridade e estruturar instâncias de negociação, de maneira a influenciar extensamente o jogo da política e da econômica internacionais, no que Keohane e Nye chamaram de “tapeçaria de diversas relações”.²³¹

Como consequência dessa ótica integracionista deve-se levar em consideração os “efeitos recíprocos” estendidos para e pelos Estados e seus respectivos “custos”. Nota-se que, da mesma forma que o Estado aproxima-se de outros Estados com tendência à cooperação há também a possibilidade de conflito devido a insegurança percebida pelo Estado gerada pela interdependência necessitando ter explícito que “a interdependência, portanto, é uma via de duas mãos: todos os atores são atingidos, em

²²⁹ KEOHANE; NYE apud CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 128.

²³⁰ KEOHANE; NYE apud CASTRO, ibidem, p. 128, grifo nosso.

²³¹ Ibidem, p. 127.

maior ou menor medida [...]”²³², derivando daí outros problemas como: a avaliação das diferenças de poder e a administração dos efeitos da interdependência.²³³

Observa-se que com “[...] o grau de integração e a complexidade da economia internacional tornam o aprofundamento de interdependência inevitável, forçando os Estados a buscarem mecanismos para lidar com seus efeitos negativos”²³⁴, compreende-se aí duas outras dimensões ou efeitos conseqüentes a essa interdependência: o primeiro seria a **sensibilidade** à mudança – que é um indicador de impacto – onde o grau de interdependência alude diretamente ao grau de impacto abarcando assim “[...] alterações em políticas locais em resposta a novas condições advindas de fatores externos”²³⁵; e o segundo seria a **vulnerabilidade** do Estado, que na realidade mede os custos das alternativas implementadas pelo Estado referindo-se ainda “[...] à presença de importantes “custos” sóciopolíticos ou econômicos da mudança que pode ser introduzida em políticas locais em resposta a novas condições advindas de fatores externos.”²³⁶

Partindo desse pano de fundo temos ainda que considerar – tornando, portanto, o cenário ainda mais complexo – o que Keohane e Nye discutem como “assimetrias na interdependência”. Surgindo assim o conceito de **interdependência complexa** que refere-se aos seguintes acontecimentos:

1. A existência de “múltiplos canais” de ligação entre sociedades, que vão desde interações informais entre autoridades e entre atores privados até relações interestatais formais.
2. A “ausência de hierarquia entre questões”, implicando um peso e conexões (linkages) variáveis entre questões de segurança nacional e outra (por exemplo, economias ou tecnologias) e entre questões de políticas domésticas e política externa, podendo tal variação gerar diferentes coalizões entre, dentro e fora de governos e burocracias.

²³² NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 83.

²³³ Ibidem, p. 83.

²³⁴ Ibidem, p. 83.

²³⁵ CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 129.

²³⁶ Ibidem, p. 129.

3. A irrelevância do uso da força militar em algumas situações.²³⁷

Segundo os autores Nogueira e Messari podemos acrescentar outra observação aqui no intuito de complementarmos os acontecimentos anteriormente citados acerca da interdependência complexa, onde: na existência de múltiplos canais há os contatos informais, a diversidade de atores e as OI; na agenda múltipla há a diversidade de questões na agenda do Estado, a ausência de *low-politics* e *high-politics*, e a fronteira difusa entre o doméstico e o internacional; e por último, há a utilidade decrescente do uso da força, devido ao envolvimento recíproco considerando, segundo as autoras, que a superioridade militar não influencia tanto na disputa econômica não sendo o poder militar mais fungível.²³⁸

Percebemos, portanto, que tais conceitos levantados nutrem diretamente as OI que passam a ser vistas como relevantes para explicação das transformações do cenário internacional. Onde a política internacional passa a ser bifurcada oscilando entre o mundo “estadocêntrico” feito pelas relações estatais e o “multicêntrico” desenvolvido pelos atores não-estatais ganhando também espaço nessa nova arena internacional os conflitos inter-burocráticos.²³⁹

Podemos perceber isso na seguinte citação:

[...] afirmando que o realismo estaria ultrapassado por não conseguir explicar, adequadamente, as mudanças na política mundial. [...] esses autores mostram que a interdependência *assimétrica* é um recurso de poder importante, bem como uma fonte de preocupação [...]. Do ponto de vista teórico, a interdependência complexa atingiu em cheio o conceito de “interesse nacional”.²⁴⁰

²³⁷ KEOHANE; NYE apud CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 129-130.

²³⁸ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 83.

²³⁹ ROSENAU, apud NOGUEIRA; MESSARI, *ibidem*.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 86, grifo do autor.

Observa-se, assim, a necessidade de analisarmos os reais interesses dos Estados e seus representantes na construção de instrumentos que permitam os Estados habitarem em um cenário internacional cooperativo e benéfico. Tal compreensão só pode ser conquistada por intermédio da concreta atuação dos organismos internacionais compostos em sua maioria por agentes não-estatais permeadores do cenário internacional, que tendam a essa conversão pelo fato de reduzir a insegurança Estatal. Já que como visto “*as organizações internacionais têm um papel maior como arena de negociação e como mecanismo de estímulo à cooperação*”²⁴¹, reduzindo assim o “custo” da interdependência por intermédio da criação de condições favoráveis à cooperação.²⁴²

Vislumbramos, portanto, uma nova concepção do escopo dos agentes não-estatais sendo “*a função das organizações [...] resolver problemas que os formuladores de políticas reconhecem depender da cooperação de outros Estados.*”²⁴³

Balizados pela ótica funcionalista percebemos a Ashoka como um desses organismos que pretendem estabelecer instrumentos cooperativos entre Estados por intermédio da promoção, identificação e suporte ao empreendedorismo social – que caracteriza-se, como veremos a seguir, como sendo um vetor impulsionador do terceiro setor, primeiro à âmbito local depois transpondo barreiras e se expandindo a nível internacional.

Observa-se assim uma nova percepção de que esses agentes não-estatais do cenário internacional podem ser veículos promotores e facilitadores das funções Estatais, e não instrumentos criados para alarmar as falhas dos Estados ou até mesmo combatê-los. Surge, portanto, daí, a idéia de vislumbrar esses novos agentes como mecanismos agregadores servindo como promotores de novas percepções para o Estado. Devendo as OI serem observadas como agentes internacionais somadores e não geradores de mais conflito e disputa no cenário internacional.

²⁴¹ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 85.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ Ibidem, p. 87.

A partir da ótica construtivista percebemos os agentes não-estatais como mecanismo de estímulo à fomentação da cooperação em decorrência do seu caráter conciliador, ou no mínimo devemos vislumbrá-los a partir da visão de Keohane e Nye, como diminuidoras de custos entre os Estados derivado da iminente e explícita integração dos mesmos.

2.1.3 Construtivismo e a construção social dos agentes

[...] vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas próprias escolhas. Este mundo em permanente construção é construído pelo que os construtivistas chamam de agentes. Vale dizer: Não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, **o mundo é socialmente construído.**²⁴⁴

O mundo é socialmente construído. Tal afirmação já denota a essência intrínseca da teoria construtivista²⁴⁵ que percebe como sendo seu ponto de partida a própria construção social perpetrada pelos Estados e demais atores não-estatais permeadores do cenário internacional sendo, portanto, diretamente derivada e instituída pela própria sociedade e seus agentes – idéias, regras e instituições.²⁴⁶

Tal teoria vislumbra o sistema internacional como uma construção e reafirmação social, onde “[...] devolve aos atores a capacidade de definir os contornos do mundo

²⁴⁴ KEOHANE apud NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p.162, grifo nosso.

²⁴⁵ O construtivismo tem como seu precursor o livro: *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations* de Nicholas Onuf e o artigo: *Anarchy Is What States Make Of It*, de Alexandre Wendt. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Entretanto, existem algumas ressalvas levantadas pelos autores Nogueira e Messari que asseveram que a afirmação a seguir é parcialmente correta se considerarmos que “[...] vários analistas contemporâneos, entre os quais Tim Dunne e Bry Buzan, consideram Bull e a escola inglesa como precursores do construtivismo nas Relações Internacionais, ou até como uma forma de construtivismo.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 169).

²⁴⁶ Ibidem.

*que o cerca, rejeitando o determinismo dos enfoques estruturalistas, sem recair, contudo, no idealismo da velha escola liberal.”*²⁴⁷

Alude-se, brevemente, que a ótica construtivista – para a autora do presente estudo – é a teoria que mais percebe as ONGI e as OI como promotoras efetivas da cooperação internacional. Por intermédio da visão de um ambiente sócio construído compreendemos a flexibilidade e a mutabilidade do cenário internacional. Onde esse por sua vez é moldado, como veremos, pelos agentes que o permeiam sendo fruto direto da influência dos agentes e da influência que o próprio cenário exerce perante os últimos podendo aludirmos daí que “o mundo somos nós que o fazemos”. Percebemos, portanto, que as organizações existentes no ambiente local e internacional fomentam, constroem e promovem realidades e utilizando desse ensejo de mundo socialmente construído observamos que da mesma maneira que o construímos podemos modificá-lo.

O **construtivismo** surgiu imerso em um cenário repleto de grandes debates nas RI e nas ciências sociais catalisando, assim, os temas que permeavam o cenário internacional da época – final da década de 80 e decorrer dos anos 90²⁴⁸, tais como: “[...] o lugar das idéias e valores na análise dos eventos sociais”²⁴⁹ e o debate acerca dos agentes e estrutura fomentado por realistas e idealistas, cujo grande mote de natureza ontológico era “[...] quem constrange e/ou limita as opções e a evolução do outro.”²⁵⁰

Remontado tal discussão acadêmica, realistas estruturais e marxistas asseguravam que as estruturas eram impositoras e delineadoras dos agentes precedendo-os. Entretanto, segundo realistas clássicos e liberais advia-se o contrário eram os agentes que outorgam antecedência ontológica à estrutura sendo esses os verdadeiros fomentadores e antecessores da estrutura. Incitado e incitando assim a discussão, construtivistas surgem com um debate interconexo revelando a

²⁴⁷ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 17.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem, p. 163.

²⁵⁰ Ibidem, p. 163.

importância do estreitamento da relação entre as RI e outras ciências a fim de acender respostas adequadas a perguntas complexas levantadas.²⁵¹

Observa-se que a incorporação do construtivismo como grande debate das RI é recente e ocorreu de maneira rápida já que o mesmo demorou apenas uma década para se firmar “[...] *ao lado do realismo e do liberalismo, como uma das três abordagens teóricas dominantes das Relações Internacionais.*”²⁵² Entretanto, alguns autores como Knud Erik Jorgensen percebem o debate construtivista não como uma teoria, mas sim uma metateoria, afirmando que o mesmo somente contribui ao lançar o chamado debate pós-positivista trazendo as RI conceitos e questionamentos importantes.²⁵³

Jorgensen distingue também o construtivismo em duas vertentes onde afirma posturas em *continuum* entre ambos: a primeira vertente é o realismo construtivo onde “[...] *o conhecimento que temos em relação ao mundo é socialmente construído, mas o mundo independe desse conhecimento que formulamos em relação a ele*”²⁵⁴; e a segunda vertente é o idealismo construtivo que caracteriza-se por “[...] *não apenas o conhecimento que temos sobre o mundo é socialmente construído, como o próprio mundo não independe do nosso conhecimento.*”²⁵⁵

O construtivismo muitas vezes é entendido como uma via média ou terceira via entre teorias convencionais e pós-positivistas devido à declaração de suas premissas.²⁵⁶ Como já dito, percebe-se como premissa fundamental construtivista – já definida pelos construtivistas Friedrich Von Kratochwil e Thomas Risse-Kappen – o mundo como “[...] *interação entre atores, isto é, os processos de comunicação entre agentes, que constrói os interesses e as preferências destes agentes.*”²⁵⁷

²⁵¹ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²⁵² KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER apud NOGUEIRA; MESSARI, ibidem, p.165.

²⁵³ Ibidem, p. 166.

²⁵⁴ Ibidem, p. 166.

²⁵⁵ Ibidem, p. 166.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ Ibidem, p. 166.

Podemos também definir ‘relativamente’²⁵⁸ outras premissas basais ao debate²⁵⁹ entre elas: a negação da antecendência ontológica da discussão entre agentes e estrutura afirmando que ambos co-existem no sistema internacional sendo co-construídos; a relação entre materialismo e idealismo onde os construtivistas compactam causas materiais otimizando também idéias e valores como fundamentais realizadores do conhecimento sobre o mundo material; a negação da anarquia internacional confirmando a existência por conseguinte de normas e regras delineadoras do cenário internacional onde, já que o sistema internacional é uma construção social pode variar entre o modelo pacífico ou conflituoso; e por último, o conceito de identidade onde para Wendt²⁶⁰, “[...] as identidades precedem interesses e se formam em processos relacionais entre a identidade e a diferença.”²⁶¹

Outro distinto assunto excessivamente abordado considerado como um dos principais desafios impostos ao construtivismo é a questão acerca dos desafios de natureza metodológica incitados pela dificuldade da validação do discurso construtivista decorrente das divergências entre acadêmicos. Devendo ser a “[...] intersubjetividade da linguagem e o compartilhamento dos discursos [...]”²⁶² ponto comum entre os construtivistas, sua cisão é originada quando os mesmos divergem acerca da essencialidade da virada lingüística que “[...] põe a análise do discurso – e mais especificamente das regras e normas que organizam e regem o discurso – como central na análise dos eventos sociais em geral, e das Relações Internacionais, em particular”²⁶³ improvisando dificuldades no balizamento do caráter científico e empírico das pesquisas construtivistas.

²⁵⁸ Relativamente visto que, como Nogueira e Messari afirmam, deve-se levar em conta que o debate construtivista possui diversas vertentes – que serão ainda evocadas nesse item – e que nem todas convergem entre si, possuindo limitações e até mesmo negações de algumas premissas comuns. Portanto, o que queremos enfatizar é que nem todas as premissas que serão delineadas a seguir são consideradas e validadas por todos os construtivistas.

²⁵⁹ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ Ibidem, p. 168.

²⁶² Ibidem, p. 168.

²⁶³ Ibidem, p. 168.

Observa-se também um ponto seguinte de análise fundamental que tende a ser sopesado quando se alude ao debate construtivista é que tal discurso acerca das normas já foi incitado pelos acadêmicos da escola inglesa²⁶⁴, dentre eles por Bull²⁶⁵. Entretanto percebe-se que Bull apenas destacou a importância das normas ao debater acerca da ordem internacional e suas instituições, porém, foram os construtivistas que aludiram precederem a análise do discurso com maior esmiuçamento²⁶⁶, onde “[...] as normas informam o discurso, e o discurso não é apenas um instrumento para ação política, e sim a própria ação.”²⁶⁷

Uma outra crítica que podemos levantar com relação a distinção alçada entre acadêmicos da escola inglesa e acadêmicos construtivistas é na diferenciação da perspectiva de ambas quanto a construção social, onde para os primeiros é de cardeal importância o poder na construção social – devido a perspectiva que os mesmos tem de uma construção social “eurocentrada” –, enquanto que para os últimos o poder já não detém esse caráter essencialista.²⁶⁸ Seguindo a mesma lógica, com o intuito de complementar e trazer contundência a análise construtivista, podemos perceber essa afirmação nos discursos de Foucault quando alude que sedentos pela vontade da verdade o discurso torna-se, além de objeto de desejo o próprio desejo, balizado e antevisto pelo desejo e poder mascarando, assim, o que tem de verdadeiro em si mesmo.

²⁶⁴ “Escola Inglesa de Relações Internacionais constitui uma abordagem de índole interpretativista e pluralista à Teoria das Relações Internacionais, que se centra nos conceitos de Hedley Bull de sistema internacional, sociedade internacional e sociedade global, intrinsecamente relacionados com a distinção de Martin Wight de três tradições de ação no ambiente internacional. [...] entre Realistas (Maquiavel/Hobbes), Racionalistas (Grotius) e Revolucionistas (Kant).” (PIRES, 2007).

²⁶⁵ “Nascido em 1932, em Sidney, Austrália, Hedley Bull é considerado um dos maiores teóricos das Relações Internacionais. Graduou-se em Filosofia e Direito em 1952, pela Universidade de Sidney e, em 1953, transferiu-se para a Universidade de Oxford, na Inglaterra, onde obteve o título de mestre em Ciência Política. Neste mesmo ano passou a ensinar Relações Internacionais na London School of Economics, onde entrou em contato com Martin Wight [...]. [...] Bull passou a articular seu pensamento segundo a abordagem racionalista, ou neo-grociana, como preferia chamá-la. Sua primeira obra, “*The Control of Arms Race*” (1961), abordava a questão das grandes nações. [...] escreveu uma série de artigos criticando a abordagem behaviorista, muito popular entre as universidades norte-americanas da época de 50 e 60. Em 1997, [...] publicou sua maior obra “*A Sociedade Anárquica*” [...]. Permaneceu em Oxford até sua morte, em 1985.” (BULL, 2002, orelha do livro).

²⁶⁶ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²⁶⁷ Ibidem, p. 167.

²⁶⁸ Ibidem.

Nota-se que existem três vertentes que recaem como sendo de grande importância para a compreensão do debate construtivista representadas pelos acadêmicos Nicholas Onuf, Friedrich V. Kratochwil²⁶⁹ e Alexander Wendt que discorreremos na sequência. Além disso destacamos a importância do olhar crítico acerca das seguintes questões: na ênfase do discurso e nas normas partilhados pelos autores, na obstinação da demonstração de co-construção do debate acerca agentes e estrutura, e no distanciamento da teoria positivista em Kratochwil e, ao contrário, na aproximação da mesma em Wendt.²⁷⁰

Kratochwil em busca de solucionar falhas epistemológicas e ontológicas das RI é considerado um dos principais proponentes da virada lingüística ao afirmar que “[...] ao entendermos as regras que regem o discurso, podemos entender as regras que regem a própria realidade, já que **o mundo no qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele.**”²⁷¹ Balizados por essa proposta onde toma-se a linguagem como a própria ação pressupõem-se que muito mais do que apenas racionalidade nos atos cometidos pelos atores percebemos a importância das normas nos processos decisórios, na medida em que as mesmas influenciam as ações sociais chegando a justificar e até legitimar certas ações.²⁷²

Por isso, a análise das ações dos agentes deveria consistir não na análise dessas ações, mas sim a análise das regras e normas que orientaram a sua escolha. Para Kratochwil, os processos de comunicação social e de intersubjetividade são centrais para o entendimento do processo por intermédio do qual as decisões e as ações dos atores são analisadas. Decorre disso a necessidade de analisar e entender as normas que organizam o discurso da tomada de decisão. [...] Essa teoria proposta por ele se afirma como diferente as abordagem da teoria liberal na análise da tomada de decisão.²⁷³

²⁶⁹ Contribui expressivamente para o debate construtivista ao publicar: *Rules, Norms and Decisions. On the conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*, em 1989. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Ibidem, p. 170, grifo nosso.

²⁷² Ibidem.

²⁷³ Ibidem, p. 171.

Nicholas Onuf, outro celebre teórico construtivista, destaca-se ao propor que a sociedade não é essencialmente anárquica, mas sim heterônoma²⁷⁴ sendo constituída por intermédio de sua atual construção social afirmando que a sociedade ou o “mundo lá fora” pode ser a qualquer momento transformado e reconstruído no processo de integração entre agentes e estrutura, onde situou as regras entre agentes e estrutura negando, portanto, a estrutura ontológica de ambos.²⁷⁵

Aludindo a necessidade de se analisar as regras que regem o discurso no intuito de compreender as relações sociais Onuf percebe que o discurso e os atos estão intrinsecamente ligados afirmando que os atos são a origem e a expressão do discurso, discurso esse que ao ser proferido e aceito identifica por sua vez as regras das relações sociais como sendo decorrentes de três categorias de “atos de fala”, que conseqüentemente geram três outros tipos de “domínios”, provocando ao final “três tipos de organizações”.²⁷⁶

As três categorias de atos de fala são sequencialmente divididas em: **assertiva** que “[...] podem ser genéricos e ter a forma de um princípio, ou específicos e serem regras de instrução. [...] [que] informam como as coisas são”²⁷⁷; **diretiva**, onde “as regras de direção são mais categóricas. Implícito nelas estão os comandos e as ordens, de onde decorrem obediência e a aceitação das regras”²⁷⁸ e de **compromisso**, onde também “as regras de compromisso são regras mediante as quais se propõem recompensa. Os agentes devem agir de acordo com esses compromissos.”²⁷⁹ Decorrente desses três tipos de regras citadas gera-se outros três tipos de domínios utilizados no intuito de definir a política considerando que “as relações sociais são baseadas em regras, que geram assimetria de poder, criando, com isso, condições de

²⁷⁴ Heterônoma ou heteronomia é o “[...] conceito que Onuf adota a partir de Immanuel Kant para questionar a trilogia weberiana e que ele define como oposto da autonomia, ou seja, aquilo que não tem autonomia [...]. Com isso, em vez de falar de anarquia, Onuf prefere falar de heteronomia [...].” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 174).

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ Ibidem, p. 173.

²⁷⁸ Ibidem, p. 173.

²⁷⁹ Ibidem, p. 173-174.

domínio.²⁸⁰ Os domínios por sua vez pode ser: **racional, tradicional e carismático**²⁸¹, onde posteriormente é gerado para cada domínio três tipos de organizações: **hegemonia, heteronomia e hierarquia.**²⁸²

Onuf, entretanto, lembra que “[...] a não-aceitação implica em conseqüências. Ou seja, estabelece-se um fato social e espera-se uma ação, em resposta a esse fato social. O que difere é a explicação da conseqüência por intermédio do discurso”²⁸³ Ressalva-se, também, a flexibilidade nas regras geradas pelo ato de fala devido ao fato de existirem inúmeros atos de fala não enfatizados ou percebidos pelo autor, frutos da dinamicidade da vida social.²⁸⁴

Apreciando o mundo como uma construção social onde tudo está em constante e dinâmico estágio evolutivo, Onuf estabelece as relações internacionais como eventos sociais ponderando que, as regras que fazem e indicam os agentes de uma estrutura não constitui apenas uma visão homogênea dos fatos, mas sim uma visão multidimensional ao tratar da mesma maneira as regras que constroem os agentes, onde esses agentes por sua vez constroem as regras.²⁸⁵

Como última vertente construtivista temos o aporte do teórico Alexander Wendt, que seguiu uma linha de raciocínio similar a Onuf discutindo o debate entre agente e estrutura, onde procurou questionar as discussões da época que sempre privilegiavam a estrutura em detrimento dos agentes.²⁸⁶

Wendt questiona acerca do conceito de anarquia afirmando que o cenário internacional “[...] não possui uma lógica única de conflito e competição. Pelo contrário,

²⁸⁰ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 174.

²⁸¹ Chiavenato, autor que iremos melhor discorrer adiante, cita em seu livro “**Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**” que em determinada época da sua vida Weber aprofundou-se no fenômeno do empreendedorismo percebendo o empreendedor como um tipo especial de personalidade humana, melhor explicada na Teoria do Carisma de Weber. (CHIAVENTAO, 2008). Paralelo a essa informação podemos perceber aqui que o empreendedor pode ser abarcado também pelo domínio carismático sob a ótica construtivista de Onuf.

²⁸² NOGUEIRA; MESSARI, op. cit.

²⁸³ Ibidem, p. 173-174.

²⁸⁴ Ibidem.

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ Ibidem.

*a anarquia pode reverter tanto lógicas de conflito quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela.*²⁸⁷ Entretanto, mesmo negando a antecedência ontológica do debate agentes e estrutura falando de um co-constituição entre ambos, Wendt torna-se mais próximo das teorias dominantes nas RI ao reconhecer a essencialidade dos Estados ao revisar que “a **anarquia** – isto é, a estrutura – é o que os **Estados** – isto é, os agentes - fazem dela.”²⁸⁸

Decorrente desse estadocentrismo e do conceito defendido pelo autor de “[...] agência como central aos entendimentos dos fenômenos sociais [...]”²⁸⁹, foi incitado uma série de críticas ao mesmo. Fazendo com que essa máxima levantada contribuísse com a construção de uma ponte entre positivistas e pós-positivistas, nem tanto pela afirmação da negação ontológica, mas sim pela mobilidade do processo.²⁹⁰

Wendt também critica a identidade como predispostas – ou seja, como fato de caráter rígido e inerente – apresentando uma visão alternativa da mesma ao defender que o processo de construção de identidades coletivas é o produto de processos relacionais e dinâmicos sujeitos a constante transformação²⁹¹. Wendt afirma que “[...] [os] processo relacionais podem levar a mudanças nas identidades coletivas, que, por sua vez, podem modificar a lógica de funcionamento da anarquia.”²⁹²

Portanto, para Wendt as teorias deveriam abarcar instrumentos endógenos de análise²⁹³ para, assim, poder nitidamente compreender e analisar os processos de construção das idéias e valores dos agentes ou seja, suas identidades coletivas – que

²⁸⁷ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 176, grifo nosso.

²⁸⁸ Ibidem, p. 176, grifo do autor.

²⁸⁹ Ibidem, p. 179.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Ibidem, p. 176.

²⁹³ Uma das principais e mais rígidas críticas dirigidas a Wendt foi com relação a questão da cientificidade defendida pelo autor que tenta estabelecer pontes com as correntes dominantes, por intermédio da comprovação empírica da produção de conhecimento. Outro grande ponto levantado pelos críticos de Wendt, é seu aparente descaso pela virada lingüística, tão defendida por outros construtivistas como Kratochwil. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

precedem a definição dos interesses dos agentes²⁹⁴ onde “[...] no caso de Wendt, os agentes permanecem mudos, e suas comunicações são atos unilaterais de agentes que são seguidos por outros atos unilaterais de outros agentes, sem que isso signifique uma comunicação intersubjetiva.”²⁹⁵

Ao final, Wendt, assim como Onuf, cunha três perspectivas culturais de anarquia e as caracteriza distinguindo-as entre: a **hobbesiana** da inimizade, a **lockeana** da rivalidade e a **kantiana** da amizade que, também, decorrem em outras três internacionalizações de níveis diferentes: pela força onde “[...] os atores internos se conformam com a existência de uma cultura de anarquia por existirem motivos de poder e sobrevivência para levar os atores a aderirem essa cultura [...]”²⁹⁶; pelos interesses que “[...] significa que há um preço a ser pago para aderir – ou não - a essa cultura de anarquia, e que um cálculo de custos e benefícios levará a internacionalização –ou não- de uma cultura de anarquia”²⁹⁷; e pela legitimidade que “[...] demonstra um profundo convencimento de que a cultura de anarquia não revela apenas uma questão de interesses, mas sim de normalidade: sequer cogitam-se outras alternativas a não ser a amizade entre os agentes.”²⁹⁸ Finalmente, Wendt afirma ainda que “[...] nas três culturas de anarquia, os três níveis de internacionalização são possíveis, e fala de uma matriz de três culturas por três níveis de internacionalização.”²⁹⁹

Percebemos que nas premissas defendidas pelos autores construtivistas, Onuf e Wendt balizaram a essencialidade do debate sobre as instituições. Onuf, portanto, ganha relevância teórica quando sugere que “[...] as instituições são construídas pelos agentes sim, mas o processo de construção é limitado pelas limitações estruturais. Isto é, os agentes não podem construir a instituição que querem, mas sim a instituição que podem.”³⁰⁰ Wendt por sua vez questiona a falta de perspectiva futura das anteriores análises e coloca como cerne seu ponto de vista questionador onde incita a seguinte

²⁹⁴ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²⁹⁵ Ibidem, p.178.

²⁹⁶ Ibidem, p. 180.

²⁹⁷ Ibidem, p. 180.

²⁹⁸ Ibidem, p. 180.

²⁹⁹ Ibidem, p. 180.

³⁰⁰ Ibidem, p. 182.

análise, “*quais as instituições – e para que propósitos definidos – os agentes querem construir?*”³⁰¹

Não obstante devemos aqui ressaltar o construtivismo como “[...] *uma via média - um meio termo - entre o realismo e o liberalismo, por um lado, e algumas contribuições pós-positivistas por outro [...]*”³⁰², fazendo com que seja percebido por uma diversidade de conceitos, idéias e vertentes que esboçam-no como uma teoria bem aberta. Mesmo balizado por vertentes um pouco divergentes, o construtivismo continua por defender sua premissa básica de construção social afirmando, assim, como central o papel dos agentes não estatais no âmbito internacional sem, entretanto, descartar o papel dos Estados. Considerando, portanto, a linguagem como própria ação notamos que o mundo é percebido como o querem perceber – e para a autora este é o grande trunfo da teoria.

Se analisarmos o cenário internacional sob influência da teoria construtivista percebemos que sob influência de uma perspectiva egocêntrica o mundo será construído sob esse viés, sendo galgado por conflitos e divergências, se ao contrário, o mundo for percebido pelo viés cooperativista o mesmo será baseado em doação, humanitarismo e harmonia. Como observado percebemos que as organizações não-estatais influenciam diretamente a construção do cenário internacional, por isso há uma grande necessidade das mesmas serem, de maneira crescente, defensoras de legítimos e retos interesses visando bens comuns a comunidade global. Percebemos, portanto, a Ashoka como mais um desses agentes que auxiliam na improvisação por um mundo mais integrado abarcado por valores pacifistas. Sendo essa integração e fomentação de valores legítimos transpostos pela organização, não apenas baseada na visão ou missão da mesma – que veremos mais a seguir –, mas sim na sua constituição e composição de seus *fellows*³⁰³ que colaboram na construção de um mundo melhor solucionando problemas existentes.

³⁰¹ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p.182.

³⁰² Ibidem, p 185.

³⁰³ *Fellow* é como são chamados os empreendedores sociais membros da Ashoka.

Percebemos, também, os empreendedores sociais da Ashoka como verdadeiros agentes de mudança internacional considerando que são representantes dos mais variados locais e dos mais variados países compondo uma organização com um objetivo comum: a mudança paradigmática do sistema. Percebemos, portanto, que essa transposição sistêmica começa a âmbito local – sendo a construção social edificada pela própria sociedade, que serve e é servida pelo Estado – detendo como os próprios construtivistas aludem a mudança por intermédio da intenção e a ação – caso apreciemos a mudança como fruto de uma representação dinâmica da realidade.

Podemos também entrever aqui trazendo contundência a questão da construção social construtivista outro mote, a questão do fato social³⁰⁴ aludida por Durkheim³⁰⁵, onde as correntes sociais atreladas aos fatos sociais – sem a organização delimitada desse último – nos afere que não produzimos movimentos mas sim o sofremos, e que por ser uma imposição externa dominante muitas vezes não podemos denegar-nos contra esses, a risco de sermos automaticamente excluídos.³⁰⁶

Aplica-se, assim, um movimento vitimado ao micro sendo posteriormente ampliado ao macro consagrando nessa extensão a sociedade como um todo. Onde a mesma é observada como uma construção imposta que molda o indivíduo. Como Durkheim alude: ao observarmos uma criança e o sistema de educação que molda-a

³⁰⁴ Para Durkheim nem tudo é fato social apenas por se passar na sociedade ao contrário, alega-se uma delimitação extremamente específica ao mesmo considerando, portanto, que; “[é] fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que se possa ter.” (DURKHEIM, 1975, p.5).

³⁰⁵ “David Émile Durkheim, sociólogo francês, nasceu em Épinal a 15 de abril de 1858. Estudou na École Normale Supérieure de Paris, tendo-se doutorado em Filosofia. Em 1885 foi estudar na Alemanha, sendo muito influenciado pelas idéias do psicólogo Wilhelm Wundt. Ocupou a primeira cátedra de Sociologia criada na França na Universidade de Bordéus, em 1887. Aí permaneceu até 1902, quando foi convidado a lecionar Sociologia e Pedagogia na Sorbonne. É considerado o fundador da Sociologia moderna. [...] O sistema sociológico de Durkheim baseia-se em quatro princípios fundamentais: 1) A Sociologia é uma ciência independente das demais Ciências Sociais e da Filosofia. 2) A realidade social é formada pelos fenômenos coletivos, considerado como “coisas”. 3) A causa de cada fato social deve ser procurada entre os fenômenos sociais que o antecedem. Para explicar o fenômeno social, deve-se procurar sua causa. 4) Todos os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, formando uma realidade específica. Segundo Durkheim, o homem é um animal que só se humaniza pela socialização. Suas principais obras são: A divisão do trabalho social (1893), As regras do método sociológico (1894) e O suicídio (1897). Durkheim morreu em Paris a 15 de novembro de 1917.” (MARTINS, 2008).

³⁰⁶ DURKHEIM, op. cit.

para a mesma “conviver na sociedade” notamos que, *“toda a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente.”*³⁰⁷ A partir dessa disposição externa que nos é imposta surgem os hábitos que fazem tal pressão ser posteriormente concebida como natural ao indivíduo.³⁰⁸

Durkheim enfatiza também a tênue diferença entre fatos sociais e encarnações individuais que podem ser pensamentos encontrados em todas as consciências particulares, tal qual um movimento que todos os indivíduos repetem conceituados por hábitos coletivos. Percebemos, assim, que os fatos sociais são distintos de suas percepções individuais sendo, portanto, correntes de opinião que nos impelem com intensidade desigual devido ao seu caráter imperativo e coercitivo – direto ou indireto – sobre o indivíduo existindo independentemente ao mesmo.³⁰⁹

Entretanto, Durkheim alude que *“as manifestações privadas têm realmente algo de social também, uma vez que reproduzem em parte um modelo coletivo; mas cada uma delas depende outrossim, [...] da constituição orgânico-psíquica do indivíduo [...]”*³¹⁰ notando que o fenômeno não é necessariamente coletivo por ser geral pois, *“está bem longe de existir no todo devido ao fato de existir nas partes, mas ao contrário existe nas partes todas porque existe no todo.”*³¹¹

Por fim, afim de apoiarmos a visão construtivista, Durkheim alega que o sentimento coletivo é resultante da vida comum das consciências individuais resultado desse que advém centralização da energia coletiva, onde: *“se todos os corações vibram em uníssono, não é em consequência de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque a mesma força está a movimentá-los no mesmo sentido. Cada um é arrastado por todos.”*³¹²

³⁰⁷ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1975. p. 5.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem, p.11.

³¹⁰ Ibidem, p. 7.

³¹¹ Ibidem, p.7.

³¹² Ibidem, p. 8.

A partir dessa ótica podemos aferir que se o fato social é imitável possuindo tendência a se generalizar nós indivíduos, servimos, portanto, como bases para os fatos sociais existirem e generalizarem-se. Sob esse viés ao observarmos que nosso comportamento não passa de maneiras de agir impostas e consolidadas, podemos refletir que tal comportamento pode ser a qualquer momento refreado, a partir do advento da conscientização de tal fato. Sendo assim, alude-se aqui que há a possibilidade de mudarmos sistemas e padrões considerando que os mesmos são flexíveis e construídos continuamente. Tal conclusão afirma, portanto, a Ashoka como um desses instrumentos de conscientização e construção paradigmática sendo considerada como um novo mecanismo de edificação sistêmica improvisando, assim, um outro mundo possível.

2.2 O Surgimento do Fenômeno Empreendedorismo Social

Adentrando no fenômeno do empreendedorismo social analisamos as transformações sociais das últimas décadas como sendo consideradas eventos diretamente provenientes da estimulação da dinâmica mundial, instigadas dentro do sistema por novos agentes impulsionadores do cenário internacional. Observando-se que *“a explicação mais simples para essas mudanças [atuais] é que as barreiras que outrora as impediam desapareceram com velocidade surpreendente.”*³¹³

*“A prosperidade da segunda metade do século XX, tanto foi causa como efeito de evoluções científicas que redefiniram a vida humana.”*³¹⁴ Percebe-se, por conseguinte, que houve uma nítida revolução no sistema internacional decorrente dos últimos grandes eventos ocorridos, tais como: o crescimento econômico mundial promovido pelo sistema capitalista atual e o seu excedente de capital; a diminuição de barreiras internacionais; a democratização do cenário internacional; o crescimento

³¹³ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 21.

³¹⁴ Ibidem, p. 22.

tecnológico; o acesso à informação; o aumento da qualidade e expectativa de vida; entre outros que propulsaram não só mudanças sociais, como também o próprio remodelamento social impactando abertamente a interação inter-social e intra-social existente.³¹⁵

*“Resumindo, hoje em dia, a gente tem mais liberdade, tempo, riqueza, saúde, mobilidade social e confiança para enfrentar problemas sociais de modo novo e ousado.”*³¹⁶ A partir dessas mudanças no cenário internacional um novo agente ganha foco na medida em que os problemas sociais aumentam. Como refere J. Gregory Dess³¹⁷ em seu artigo sobre “O significado do empreendedorismo social”, *“social entrepreneurs are needed to develop new models for a new century.”*³¹⁸ Para tanto, desde o início do esclarecimento do fenômeno do empreendedorismo social devemos estar atentos a essência basilar do empreendedor social, ou seja, do seu potencial transformador e pioneiro.

Segundo Dess, a fomentação do empreendedorismo social também encontra-se diretamente ligada a atual descredibilidade das instituições governamentais e sociais, visto que tais instituições são taxadas muitas vezes como ferramentas inoperantes nas soluções dos seus problemas-chave promovendo por intermédio do descontentamento social o surgimento de um novo ator resolutor desses problemas.³¹⁹

Percebe-se que o crescimento do empreendedorismo social é fomentado diretamente pela atuação dos empreendedores sociais nos problemas sociais. Segundo o autor Bornestein³²⁰ observamos, portanto, que:

³¹⁵ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

³¹⁶ Ibidem, p. 23.

³¹⁷ “J. Gregory Dess é empreendedor do Centro Kauffman para Liderança Empreendedora da Fundação Ewing Marion Kauffman e professor do centenário Miriam e Peter Hass em serviço público graduado na Escola de Negócios da Universidade de Stanford.” (DESS, 1998, p. 1).

³¹⁸ “Empreendedores sociais são necessários para o desenvolvimento de novos modelos para um novo século.” (DESS, 1998, p. 1).

³¹⁹ BORNSTEIN, op. cit.

³²⁰ “David Bornestein é jornalista, escreve sobre inovações sociais e colaborou para *The New York Times* e *The Atlantic Monthly*. Publicou *The Price of a Dream: The Story of the Grammen Bank*.” (BORNESTEIN, 2005, orelha do livro).

Enquanto cresce a preocupação com os problemas sociais, também cresce a certeza de que os governos não estão conseguindo resolvê-los. [...] embora os governos sejam responsáveis por traduzir as vontades dos cidadãos nas políticas públicas, não são necessariamente os veículos mais eficientes, e certamente não são o único veículo legítimo para a verdadeira distribuição de muitos bens sociais, e frequentemente são menos criativos do que as organizações de cidadãos empreendedores.³²¹

Podemos perceber também que nas sociedades onde o governo é mais falho e onde a população civil é menos atuante – decorrente da falta de um governo ativo e forte, que também é consequência direta de uma população civil aluada e fraca gerando, portanto, um ciclo vicioso – acentua-se o caráter inovador dos indivíduos que atuam no intuito de resolver problemas que os afetam diretamente, fruto de uma percepção mais voltada à própria comunidade.

Muitas vezes mesmo sem o apoio governamental necessário para o encaminhamento de seus projetos, tais indivíduos – solucionadores de problemas sociais – tendem a descobrir novas fontes de recursos desenvolvendo, assim, seus projetos. Precipitando a emergência do fenômeno do empreendedorismo social no cenário internacional, sendo seu agente percebido como um “[...] ator que impulsiona a mudança social.”³²² Surgindo daí a pretensão de percebermos esse indivíduos como atores de verdadeiras mudanças paradigmáticas sendo considerados como verdadeiras “[...] forças transformadoras [...]. [...] [que] promovem mudanças sistêmicas: onde mudam padrões de comportamento e visões de mundo.”³²³

Compreendidos, portanto, como “[...] gente que resolve problemas sociais de grande escala”³²⁴, os empreendedores sociais não são sopesados necessariamente como sujeitos célebres abarrotados de prestígio ou capital que se engajam em causas filantrópicas ou entram no terceiro setor como uma forma de ganhar maior credibilidade

³²¹ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 24.

³²² Ibidem, p. 15.

³²³ Ibidem, p. 16.

³²⁴ Ibidem, p. 15.

e status para sua auto-promoção. Pelo contrário, os empreendedores sociais – na sua grande maioria – são indivíduos comuns que vivenciam díspares realidades, a questionam e ponderam novas soluções capazes de transformar efetivamente quadros sociais. Sendo essa transformação efetivada por intermédio de soluções adequadas que podem ser implementadas não só na realidade proposta, como também podem ser maximizadas servindo de solução para outros problemas e outras realidades vivenciadas ao redor do mundo.³²⁵

Portanto, percebemos – analogicamente – o empreendedorismo social uma forma concreta de transformação social propulsada de baixo para cima e de dentro para fora³²⁶, cujo fito cardeal é a tentativa da diminuição dos problemas sociais acentuados em todo o mundo, na medida em que impactam diretamente a sociedade flagelada pelos males conseqüentes dos problemas sociais.

Peter Goldmark que foi presidente da Fundação Rockefeller, de 1988 a 1997, expôs que: *“Há pessoas incansáveis tentando lidar com problemas que não estavam sendo bem administrados pelas instituições existentes. Escaparam dos velhos formatos e foram levadas a inventar novas formas de organização.”*³²⁷

Portanto, aludimos aqui que a partir de uma solução local o empreendedorismo social expande-se a nível internacional caracterizando-se como um fenômeno global, ao considerarmos que:

No mundo todo, as pessoas enfrentam problemas semelhantes: sistema de ensino e saúde inadequados, ameaças ambientais, descrédito em instituições políticas, pobreza instituída, altas taxas de criminalidade e daí por diante. Mas nos países mais pobres, os empreendedores sociais tem de atingir muito mais

³²⁵ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

³²⁶ Se considerarmos um esquema piramidal, onde a base é formada pela sociedade civil e no topo, encontramos o governo e se consideramos também, que são os próprios cidadãos que adotam uma postura pró-ativa no intuito de sanar os problemas sociais. Observamos também que Marx já falava sobre esse processo que foi denominado por ele de “processo de objetificação”. Leonardo Boff também refere-se sobre esse arquétipo mas abarcando outro tema, a religiosidade.

³²⁷ GOLDMARK apud BORNSTEIN, op. cit, p. 19.

gente com muito menos recurso, de modo que tem de ser especialmente inovadores para oferecerem soluções proporcionalmente adequadas.³²⁸

Por fim, faz-se, também, interessante observar que esses novos atores internacionais confundem-se como próprios provedores e coletores do fruto decorrente de suas ações. E que é somente por consequência de um cenário estimulador que o empreendedor social encontra soluções mais efetivas e inovadoras para o combate dos problemas sociais.

2.3 O Empreendedor Social: o impulsionador de mudanças no cenário internacional

Embora o fenômeno do empreendedorismo social sempre tenha existido ao longo da história, por intermédio de agentes que exerciam esse papel mesmo sem conhecimento do tema, o conceito é característica atual. Observa-se, portanto, que a fim de construir mudanças sociais faz-se necessário esse agente inovador que detendo uma habilidade social unida do perfil empreendedor é capaz de atuar para o benefício da sociedade civil.³²⁹

Atualmente, nota-se que o termo empreendedorismo social ainda possui uma compreensão muitas vezes vaga e ambígua. Dess afirma que nem todo o líder de um setor social pode almejar um dia vir a ser um empreendedor social, considerando que para tanto faz-se necessário possuir um perfil específico – o de empreendedor. Dess afirma que:

³²⁸ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.17.

³²⁹ DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

[...] muitos associam empreendedorismo social exclusivamente com organizações não-governamentais que começam através de organizações governamentais ou organizações privadas. Outros o utilizam para descrever qualquer um que comece uma organização não governamental. Outros ainda usam o termo para referir aos empresários que integram responsabilidade social nas suas operações [...].³³⁰

Para esclarecer o conceito propomos remontarmos ao histórico da palavra empreendedor:

O empreendedorismo tem sua origem na reflexão de pensadores econômicos do século XVIII e XIX, conhecidos defensores do *laissez-faire* ou liberalismo econômico. Esses pensadores econômicos defendiam que a ação da economia era refletida pelas forças livres do mercado e da concorrência. O empreendedorismo tem sido visto como um engenho que direciona a inova e promove o desenvolvimento econômico.³³¹

Do latim *imprehendere* a palavra empreendedorismo surge na língua portuguesa já no século XV³³², de origem francesa o vocábulo *entrepreneur* quer dizer “aquele que assume riscos e começa algo novo”³³³. Inicialmente, o termo empreendedorismo tem seu conceito creditado ao economista Jean Baptiste Say³³⁴ – que em 1800 utilizou o

³³⁰ DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998, p. 1, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

³³¹ REYNOLDS; SCHUMPETER apud CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 5.

³³² CRUZ JÚNIOR, João Benjamim et al. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. *Revista da Ciência e Administração*, v. 8, n. 15, jan.\jun. 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_educacao_emprendedora_cad.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2008.

³³³ CHIAVENATO, op. cit., p. 3.

³³⁴ Jean Baptiste Say foi um grande teórico famoso pela criação da “Lei dos mercados” – mais conhecida como a Lei de Say – que “[...] não apenas descreve um “equilíbrio” contábil, tautológico por definição, mas também, e sobretudo, o equilíbrio geral do sistema econômico [...]. [Expressando] a tendência do sistema capitalista ao equilíbrio dinâmico de períodos longos.” (TAPINOS, 1983, p. 15).

termo empreendedor em seu livro *Tratado de economia política*³³⁵ –, onde posteriormente temos a criação de um conceito de empreendedorismo mais atual creditada ao teórico Joseph Schumpeter³³⁶.

Descrevendo o perfil do empreendedor como uma espécie de ator inovador necessário à sociedade, Schumpeter garantiu que a transformação da sociedade acontecia por intermédio da reinvenção de sistemas ou da chamada “destruição criativa”.³³⁷ Schumpeter expunha o conceito tradicionalista – oriundo de Say – e o expandia alegando que:

[...] a economia não crescia ‘natural’ ou inevitavelmente e nem mesmo de modo estável. Em vez disso, era empurrada para a frente em saltos súbitos por homens-chave que queriam promover novos bens e novos métodos de produção, ou para explorar uma nova fonte de materiais ou um novo mercado.³³⁸

Portanto, percebemos a origem do conceito empreendedorismo coligada desde seu princípio na definição de indivíduos que geram valor econômico considerando-os como estimuladores do progresso, onde a partir de descobertas eficientes tinham como caráter cardeal na suscitação de mudanças desenvolvimentistas sob um foco economicista. Balizado pela visão tradicionalista de Say e Schumpeter, Peter Drucker

³³⁵ CRUZ JÚNIOR, João Benjamim et al. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. *Revista da Ciência e Administração*, v. 8, n. 15, jan.\jun. 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_educacao_empreendedora_cad.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2008.

³³⁶ Joseph Schumpeter foi um grande teórico econômico que “[...] antes de completar trinta anos, havia escrito dois livros extraordinários; [...] [foi também] Ministro da Fazenda na Áustria; filósofo social e profeta do desenvolvimento capitalista; historiador das doutrinas econômicas; teórico de Economia que preconizava o uso de métodos e instrumentos mais exatos de raciocínio; e professor de Economia.” (SAMUELSON, 1965, p. 107).

³³⁷ DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998. p. 1, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

³³⁸ MCCLELLAND apud BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 360.

expandiu a definição do conceito com o enfoque na oportunidade gerada pela mudança que cria valor ao mesmo tempo.

Baseado em uma visão de transposição de valores proposta pela prática da “inovação sistêmica”, Drucker afere dois pontos essenciais acareados pelos empreendedores: a inovação e a oportunidade.³³⁹ Ponderando, também, que a criação de um negócio qualquer não mostra se o indivíduo possui necessariamente um caráter empreendedor e inovador, considerando que *“empreendedores tem uma mente aberta que possibilita ver antes as possibilidades do que os problemas criados pela mudança.”*³⁴⁰

Com o fito de finalizarmos a passagem sobre a origem do conceito do empreendedorismo notamos, portanto, que desde seu princípio o termo foi acareado sobre um enfoque capitalista cuja obliquidade determinante era muito natural, visto que no período de seu surgimento imperava o início da visão e expansão desenvolvimentista moderna. Observamos, também, que o termo sobreviveu aos tempos sendo constantemente propulsado por intermédio do estabelecimento da sociedade moderna e da amplificação da visão mercantilista. Abarcando, posteriormente, uma ótica mais integrada devido a ampliação do campo de atuação do empreendedor.

É baseado nesse contexto que percebemos a existência de uma diferenciação de valores afetando tanto o empreendedor comercial como o empreendedor social na maneira de como ambos entendem e acessam as oportunidades existentes. O empreendedor de negócios privilegia a obliquidade econômica – como falado – já o empreendedor social interessa-se pelo viés social.³⁴¹ Podemos citar como exemplo dessa diferenciação de valores o díspar enfoque nos resultados peculiares de ambos empreendedores, particularmente captado na distinção dos ativos perseguidos pelos

³³⁹ CRUZ JÚNIOR, João Benjamim et al. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. *Revista da Ciência e Administração*, v. 8, n. 15, jan.\jun. 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_educacao_emprendedora_cad.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2008.

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ Ibidem.

mesmos. Como Dess alega “a riqueza é apenas um recurso para um fim, para os empreendedores sociais. Para os empreendedores de negócio, a criação de riqueza é um meio de mensurar a criação de valor.”³⁴²

Conseqüentemente, entende-se que o empreendedor social enfoca na geração de impacto proveniente à **missão social**³⁴³ realizada pelo mesmo, utilizando a noção posterior de **impacto social**³⁴⁴ como ferramenta de mensurabilidade de resultado. Já o contrário é válido para o empreendedor econômico onde seu ativo objetivado é a própria criação de riqueza considerada de natureza mais tangível, sendo mais fácil de ser figurada e conceituada.

Vislumbramos, portanto, que o empreendedor social pode ser compreendido na figura do empreendedor emblemático³⁴⁵ utilizando-se, entretanto, de um outro campo de atuação à sociedade civil abarcando, por sua vez, como tema central a criação e o desenvolvimento das missões sociais, objetivo final do empreendedor social.

Além da diferenciação de valores apresentada observamos a valoração diferenciada dos resultados atingidos dos diferentes empreendedores, onde podemos

³⁴² DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998. p. 3, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entrepreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

³⁴³ A missão social é o que diferencia o empreendedor social do empreendedor econômico. A missão do empreendedor econômico é gerar lucro e a missão do empreendedor social é criar impacto social.

³⁴⁴ Entende-se impacto social por desempenho social. Quando o empreendedor social monta uma organização “[...] deve-se estabelecer uma nítida correlação entre o negócio proposto e a missão da organização.” (EMPREENDEDORES SOCIAIS ASHOKA; MCKINSEY & COMPANY, 2001, p. 58). Na verdade, o impacto social nada mais é do que o **retorno social** que deve ser estabelecido por intermédio de indicadores de impacto social **quantitativos** que “[...] [é considerado o método de mensurabilidade] mais importante dentro do plano de negócios, mas raramente é encontrado nas organizações do terceiro setor. Isso se deve primordialmente ao grau de deficiência de profissionalização dessas organizações e a uma constante escassez de recursos humanos e financeiros. [...] Além disso, algumas formas de atuação social têm um impacto difícil de ser mensurado.” (EMPREENDEDORES SOCIAIS ASHOKA; MCKINSEY & COMPANY, 2001, p. 42). Existem também outros diversos indicadores sociais que variam de acordo com as áreas de atuação da organização, tais como: meio ambiente, saúde, educação e assistência social. Podemos citar aqui, também, a existência de indicadores sociais **qualitativos**, porém esses demandam maior esforço na sua mensuração ao levarmos em consideração a existência de múltiplos impactos – diretos e indiretos. Nas organizações que fazem financiamento ou prestam consultoria – como é o caso da Ashoka – os indicadores de impacto social são outros como financiadores, consultorias e treinamento. (EMPREENDEDORES SOCIAIS ASHOKA; MCKINSEY & COMPANY, 2001).

³⁴⁵ Percebemos como perfil do empreendedor econômico um indivíduo criativo, visionário, inovador, criador de valor e empregador de novas possibilidades existentes.

percebê-los mais nitidamente quando comparamos em termos de mercado. Exemplifica-se que: se o empreendedor de negócios gerar valor econômico apresentando bons resultados no impacto do público alvo, o mesmo permanece no mercado e da continuidade ao seu empreendimento sendo percebido, portanto, como um empreendedor de sucesso. Caso ocorra o contrário, o empreendedor de negócios não consiga gerar esse valor, ele está automaticamente fora de competição – que nada mais é do que uma consequência direta de não ter compreendido adequadamente as necessidades do mercado – não sendo considerado, por conseguinte, como criador de um empreendimento de sucesso. Diferente do valor gerado pelo empreendedor de negócios o empreendedor social é mais difícil de ser percebido e mensurado, considerando que seus resultados são relativos e flexíveis e não respondem diretamente ao mercado.³⁴⁶

Mercados não fazem um bom trabalho de valorização das melhorias sociais, bens e prejuízos públicos e benefícios para pessoas que não podem arcar com o pagamento. [...] Mesmo as melhorias que podem ser mensuradas, é frequentemente difícil atribuí-las a uma intervenção específica. [...] E até mesmo quando as melhorias podem ser mensuradas e atribuídas a uma intervenção, os empreendedores sociais não podem capturar o valor que eles mesmos criaram de uma forma econômica para pagar pelos recursos que eles utilizaram.³⁴⁷

Se considerarmos que *“qualquer definição de empreendedor social deve refletir a necessidade de um substituto para a disciplina de mercado que funciona para o empreendedor de negócios”*³⁴⁸ percebemos a dificuldade de mensurabilidade dos resultados efetivados pelos empreendedores sociais – diferente do empreendedor econômico. Entretanto, Dess afirma que novos indicadores informais podem servir

³⁴⁶ DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998. tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entrepreneurship.pdf>>.

Acesso em: 14 de mar. 2008.

³⁴⁷ Ibidem, p. 4.

³⁴⁸ Ibidem, p.4-5.

como mostra de resultados como, por exemplo, a avaliação da destreza do empreendedor social na atração de capital filantrópico.³⁴⁹

Percebe-se que adjacente a esse ator inovador, o empreendedor social há um tema integrado de grande impacto, a mudança paradigmática. Considera-se, portanto, que o empreendedorismo social seja vetor de uma efetiva mudança de percepção da sociedade promovendo uma transformação comportamental, onde os indivíduos interagem a partir de uma visão coletiva e não individual – que é o foco vivencial da humanidade.

Portanto, os empreendedores sociais são aqui percebidos como indivíduos comuns, inseridos em um mercado e sociedade comum, porém, capazes de ver o sistema sob uma nova ótica integrada vislumbrando uma sociedade com um quadro social e mercado mais conexos e que tentam construir e implementar dessa forma, novas soluções e estratégias para a construção de uma ordem social embasada em um crescimento mais eqüitativo.

Como Dess alude:

Empreendedores sociais desempenham o papel de agentes de mudanças dentro do setor social, por:

- Adotar uma missão para criar e sustentar valor social (não só valor privado),
- Reconhecer e incansavelmente perseguir novas oportunidades de servir aquela missão,
- Engajar em um processo de inovação contínua, adaptação e aprendizado,
- Agir corajosamente sem ser limitado pelos recursos atuais em mãos, e
- Iluminando em sentido elevado de responsabilidade para os servidores das bases constituintes desta missão, com relação à suas ações.³⁵⁰

³⁴⁹ DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998. tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entrepreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

Balizados, segundo Chiavenato, pelas características do perfil alegórico do empreendedor de negócios³⁵¹ podemos arquitetar uma representação comum que traduza o “perfil ideal” dos empreendedores sociais considerando-os como incansáveis agentes revolucionários da mudança providos de uma missão social. Já segundo Dess, o “perfil ideal” de empreendedor social seria o indivíduo que “[...] *sempre procura pela mudança, responde a ela, e a explora como oportunidade* [...]”³⁵² Dess alude os empreendedores sociais ideais como solucionadores de problemas efetivos, aproveitadores tenazes das oportunidades, vanguardistas ou “criativos contínuos” e desenvolvedores de novos modelos. O autor caracteriza-os também, como indivíduos obstinados que não admitem suas visões serem limitadas sendo autênticas pontes do diálogo social.³⁵³

Por último, observamos, também, que existem indivíduos que já possuem uma natureza empreendedora nata, porém pretendemos deixar claro aqui que, segundo Dornelas, acredita-se atualmente que o empreendedorismo possa ser ensinado focando no desenvolvimento das habilidades empreendedoras técnicas, gerenciais e pessoais dos indivíduos capacitando-os a tornarem-se legítimos empreendedores capazes de lidar com todo o processo empreendedor – que abarca desde a inovação do empreendimento, seu evento inicial, sua implementação e seu crescimento.³⁵⁴

³⁵⁰ DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurs”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998. p. 4, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

³⁵¹ Esse perfil alegórico do empreendedor de negócios vem balizados pelo espírito empreendedor do indivíduo que segundo Chiavenato sustenta-se em três características: necessidade de realização do empreendedor, disposição do empreendedor para assumir riscos e autoconfiança do empreendedor. (CHIAVENATO, 2008).

³⁵² DESS, op. cit, p. 2.

³⁵³ DESS, ibidem, p. 4.

³⁵⁴ DORNELAS, José Carlos Assis. *Transformando idéias em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

2.4 Empreendedorismo Econômico e sua Contraposição: o empreendedorismo social

No item anterior, já discutimos sobre algumas diferenças cardeais entre empreendedores sociais e empreendedores de negócios, onde percebemos, portanto, que no empreendedorismo econômico há uma revisão da ótica tradicionalista acerca da intrínseca visão do ideal de inovação. A visão inicial atrelada à inovação no empreendedorismo econômico é abarcada muitas vezes por um viés tecnicista majoritário fazendo-se também percebida como rígida disciplina, cujo foco permeia a inovação economicista que é a área de impacto do empreendedor econômico. Isso faz com que muitas vezes necessite além dos próprios empreendedores econômicos e suas idéias de negócios, indivíduos que os auxiliem e apliquem sistematicamente essa inovação premeditada com caráter disciplinador, a fim de identificar transformações e vislumbrar possibilidades de conquista dos resultados propostos.³⁵⁵

Comumente vislumbra-se que os setores social e econômico sejam muito distintos. Em consequência dessa dicotomia pré-conceituada formulam-se declarações onde afirma-se que ambos os setores não podem trabalhar conjuntamente pois são naturalmente distintos e possuem uma falta de identificação entre seus objetivos. No entanto, ao analisarmos os seus papéis cujo desempenho é estendido em distintas vertentes percebermos que há afinidades entre os mesmos. Bornestein vislumbra, portanto, uma integração de ambos os setores afirmando a existência de pontos em comum entre os mesmos considerando que:

[...] ambos os setores “vendem” produtos e serviços. Ambos são setores operacionais que se tornaram maravilhosamente inventivos quando o ambiente político e cultural é propício. A distinção de que as empresas fazem seu

³⁵⁵ DRUCKER, Peter. In: GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996. tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

trabalho usando um formato legal “com fins lucrativos” e as organizações cidadãos costumam fazê-lo com um formato “sem fins lucrativos” esconde o fato de que ambos os setores existem – e são sancionados e regulamentados pelo Estado – para criar “valor” para a sociedade. Já o ponto do governo não é sua capacidade operacional, mas a capacidade para representar toda a população e estimular condições que promovam a justiça e a atividade produtiva em outros setores. Outro paralelo é que tanto o setor comercial quanto o setor cidadão surgiram como consequência direta das grandes reformas sociais. [...] No decorrer dos séculos quando a sociedade separou-se aos poucos nos setores “público” e “privado”, os empreendedores distinguiram-se como atores principais.³⁵⁶

Nota-se que até mesmo no campo econômico quiçá no campo social há uma reestruturação e uma superação de paradigmas – como já falado –, fazendo com que a visão clássica da inovação, que é considerada à essência do empreendedor, de que apenas boas idéias bastam para a mudança efetiva e a construção de resultados seja finda. Percebe-se aí a necessidade de algo maior, além de um indivíduo com vontade de conquistas atreladas a idéias inovadoras, percebe-se a necessidade de indivíduos capazes de entrever novos campos existentes com gana em traçar metas para que sejam alcançados resultados efetivos e visionários.

Ao considerarmos que:

[...] o último grande período empreendedor na história ocidental antes do nosso – foi 60 anos antes da Primeira Guerra Mundial. Todas as grandes instituições, não apenas as instituições de negócios foram criadas e moldadas naquele período. O período começa com a Grande Exibição, em Londres, em 1851, que anunciou a Segunda Revolução Industrial.³⁵⁷

Podemos aferir que com o início desse grande período empreendedor houve uma explosão de inovações e descobertas acarretando a mudança do cenário mundial.

³⁵⁶ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 329.

³⁵⁷ DRUCKER, Peter. In: GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996. p. 8-9, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

Surgindo, assim, as grandes invenções das indústrias modernas química, elétrica, agrícola, marítima, financeira, entre outras. Observando-se que a grande diferença demonstrada daquele período de inovações para o período atual é essencialmente a disponibilidade espacial do ambiente mundial. Naquele período “*todas aquelas novas indústrias moveram-se dentro de um vacuum*”³⁵⁸, ou seja, havia mobilidade espacial necessária para o crescimento conjunto dos diferentes setores.³⁵⁹

Atualmente, o sistema mundial encontra-se distante do modelo passado estando quase congestionado por milhares de organizações de diferentes tipos e fins onde o cenário que impera é o da livre concorrência – devido à possibilidade dessas organizações não sobreviverem no mercado – mesmo as que já possuem certa tradição.³⁶⁰ Portanto, sugere-se que:

As grandes organizações terão que aprender a inovar, ou não irão sobreviver. E para algumas companhias isso quer dizer reinventar elas mesmos [...]. Toda grande companhia tem de ser capaz de fazer todos os três - melhorar, estender e inovar – simultaneamente.³⁶¹

Observamos também que esse sistema econômico pode ser considerado moderno e funcional gerando e movimentando capital, mas isso não quer dizer que seja considerado a melhor forma de distribuição de capital. Ao contrário, o sistema econômico atual não distribui a riqueza gerada equiparadamente provocando muitas vezes desigualdades e discrepâncias sociais. Emerge daí uma real necessidade de transformações e mudanças que devem ser acarretadas por intermédio de um novo vetor empreendedor mais consciente suscitando inovações melhor dirigidas, a fim de impulsionar e estimular o crescimento reto do sistema.

³⁵⁸ DRUCKER, Peter. In: GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996. p. 9, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem, p. 9.

Quando perguntado sobre a importância do empreendedor social, Drucker afirmou que no cenário mundial atual o empreendedor social talvez seja mais importante do que o empreendedor de negócios.³⁶² Observa-se que na medida em que o assunto recai na real transformação social pensa-se que é necessário que ocorra uma grande revolução no sistema internacional. Todavia, o empreendedorismo social percebe nas pequenas atitudes grandes impactos. Drucker alude que: “*você tem que começar pequeno – o grande palpite nunca funciona. [...] Os empreendedores sociais mudam a capacidade de performance da sociedade.*”³⁶³ Sob essa perspectiva o desenvolvimento do sucesso do empreendedor social ocorre inicialmente a nível local – como acontece com o empreendedor econômico – estimulando assim novas inovações sociais.

Drucker também vislumbra o fato de que cada vez mais as ONG deverão profissionalizar-se e aumentar sua capacidade gerencial, entretanto, as mesmas nunca podem esquecer que não são e não devem ser tratadas como organizações de negócios considerando que possuem objetivos diferenciados.³⁶⁴ Percebemos, assim, que mesmo próximas, tais organizações possuem diferenças importantes como a distinção de ativos e o escopo. Drucker afirma que as empresas compostas pelos empreendedores sociais necessitam de:

Eles precisam de mais, não menos gerenciamento, precisamente porque eles não possuem um fundo de linha financeiro. Tanto suas missões e seu “produto” tem de ser claramente definidos e continuamente apreciados. E a maioria tem que aprender como atrair e segurar voluntários onde a satisfação é mensurada em responsabilidade e realização, não salários.³⁶⁵

³⁶² DRUCKER, Peter. In: GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996. tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

³⁶³ Ibidem, p. 10.

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ DRUCKER, Peter. In: GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996. p. 11, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

Portanto, percebemos que atualmente a “[...] maior parte da atenção se concentra em como aplicar técnicas comerciais e administrativas para se alcançar fins sociais – por exemplo, como iniciativas não-lucrativas podem operar iniciativas de fins lucrativos para gerar recursos.”³⁶⁶

Para finalizarmos, podemos traçar aqui, segundo Drucker, os quatro típicos erros cometidos pela maioria dos empreendedores econômicos que poderiam ser evitados e que muitas vezes ocasionam a desistência do ideal empreendedor. Essas “armadilhas empreendedoras” citadas e delineadas por Drucker são respectivamente:

Quando o empreendedor encara o fato de que o novo produto ou serviço não é bem sucedido onde ele pensou que seria, mas é bem sucedido em um mercado totalmente diferente, rejeitando muitas vezes o próprio sucesso. [...] Empreendedores acreditam que o lucro é o que importa no novo empreendimento. Mas lucro é secundário o que importa mais é o fluxo do caixa. [...] Quando o negócio cresce, o fundador fica incrivelmente ocupado. O rápido crescimento coloca uma enorme pressão no negócio. Você tem que crescer suas facilidades de produção. Você tem que crescer sua capacidade de gerenciamento. [...] Quando o negócio é bem sucedido, e o empreendedor se coloca antes do negócio.³⁶⁷

Se transpormô-las ao empreendedor social percebemos que o primeiro erro cometido pelos empreendedores econômicos tem de ser ponderado e avaliado com cautela pelos empreendedores sociais. Se por um lado, os empreendedores sociais podem não possuir risco de alocar seu produto final – que é a geração de impacto social – em um mercado errôneo, já que o empreendedor social vem antes ungido por uma missão social em consequência de uma identificação pessoal com um ambiente determinado. O empreendedor social também muitas vezes pode construir um projeto social como uma proposta específica, conjecturando um impacto social determinado, e só depois da decorrência de um tempo perceber que o projeto atende a outro público ou acarreta por consequência um outro impacto social que não necessariamente foi o pensado inicialmente.

³⁶⁶ Ibidem, p. 16.

³⁶⁷ Ibidem, p. 4-7.

Também observamos o segundo erro como não tão ameaçador para o empreendedor social quanto de fato é para o empreendedor econômico, já que possuem ativos finais e resultados diferenciados: no empreendedorismo social busca-se a perpetuação do impacto social e não do lucro em si – como visa o empreendedor econômico. Em consequência dessa distinção de fins, o empreendedor social irá entrever o capital como apenas um recurso essencial para a idealização de seus projetos e não como meta a ser alcançada. Deve-se ter em mente que o importante para o empreendedor social é que sua missão social esteja sendo efetivada conquistando o impacto social inicialmente pensado. Mas deve-se estar consciente de que o bom fluxo de caixa também afeta diretamente a construção e o desenvolvimento dos projetos levantados pelo empreendedor social, já que o mesmo é essencial para a realização de qualquer projeto.³⁶⁸

Os outros erros cometidos pelos empreendedores econômicos, especificamente o terceiro e quarto erro, são alarmantes e tendem a serem experimentados também pelos empreendedores sociais.

No caso do terceiro erro cometido proveniente da ampliação do empreendimento, o empreendedor social tal como o empreendedor econômico tem que efetivamente preocupar-se orientando e abarcando essa expansão exigindo, assim, um nível maior de conectividade dentro do projeto para o empreendimento continuar sendo efetivo. Para tal conectividade faz-se necessária a racionalização de um plano de ação

³⁶⁸ A autora fez uma visita de campo na **Associação Lua Nova** da empreendedora social Raquel Barros – *fellows* da Ashoka – nos dias 12 e 13 de maio de 2008, em Sorocaba, São Paulo. Tal associação atende jovens mães e filhos em situação de vulnerabilidade social desenvolvendo e experimentando diferentes técnicas e práticas de inserção social das jovens incluindo ações de geração de renda, trabalho, redução de danos e desenvolvimento comunitário. Nessa visita, a empreendedora social contou sua história relatando que a visão financeira de captação de recursos e geração de renda só foi percebida quando o projeto tinha sido iniciado e já estava sendo desenvolvido necessitando de recursos financeiros para sua continuação. E é normalmente isso que acontece, o empreendedor social trata sua missão social como sendo sua própria realização pessoal enfrentando a todo custo as dificuldades práticas do projeto. A empreendedora revelou que muitas vezes era chamada de devota da “Santa das causas impossíveis” por ter sempre uma nova maneira de enfrentar duras situações ocasionadas pela indisposição de recurso. Na verdade esse fato só mostra o caráter empreendedor do indivíduo por pensar sempre na maximização do trabalho desenvolvido, onde consequentemente gera-se mais parcerias e lucro para a própria ampliação e sustentação do projeto.

perpetrado pelo empreendedor a fim de compreender, estruturar e criar novos mecanismos necessários à nova dimensão conferida ao empreendimento.³⁶⁹

Por último, temos o quarto erro que é atentado quando o empreendedor econômico chega a um determinado ponto onde tende a querer começar a pensar mais em si do que no próprio negócio por já ter conquistado seu objetivo final, o lucro. Entretanto, essa “crise de valores” não tende acontecer com o empreendedor social, já que o mesmo é existencialmente vinculado à missão social empreendida. No caso do empreendedor social ocorre que quando o mesmo observa que sua missão social foi concretizada impactando diretamente o setor social trabalhado, observa-se que muitas vezes o empreendedor social tende a buscar uma outra missão social atuando em um novo campo com o objetivo de impactar uma nova realidade, mas só depois que tiver certeza da solidificação e continuidade do seu projeto base.³⁷⁰

2.4.1. Disposições Diferenciais dos Empreendedores Sociais

Observa-se que o sucesso ou o fracasso dos projetos sociais auferidos pelos empreendedores sociais são necessariamente veiculados sob a perspectiva inicial levantada pelo empreendedor social. Compreende-se que a diferença de resultados

³⁶⁹ Nessa mesma visita após observar o crescimento do **projeto Lua Nova** – que está recebendo uma proposta de tornar-se uma política pública no estado paulista – a autora do presente trabalho fez uma pergunta a empreendedora social. A autora perguntou o que a empreendedora social pensava a respeito da ampliação do projeto e quais eram seus planos futuros. A resposta da empreendedora social foi que o projeto tomou uma proporção tão superior ao esperado que não precisava mais efetivamente do seu apoio chegando a um ponto em que o projeto podia caminhar por conta própria. A empreendedora está estruturando uma espécie de colegiado onde as próprias meninas atendidas pelo projeto farão à administração do mesmo, por intermédio de votos abertos.

³⁷⁰ A autora complementa citando novamente o caso da empreendedora social Raquel Barros que confessou que devido à mudança efetivada na realidade proposta a empreendedora social estava pensando em começar um novo projeto com uma nova missão social afim de impactar outras realidades.

não está no caráter motivacional³⁷¹ empregado pelo empreendedor social, mas sim encontra-se compreendido pela “qualidade” de sua motivação.

O empreendedor social de sucesso organiza um plano inicial sob perspectiva mais extensa e elaborada circunscrevendo-o a partir de rígida disciplina e análise sistemática do ambiente e das situações futuras. No intuito de abarcar todos os acontecimentos que possam atingir de algum modo o empreendimento, o empreendedor social de sucesso analisa, portanto, as oportunidades, os obstáculos, os resultados e o futuro do empreendimento proposto. Outra característica essencial que define o sucesso do empreendimento social é o acompanhamento e a dedicação empregada pelo empreendedor social que preocupa-se não só com o projeto, mas com as pessoas envolvidas e as pessoas impactadas pelo mesmo.³⁷²

Podemos citar aqui seis disposições necessárias aos empreendedores de sucesso citadas por Bornestein.³⁷³ São elas respectivamente:

Disposição para corrigir-se: Devido a seu pragmatismo e olhar realista, o empreendedor social de sucesso tende a corrigir-se com frequência re-adaptando sempre seu empreendimento social inicial – chegando até a perpetrar muitas vezes uma verdadeira modificação do projeto social inicial – de acordo com as situações experimentadas. Percebe-se, também, a iluminação de outros fatores cardeais que estão intimamente ligados com a tendência de ajuste do projeto social inicial, como por exemplo: a idade cronológica do empreendedor social afeta diretamente o modo como este percebe e acessa a mudança do seu projeto – os empreendedores sociais mais velhos possuem a menor tendência em corrigir-se do que os empreendedores sociais mais novos. Outro ponto interessante é que a expansão do empreendimento social

³⁷¹ Como cita Bornestein, esse caráter motivacional poderia compreender a confiança, persistência e instrução do empreendedor social.

³⁷² BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

³⁷³ Ibidem.

também pode gerar muitas vezes uma maior dificuldade do empreendedor social corrigir-se devido à hierarquização dos canais.³⁷⁴

Assim como as empresas jovens, as entidades de mudança social costumam passar por muitas interações enquanto as suas estratégias ou “modelos de negócios” evoluem em resposta aos problemas, às novas oportunidades e à mudança das condições do mercado. Caso contrário, é improvável que a entidade consiga chegar a um estágio no qual possa causar um grande impacto. A disposição do empreendedor de corrigir-se (combinada à abertura para o mercado e à tendência ao crescimento natural) é vital para o seu processo adaptativo contínuo.³⁷⁵

Disposição para dividir créditos: Observa-se claramente que essa característica é de essencial importância, pois exhibe a real delimitação do escopo e ensejo do empreendedor social. No empreendedorismo social nota-se que o perfil do empreendedor social deve abarcar essencialmente a sociabilidade e o senso de coletividade, devido ao fato do empreendedor social trabalhar pelo e para o grupo. A divisão de créditos não é nada mais que uma consequência natural da legítima postura elevada pelo empreendedor social, que sob uma ótica participativa reconhece que a construção do seu projeto nada seria se não tivesse contribuição e apoio de simpatizantes e externos.³⁷⁶

Como Drucker alude, essa característica de grupo provém do próprio conceito de que “*um empreendedor é alguém que consegue fazer algo novo. [...] E ao contrário de alguns estereótipos, empreendedores não são solitários.*”³⁷⁷

Disposição de se livrar das estruturas estabelecidas: Onde “os empreendedores sociais, provocam mudanças redirecionando organizações existentes

³⁷⁴ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

³⁷⁵ Ibidem, p. 290.

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, may. 1996, p. 13, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. de 2008.

[...]”³⁷⁸ percebe-se que na maioria das vezes essa disposição para mudanças é praticada em consequência da maior flexibilidade proporcionada pelo setor social, muito diferente do setor econômico que é permeado por barreiras e normas de conduta cujas restrições barram e embotam o ágil e natural funcionamento do mesmo. Também alude-se que essa disposição de se livrar de estruturas estabelecidas é característica provida do próprio perfil criativo, inovador e vanguardista do empreendedor social.³⁷⁹

Disposição de cruzar fronteiras interdisciplinares: O empreendedor social possui uma visão totalizada do sistema percebendo que as estruturas e delimitações sociais têm de ser trabalhadas em conjunto, onde interagem dentro dessas fronteiras no intuito de somá-las provendo, assim, resultados também maximizados.³⁸⁰

Na verdade, uma das funções primárias do empreendedor social é atuar como um tipo de alquimista social: criar novos compostos sociais, reunir idéias, experiências, talentos e recursos de várias pessoas em configurações que a sociedade não esta naturalmente predisposta a produzir. [...] A “combinação criativa” por parte dos empreendedores sociais pode ser uma reação intuitiva ao excesso de fragmentação e especialização das sociedades industriais modernas.³⁸¹

Disposição de trabalhar em silêncio: Ou seja, disposição para trabalhar no anonimato muitas vezes sendo reconhecido apenas muito tempo depois da implementação da idéia empreendida e do impacto social alcançado. Porém, tal característica muitas vezes é habitual do empreendedor que se concentra mais no alcance do seu objetivo do que na espera de alguma recompensa.³⁸²

Forte ímpeto ético:

³⁷⁸ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 292.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ Ibidem, p. 293-294.

³⁸² Ibidem.

É impossível falar em empreendedores sociais sem levar em conta a qualidade ética das suas motivações: o porquê. No fim das contas, os empreendedores sociais são praticamente da mesma espécie. Pensam sobre o problema do mesmo jeito. Fazem o mesmo tipo de pergunta. A diferença não está no temperamento nem na capacidade, mas na natureza de suas visões.³⁸³

Essa característica, forte ímpeto ético, é de caráter central ao empreendedor social. Percebe-se que a aspiração ética do empreendedor social é o principal norteador e construtor dos seus projetos que estão intrinsecamente relacionados com uma motivação existencial pessoal. Para os empreendedores sociais seu trabalho é diretamente fundamentado na crença de que esses podem contribuir de algum jeito para a efetivação de um sistema melhor – justo e igualitário – improvisando alguma diferença frente à sociedade. A missão social do empreendedor social em seu caráter mais intimista está profundamente ligada com a visão de mundo deste com a noção de justiça social, de maximização da qualidade de vida ao público impactado por suas idéias e de uma profunda e possível mudança paradigmática.³⁸⁴

2.5 Modelos de Empreendedores Sociais

Percebemos que:

Durante o século passado, os pesquisadores estudaram intensivamente o empreendedorismo comercial. Analisaram a sua orientação para a ação, para o risco e para o crescimento; exploraram suas “orientações de valores pessoais”, seu “controle interno” e buscaram pistas que explicassem a propensão dos empreendedores a mudanças.³⁸⁵ Os empreendedores de negócios não apenas foram inteiramente estudados, como seus talentos têm sido nutridos por

³⁸³ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 297.

³⁸⁴ Ibidem.

³⁸⁵ SOLOMON; WINSLOW apud BORNSTEIN, ibidem, p. 123.

sistemas de valores, políticas governamentais e uma vasta ordem de apoio institucional.³⁸⁶

Há uma distinção aberta no tratamento entre o empreendedor econômico e o empreendedor social – como já falado – sendo isso percebido como reflexo direto do peso social gerado pela aparente atuação de ambos empreendedores em suas respectivas áreas de impacto frente à sociedade. A valorização do empreendedor econômico é mais nítida visto que o mesmo tem sido avaliado, depurado e estruturado durante décadas com caráter científico e racional das ciências exatas, provenientes de um estudo sistemático e formal. Enquanto o empreendedor social é percebido como humanitarista, portanto, detentor de um caráter mais informal sem métodos claros para a construção e mensurabilidade de seu impacto, não possuindo uma delimitação, identificação, estudo e valoração devidamente compreendidos.

Aludindo, novamente, aos fatos sociais de Durkheim podemos perceber a grande importância e a influência do meio externo no comportamento do indivíduo – como já analisado nas teorias passadas – onde os acontecimentos exteriores atuam sob o indivíduo de forma direta delineando, e conseqüentemente, produzindo normas de conduta ao mesmo. Porém, podemos observar também uma outra percepção que vai além dos fatos sociais impostos, podemos abarcar aqui também os próprios indivíduos que perpetram e explanam esses fatos e idéias sendo motivadores diretos da reconfiguração da construção social.³⁸⁷

Para essas idéias serem disseminadas e influenciarem efetivamente grupos específicos além de possuírem valor de mudança há, portanto, a necessidade da influência direta dos próprios indivíduos possuidores de caráter reacionário capazes de providenciar mudanças sociais. Indivíduos que produzam, promovam e comercializem essas idéias, indivíduos capazes de “[...] *persuadir, inspirar, seduzir, tocar corações,*

³⁸⁶ MCCLELLAND apud BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 123.

³⁸⁷ Ibidem.

*diminuir receios, mudar percepções, articular significados e habilidosamente manobrá-los através dos sistemas.*³⁸⁸

Faremos aqui, no presente momento, um breve resumo biográfico no intuito de compararmos dois modelos ou perfis de empreendedoras sociais e suas disposições sociais, a fim de tornar o conceito de empreendedorismo social mais nítido ao leitor. Ressalta-se que tais empreendedoras sociais mesmo tendo atuado em áreas relativamente próximas possuindo ambas um perfil empreendedor intimamente conexo, foram durante muito tempo observadas e conseqüentemente reconhecidas de forma distintas por habitarem em épocas diferentes, mesmo que tenham iniciado mudanças paradigmáticas concretas.

A primeira, Florence Nightingale, que contemporizou e profissionalizou a visão da enfermagem é apenas reconhecida como uma empreendedora social atualmente – devido à atualidade do conceito – antes era, portanto, descrita como uma “boa alma”. Já Vera Cordeiro reinventou uma maneira da assistência médica atuar de forma mais factível e concreta no Brasil interligando assistência médica e responsabilidade social. Atualmente Cordeiro é uma *fellow* da Ashoka reconhecida internacionalmente como empreendedora social possuindo o prestígio e apoio necessário para a promoção e continuidade dos seus projetos sociais.

Os presentes resumos biográficos que expomos adiante foram retirados de capítulos do autor Bornestein³⁸⁹, sendo o resumo biográfico da Florence Nightingale abrigado no capítulo quatro do livro e o resumo biográfico da Vera Cordeiro retirado do capítulo onze do livro.

Portanto, mesmo que o fenômeno do empreendedorismo social seja pouco compreendido e valorizado pode-se observar que ao longo da história sempre existiram atores estimuladores do progresso humano que foram, na verdade, os grandes

³⁸⁸ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005

³⁸⁹ Ibidem.

responsáveis pela maioria dos avanços sociais.³⁹⁰ Sendo considerados como verdadeiras “[...] forças transformadoras [...]”. Os empreendedores sociais promovem mudanças sistêmicas: onde mudam padrões de comportamento e visões de mundo.”³⁹¹

2.5.1 Florence Nightingale

Florence Nightingale nasceu em 1820, em uma família tradicional com a forte inclinação de ajudar o próximo:

Em *Eminent Victorians*, o biógrafo Lytton Strachey observa que, [...]. Quando menina, Nightingale sentia-se compelida a “atender os pobres em seus barracos, ficar do lado do leito dos doentes e cuidadosamente entalar a pata machucada de seu cachorro como se este fosse ser humano”.³⁹²

Depois dos pais recusarem que Nightingale trabalhasse como enfermeira no Hospital de Salisbury, devido à estrutura social rígida e a má reputação associada à enfermagem da época, Nightingale sem desistir do objetivo aproveitava as viagens da família para passear por locais onde pudesse conseguir coletar informação e vivenciar experiências sobre enfermagem. Após anos de muita persistência Nightingale conseguiu fazer um curso no Instituto de Diaconisas Protestantes de Kaiserswerth, na Alemanha, e em 1853, Nightingale obteve permissão para aceitar um emprego não-remunerado como superintendente em Londres, do Instituto de Tratamento de Senhores Doentes.

³⁹⁰ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005

³⁹¹ Ibidem, p. 16.

³⁹² STRACHEY apud BORNSTEIN, ibidem, p. 65-66.

Na guerra da Criméia³⁹³ Nightingale foi chamada pelo então secretário de guerra da época, a prestar cuidados de enfermagem nos hospitais militares. Nightingale chegou dia 4 de novembro de 1854, em Scutari, distrito de Istambul, onde encontrou uma situação caótica:

Os quartéis e hospitais gerais abrigavam quase 2.400 soldados doentes e feridos, alinhados por seis quilômetros de macas, vestindo roupas imundas. Faltavam suprimentos médicos e cirúrgicos, o hospital estava infestado de ratos e pulgas e as enfermarias fediam por causa do esgoto subterrâneo. A água era estritamente racionada. Cólera, tifo e disenteria eram endêmicos, causando mortes quase na proporção de um para dois enfermos – mortes que Nightingale descobriu que nem mesmo estavam sendo adequadamente anotadas nos registros do hospital.³⁹⁴

Tal situação caótica agravou-se após a batalha de Inkerman, acrescentando mais quinhentos soldados feridos aquela circunstância. Nightingale reorganizou e reformulou todas as atividades encontradas:

Requisitou 200 escovões, fez com que usassem para limpar as enfermarias e mandou que as roupas dos soldados fossem lavadas. Foi até o fornecedor do exército para ver o que poderia ser feito quanto à escassez de suprimentos. Quando este se mostrou pouco cooperativo, Nightingale assumiu-lhe a função, usando 30 mil libras esterlinas que obtivera com doações particulares e que levava com ela. Quando soube que os suprimentos estavam sendo detidos pela alfândega turca, persuadiu o ministério da guerra a resolver o problema. Levantou fundos adicionais de fontes particulares na Inglaterra e construiu um depósito de suprimento. Quando soube antecipadamente de uma batalha iminente, e apesar da objeção dos cirurgiões, autorizou a construção de outra enfermaria.[...] Introduziu o registro meticuloso de cada caso, construiu novas cozinhas e lavanderias, e certificou-se de que os soldados se alimentassem com talheres esterilizados, se lavassem com sabão e toalhas limpas, e vestissem roupas lavadas e fervidas. [...] Organizou salas de leituras, de

³⁹³ A Guerra da Criméia que ocorreu entre 1853 a 1856, foi um conflito cujo objetivo era retaliar a expansão Russa na península da Criméia. Tal conflito envolveu a associação do Reino Unido, da França, da Itália, da Turquia e da Áustria.

³⁹⁴ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 67.

recreação, aulas e palestras, e até mesmo conseguiu que os soldados enviassem dinheiro para casa, um feito que o exército considera impossível.³⁹⁵

Observa-se que por intermédio de práticas sistêmicas e um olhar organizacional apurado, Nightingale transformou a situação caótica: “em fevereiro de 1855, a taxa de mortalidade do exército inglês em Scutari era de 43%; em maio, havia baixado para 2%.”³⁹⁶ Sendo que “[...] a taxa de mortalidade entre os soldados na Inglaterra era quase o dobro da de civis.”³⁹⁷

Voltando a Inglaterra consagrada como uma verdadeira heroína nacional, Nightingale teve que permanecer acamada pelo resto da vida devido a uma febre que contraíra na guerra. Entretanto, Nightingale produziu mais de 12 mil cartas e 200 livros-incluído o célebre: *Notes on Matters Affecting the Health, Efficiency and Hospital Administration of the British Army*³⁹⁸ (1858), sempre defendendo e disseminando os conceitos aprendidos da enfermagem. Fundou também uma escola de medicina e um departamento de estatística, remodelou quartéis, aplicou seus métodos no exército Inglês na Índia, profissionalizou, expandiu e modernizou a enfermagem.

Observa-se que Nightingale não só influenciou diretamente o sistema de enfermagem mudando padrões mundiais sanitários, administrativos e comportamentais, como, também, de maneira visionária, sistêmica e disciplinada destituiu e quebrou paradigmas construindo uma nova visão de mundo. Essa mudança empreendida muitas vezes na época nem foi devidamente compreendida, porém, o fato é que Florence Nightingale por intermédio de sua persistência e inclinação para o setor social e do seu perfil empreendedor impactou diretamente soldados, civis, populações, setores e sistemas elevando uma transformação a nível global.

³⁹⁵ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 68.

³⁹⁶ Ibidem, p. 68.

³⁹⁷ Ibidem, p. 69.

³⁹⁸ Notas Sobre Questões que Afetam a Saúde, Eficiência e Administração Hospitalar do Exército Britânico.

2.5.2 Vera Cordeiro

Vera Cordeiro é considerada uma empreendedora social criadora de um projeto social de real impacto – a Associação Saúde Criança Renascer (ASCR) – embalada por uma visão extremamente ativista onde observa que “os [próprios] cidadãos tem que desenvolver sistemas.”³⁹⁹

Vera Cordeiro nasceu, em 1950, em uma família de classe média alta, em Bangu, Rio de Janeiro. Quando se formou em medicina em 1975, foi convidada a trabalhar no Hospital Público da Lagoa atendendo as áreas mais pobres do Rio de Janeiro, como a Baixada Fluminense e a Rocinha. Trabalhando durante um período na ala de admissão do hospital, Cordeiro observou a íntima relação entre o estresse emocional como determinante de doenças físicas lutando para inaugurar, em 1988, a primeira unidade de departamentos de medicina psicossomática em hospitais públicos no Brasil.

Em 1988, Cordeiro requisitou transferência do setor em que trabalhava para ala pediátrica onde vivenciava diariamente uma sucessão viciosa entre seus pacientes – internação, acompanhamento, liberação e retorno – motivados quase sempre pelas mesmas causas, ou seja, por condições sociais precárias vivenciadas pelas famílias das crianças atendidas.

No Hospital da Lagoa, Vera encontrou os subprodutos de tudo isso: crianças com pneumonia, tuberculose, febre reumática, anemia, defeitos congênitos e outras doenças. As crianças frequentemente apresentavam lesões na pele. Muitas sofriam de leptospirose [...]. Vera descobriu que muitas das mães de seus pacientes eram solteiras, sem auxílio, vivendo em barracos estragados, de condição precária. Não possuíam noções básicas de saúde, nutrição e

³⁹⁹ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 179.

saneamento, e não tinham qualquer meio para cuidar das doenças de seus filhos ou prevenir recaídas.⁴⁰⁰

Após defrontar-se com situações limite percebendo que muitas vezes as crianças atendidas não tinham possibilidade alguma de dar continuidade ao tratamento por não possuírem nem condições mínimas de sobrevivência, Cordeiro decidiu intervir nesse quadro social apresentando ao hospital um projeto de assistência médica para interromper o ciclo de re-internação, em 1991.

Após ser desestimulada pela diretoria, Cordeiro persistiu na idéia de impactar seus pacientes e organizou junto a cinquenta colegas no *playground* do seu prédio uma rifa arrecadando dinheiro para o desenvolvimento do seu ideal social, a construção da ASCR.

Com o objetivo mensurável e factível de garantir que as crianças doentes fossem verdadeiramente beneficiárias da assistência médica prestada, Cordeiro começou a trabalhar unindo-se em uma pequena sala do Hospital Público da Lagoa junto a dez pessoas – lugar esse que foi retirada após queixas de um grupo de assistentes sociais.

Encontrando, posteriormente, um local para erguer a sede da ASCR no Parque Lage, Cordeiro iniciou seu projeto de direcionamento e efetivo acompanhamento das crianças vulneráveis. Convencia as mães das crianças doentes a se juntarem ao projeto por intermédio do fornecimento de suplementos alimentares e remédios. Para conquistar voluntários, Cordeiro trabalhava com o lado motivacional dos mesmos deixando-os estimulados com a idéia de contribuir efetivamente com uma mudança social.

O primeiro passo para a correta orientação das mães e crianças envolvidas na ASCR era elaborado na improvisação de uma entrevista entre voluntário e a mãe da criança doente, para juntos desenvolverem “planos de tratamento”. Coletava-se, assim,

⁴⁰⁰ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.168.

todas as informações necessárias para identificar a família e sua situação. A partir da delimitação de uma linha de ação e do apoio oferecido pela organização, voluntários e mães contornavam todos os possíveis problemas pensados que pudessem de alguma maneira atingir a criança e seu processo de reabilitação.

Tais problemas variavam desde informações e orientações: como ajuda na obtenção de documentos ou na elaboração de palestras de saúde, higiene e educação alimentar; como por intermédio de arrecadação de: comida, remédios, materiais e aparelhos necessários aos doentes; e até mesmo no auxílio da renda familiar apoiando direta ou indiretamente as famílias ajudando até na capacitação profissional das mães.

Entretanto, a ASCR tinha algumas dificuldades na continuidade do projeto pois era necessário, primeiro, o comprometimento entre voluntários e atendidos para com o “plano de tratamento” – as mães perpetravam o compromisso de irem na ASCR e informar sobre o estado de saúde de seus filhos no mínimo duas vezes ao mês – e, segundo, o desenvolvimento da sustentabilidade financeira da organização onde Cordeiro começou a publicar boletins para arrecadar fundos, fazer palestras e solicitar apoio.

Em 1992, após pouco tempo de desenvolvimento do seu projeto social, Cordeiro foi identificada pela Ashoka como uma empreendedora social e eleita como um *fellow*. A Ashoka propiciou a empreendedora social um financiamento anual durante três anos para a continuidade do seu projeto, devido reconhecimento e apoio à empreendedora social, além de colocá-la em contato com a rede internacional de empreendedores sociais provendo a troca de informações, idéias e experiências entre ela e outros empreendedores sociais.

Em 1994, expandiu a organização para 508 membros aumentando também o número dos projetos executados em consequência do apoio recebido. Deu início assim, a criação das organizações sucessoras da Renascer a Reviver, Reagir e Ressurgir, que deviam seguir os seguintes critérios previamente instituídos:

[1ºcritério] uma forte relação de trabalho com o hospital, [2ºcritério] grande experiência no tratamento de pacientes pobres, [3ºcritério] desejo de assinar um acordo prometendo manter os padrões do Renascer e [4ºcritério] uma “genuína necessidade” de fazer esse trabalho.⁴⁰¹

Em 1996 e 1997, a ASCR ganhou várias medalhas e prêmios pelo trabalho realizado. Em 1998, a fim de conquistar o patrocínio do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDS) para uma expansão organizacional, Cordeiro aproveitou a parceria da Ashoka com a *McKinsey* para que analisassem e melhorassem sua estrutura organizacional – pois o BNDS exigia a consolidação do sistema e dos procedimentos de administração da ASCR. Distinguindo assim o tipo de serviço prestado e avaliando as forças e fraquezas da organização no intuito de repensar, racionalizar e operacionalizar todos os processos desenvolvidos.

Ao contatar a *McKinsey*, Drayton não pretendia apenas conseguir trabalho de consultoria gratuita para seus fellows. Via aquilo como algo maior. Uma oportunidade para ganhar respeito e melhorar a coordenação entre o setor comercial e o setor cidadão. Nada melhor do que unir a *McKinsey* líder em sua área, a empreendedores sociais [...]. Seria um processo de mão dupla: os consultores aprenderiam dos empreendedores sociais visões estratégicas e sua habilidade de obter resultados em contextos difíceis, e os empreendedores sociais se beneficiariam das habilidades administrativas e organizacionais dos consultores. “Se a *McKinsey* souber como fazer essa ponte comercial-social, todos se beneficiarão. A empresa se colocará adiante na curva para compreender novas dimensões –econômicas, sociais, éticas e profissionais- e seu aconselhamento será melhor, e mais aprofundado. Seus consultores compreenderão melhor todo o ambiente futuro. Os clientes sociais se beneficiarão do conhecimento social. E a sociedade se beneficiará como um todo.”⁴⁰²

A partir dessa mudança de contexto, o impacto da empreendedora social Vera Cordeiro foi sentido: “em 1999, o diretor da unidade pediátrica do Hospital da Lagoa, [...], registrou que, entre 1991 e 1997, os acompanhamentos da *Renascer* causaram

⁴⁰¹ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.183.

⁴⁰² DRAYTON apud BORNSTEIN, ibidem, p. 185.

uma queda de 60% na unidade de recaídas.”⁴⁰³ Em 2001, um estudo mostrou que “[...] a porcentagem de crianças cujas vidas estavam em risco de vida caiu de 42 para 10%, enquanto a renda média mensal de suas famílias aumentou 58%.”⁴⁰⁴

Atualmente, após ter conquistado o reconhecimento nacional e internacional com prêmios e honrarias, algumas parcerias importantíssimas, apoio institucional – como a parceria com o BNDS –, e a expansão da organização em quatro sucessoras – incluindo a construção da organização Amigos do Renascer, ‘*Friends of Renascer*’, fundada nos Estados Unidos. Cordeiro tem seu trabalho estendido por intermédio de uma equipe de profissionais como psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, voluntários e mães de crianças doentes em mais de quatorze hospitais públicos no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, atingindo mais de 20 mil crianças.

Observa-se no decorrido caso que a empreendedora social Vera Cordeiro causou um efetivo impacto social, a partir de uma real percepção social e da sua não aquiescência com o quadro anterior vislumbrado, onde:

As entrelinhas eram claras: sem a Renascer, crianças como Daniel e Marcos seriam hospitalizadas mais frequentemente. Sofreriam mais; suas famílias sofreriam mais; os médicos sofreriam mais; e a sociedade pagaria o preço.⁴⁰⁵

⁴⁰³ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 172.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 188.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 172.

3 AGENTES INOVADORES DO BEM ESTAR SOCIAL:

A Ashoka como empreendedor social nas Relações Internacionais

Para iniciarmos o presente estudo de caso faz-se necessário apropriar-nos de uma longa referência direta – como também o fizemos na introdução – pois intuímos que as palavras seguintes são cardeais para a devida análise da ONGI, Ashoka, servindo, portanto, como referencial introdutório à organização:

Há 27 anos, a Ashoka trabalha no fomento do empreendedorismo social como forma de fazer crescer uma sociedade civil organizada capaz de responder de forma efetiva aos maiores problemas sociais que afetam diversas sociedades no mundo. Com uma rede global de empreendedores sociais [...], a organização contribuiu ao longo desses anos não só para o desenvolvimento de um novo campo de ação – a profissão do empreendedor social – como também para a criação de um setor social altamente empreendedor e que traz soluções concretas para a consolidação de uma sociedade mais justa e com oportunidades para todos. De que forma isso é possível? Inovação é o conceito que permeia as ações da Ashoka e o que ela representa neste cenário mundial. Inovação ao selecionar os empreendedores sociais e, portanto, formar uma rede altamente qualificada. Inovação ao vislumbrar que o impacto social dessa rede pode ser ainda maior quando empreendedores sociais juntam-se para trabalhar de forma colaborativa. E, principalmente, ser inovadora ao promover o encontro e a parceria entre os setores social, privado e público, o que possibilita a criação de uma infra-estrutura capaz de fazer com que os resultados de todas essas ações tenham ainda maior alcance e possam contribuir ainda mais para o desenvolvimento da profissionalização do setor social.⁴⁰⁶

Na seqüência incitaremos no presente capítulo o ensejo pelo qual a Ashoka é uma organização referência no cenário internacional, no apoio e na fomentação do fenômeno do empreendedorismo social, por intermédio da decomposição de sua origem, história e trabalho, do seu rigoroso processo de seleção de seus *fellows*, da mensurabilidade do impacto dos seus empreendedores sociais, de seus parceiros e

⁴⁰⁶ EMPREENDEDORES SOCIAIS ASHOKA; MCKINSEY & COMPANY. *Empreendimentos sociais sustentáveis*: como elaborar planos de negócio para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis, 2001, apresentação.

suas campanhas. Para, por fim, atingirmos o motivo da relevância da Ashoka para o empreendedorismo social derivando dos tópicos mencionados a conclusão do presente trabalho.

Vale lembrar que, como esse último capítulo descreve inteiramente a Ashoka – construindo assim o estudo de caso – não poderíamos aqui retirar os dados ou outro referencial que não fosse informações oficiais da organização. Portanto, o presente capítulo teve praticamente duas únicas fontes: as informações retiradas do livro do Bornestein – já mencionado ao longo do presente trabalho – e do site oficial da Ashoka⁴⁰⁷.

3.1 A História da Ashoka

A imagem de construção de uma organização de apoio ao empreendedorismo social permeava os pensamentos do seu fundador, Bill Drayton, desde 1963, começando a ser efetivamente planejada a partir de 1978, quando Drayton era então diretor-assistente da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Instigado pelo desafio de encontrar verdadeiros agentes de mudanças capazes de suscitar a necessária transposição social Drayton pensava na instituição de uma organização que visasse reconhecer, apoiar e incentivar o empreendedorismo social a âmbito internacional.⁴⁰⁸

A idéia de Drayton era procurar no mundo indivíduos com novas idéias de mudança social que aliassem habilidades empresariais e sólidos princípios éticos. [...] buscando gente com idéias instigantes que possuísse criatividade,

⁴⁰⁷ ASHOKA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁰⁸ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

discernimento e determinação para compreender as suas idéias em grande escala: gente que segundo ele, deixasse sua “marca na história”.⁴⁰⁹

Refletindo sobre os detalhes dessa organização Drayton inicialmente pensou no nome, logotipo, provérbio e visão. Para nome da organização existiam quatro possibilidades: Thomas Jefferson, o presidente americano; Gandhi, o líder pacifista indiano; Jean Monnet, o arquiteto da unificação européia; e Ashoka, o imperador indiano. Como se sabe, a última possibilidade foi a escolhida: Ashoka – que em sânscrito significa “ausência de sofrimento” – foi um imperador indiano do século III a.C. que unificou grande parte do sul asiático, sendo considerado⁴¹⁰ “[...] pioneiro em inovações tanto em desenvolvimento econômico, quanto em bem-estar social. Drayton considerava Ashoka um dos líderes mais tolerantes, ecumênicos e criativos da história.”⁴¹¹

Como logotipo da organização foi escolhido a árvore carvalho por sua simbologia de força, capilaridade e comunhão. Para refletir o ideal da organização de que todos detêm potencial para serem agente sociais transformadores instituiu-se o lema⁴¹² “*de pequenos grãos nascem grandes árvores*”⁴¹³ e como própria síntese da linha de atuação e do direcionamento da ONGI – constituindo, portanto, sua visão, ponto esse que discorreremos mais adiante – Drayton cunhou a seguinte frase, “*everyone can be a change maker*.”⁴¹⁴

⁴⁰⁹ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 29.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ Ibidem, p. 34.

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ Ibidem, p. 34.

⁴¹⁴ Essa capacidade de transformação social é vislumbrada pela Ashoka por intermédio do fomento da sinergia entre: **empreendedores de negócios**, por intermédio de programas de investimento social; **empreendedores sociais** que contribuem com soluções para a transformação da saúde, da educação, do meio ambiente, dos direitos humanos, do desenvolvimento econômico, da cidadania, etc.; **jovens empreendedores** que são considerados como legítimos construtores do futuro; e **indivíduos** que acreditam na possibilidade de construir uma nova sociedade. Sugere-se que para entender melhor essa idéia de que qualquer pessoa pode mudar o contexto mundial, entre no site: <http://www.todomundopodemudarmundo.org.br/>. Observando que, essa idéia transpôs-se em uma campanha sólida da Ashoka que fomenta a mudança social por intermédio do estímulo a histórias de vidas balizadas por transformações sociais, no intuito de inspirar indivíduos. Essa campanha conta

Inicialmente, Drayton convocou um grupo de colegas para ajudá-lo na construção e desenvolvimento da organização viajando então, em 1978 e 1979, para Índia, Indonésia e Venezuela no intuito de planejar o programa de mapeamento, identificação e análise dos impactos efetivos provocados por indivíduos ao redor do mundo que poderiam ser efetivamente capazes de gerar alguma transformação social. Nessas viagens, o grupo encontrava-se com possíveis empreendedores sociais indicados pela própria comunidade local, pessoas que segundo a ótica dos próprios indivíduos das sociedades impactadas que provocavam alguma diferença na estrutura social.⁴¹⁵

Bill Drayton aludindo respectivamente a respeito da seleção dos seus empreendedores sociais cita:

Éramos sistemáticos a esse respeito. Víamos qualquer um que tivesse fama de fazer algo inovador para o bem público. E perguntávamos: quem na sua área, como cidadão individual, causou uma grande mudança que você realmente tenha sentido? Como funciona? É novo? Onde encontramos esta pessoa? Então procurávamos esta pessoa, fazíamos as mesmas perguntas e conseguíamos mais nomes. Inseríamos cada nome em um cartão doze por quinze e, à medida que as semanas passavam, começamos a ter cada vez mais cartões de pessoas. No fim, havíamos mapeado quem estava fazendo o que em diferentes áreas.⁴¹⁶

Observa-se que desde seu princípio a organização já possuía um perfil enraizado e nítido de empreendedor social, como indivíduos criativos e inovadores com espírito e perfil empreendedor que provocassem algum impacto social efetivo e detivessem fibra ética necessário para implementar e legitimar seus projetos. Drayton percebia-os, portanto, como verdadeiros agentes de mudança global provedores de

com parceiros como: o Museu da Pessoa que foi fundado em São Paulo, em 1991, pela Ashoka, com o objetivo de construir uma rede internacional de histórias de vida que incentivem a mudança social, visite: <http://www.museudapessoa.net/>; da Rede Globo; da Giovanni, Draft e FCB; da Adesign; e da Hill&Knowlton – parceiros estes que iremos discorrer mais adiante.

⁴¹⁵ DRAYTON apud BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 35.

grandes impactos sendo considerados praticamente verdadeiros líderes sociais⁴¹⁷ – devemos aqui lembrar-nos que o empreendedor social pode sim ser um líder social, o que não valida a situação contrária onde o líder social pode não ser necessariamente um empreendedor social.

Após o mapeamento do perfil e por intermédio da consciência de que indivíduos com todas as características necessárias seriam mais difíceis de serem encontrados, Drayton decide que a pesquisa tinha que ser realizada em países de grande territorialidade capazes de possuir maior número de pessoas que detivesse o perfil peculiar. De algum modo Drayton buscava indivíduos que já fizessem diferença local, contribuindo com soluções locais iniciando, em 1979, sua busca por empreendedores sociais na Índia.⁴¹⁸

Percebendo que para efetivamente ajudar os empreendedores sociais a implementarem seus projetos sociais tinha-se que prover de alguma forma ajuda financeira para que os mesmos pudessem dedicar-se exclusivamente a seus projetos, com fundos particulares, pessoal e provenientes da ajuda de amigos, Drayton iniciava a construção de uma organização que apoiaria os empreendedores sociais financeiramente provendo fundos mínimos, durante certo período de tempo, para que os empreendedores pudessem obter sucesso e implementar suas propostas.⁴¹⁹ Na verdade, o financiamento deveria ser “[...] longo o bastante para dar aos empreendedores sociais a oportunidade de lançar e comercializar suas idéias, e estabelecer as suas próprias bases financeiras.”⁴²⁰

Observa-se ainda que na compreensão de Drayton – e conseqüentemente da Ashoka – os empreendedores sociais tem um “ciclo de vida”⁴²¹ e se não apoiados na

⁴¹⁷ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ DRAYOTN apud BORNSTEIN, ibidem, p. 90.

⁴²¹ Esse ciclo de vida dividido por Drayton baseia-se em quatro etapas: “(1) “aprendizado”, um longo período no qual os empreendedores adquirem a experiência, as habilidades e credenciais necessárias para causarem grande mudanças; (2) “lançamento”, período inicial no qual o empreendedor testa e demonstra suas idéias; (3) “decolagem”, um longo período no qual o empreendedor consolida a sua organização e continua a refinar e espalhar suas idéias até serem adotadas amplamente, e (4)

“decolagem”, que na verdade é entendida como o ápice da idéia do empreendedor social, eles tendem a desistir de suas soluções e tocam outros projetos mais rentáveis que não necessariamente detenham cunho social. Portanto, daí surge a idéia do patrocínio que é considerado mais um estímulo simbólico, que na verdade faz diferença para muitos dos empreendedores sociais, mas que não é a principal vantagem aferida pela organização devido a sua quantia compreender apenas as necessidades básicas do empreendedor.⁴²²

Após decisão sobre o apoio financeiro aos empreendedores, Drayton e seus amigos vislumbraram a necessidade de patrocínio para essa empreitada porém, a questão conceitual – a associação do termo empreendedorismo a fins economicistas – foi de grande apreensão para a equipe que pensava que o termo iria afastar os possíveis financiadores esquerdistas que poderiam encontrar.⁴²³

Sem apoio das grandes fundações, Drayton e os membros da diretoria seguiram caminhos individuais. Um dos colegas de faculdade de Drayton, Mack Lipkin, forneceu inicialmente alguns fundos e apresentou-o a dois outros financiadores, John Klingenstein e William Golden. Golden, um próspero bancário do mercado de investimentos que tivera um papel central moldando as instituições científicas norte-americanas, era um aliado particularmente importante. Contudo, quando Drayton se aproximou dele em busca de apoio pela primeira vez, a resposta de Golden foi: “Não acredito na Índia. Acredito em você”.⁴²⁴

Em 1981, Drayton uniu-se com um grupo de voluntários e fez o primeiro painel de eleição da Ashoka onde foi escolhida a professora escolar de Bombaim, Glória de Souza⁴²⁵, como a primeira *fellow* da Ashoka, devido a seu um forte ímpeto por

“maturidade”, ponto no qual os empreendedores têm impacto demonstrável em suas áreas.” (BORNSTEIN, 2005, p. 165).

⁴²² Ibidem.

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ Ibidem, p. 91.

⁴²⁵ Com quarenta e cinco anos e a grande vontade de transformar o sistema educacional na Índia, a professora de escola elementar de Bombaim queria promover um verdadeiro resgate cultural, valorizando a estima, cultura e costumes típicos a muito depreciados pela educação ocidental inglesa imposta. Com o objetivo de expandir seu programa de educação ambiental por toda a Índia,

mudanças sociais e sua objetividade na implementação de suas idéias.⁴²⁶ A professora assegurava que:

Se pudermos ajudar as crianças a aprenderem a pensar ao invés de repetir, aprendendo a resolver problemas, a serem criativas, aprenderem a serem agentes em vez de serem manipuladas, poderemos criar uma geração que será muito diferente. E a Índia será muito diferente. E isso é uma verdadeira revolução.⁴²⁷

Em 1984, quando recebeu o prêmio *MacArthur Fellowship*, no valor de 200 mil dólares durante cinco anos, Drayton conseguiu conquistar assim o reconhecimento de financiadores – incluindo como primeiro deles, Willian Golden. Posteriormente, Drayton saiu da *Mckinsey&Company* onde trabalhava até então, para viajar ao redor do mundo entrevistando candidatos, escolhendo empreendedores sociais e construindo sua rede.⁴²⁸ “Na época a Ashoka, tinha alguns voluntários em Washington e um orçamento mundial de cerca de 200 mil dólares. Em fins de 1985, tinha eleito apenas trinta e seis fellows.”⁴²⁹

Drayton era extraordinariamente criativo e desejava dar à sua jovem equipe responsabilidade considerável, mas também era perfeccionista e teimoso. Também era extremamente frugal com o orçamento da Ashoka. Estava particularmente preocupado em manter uma cultura de economia dado o desperdício de tanta ajuda externa. Então, quando Northrop quis comprar

promovendo assim, uma verdadeira transformação de paradigmas, Glória teve que se dedicar unicamente a tarefa de elaborar a disseminação do programa. Tendo como fonte de recursos a Ashoka que lhe garantiu financiamento durante o tempo da pesquisa. Em 1981, a professora fundou uma organização chamada *Parisar Asha* – que significa, esperança para o meio ambiente – demonstrando que sua abordagem educacional aumentava significativamente o desempenho dos alunos na escola. Em 1985, após muita promoção e insistência, o programa de educação ambiental elaborado por Glória foi adotado pelo Conselho de Escolas Municipais de Bombaim e foi introduzido em 1.700 escolas como projeto-piloto. Já em 1988, quase um milhão de alunos estava aprendendo seu método, tendo posteriormente o governo indiano incorporando a matéria ao currículo nacional. (BORNSTEIN, 2005)

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Ibidem, p. 37.

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ Ibidem, p. 92-93.

computadores, Drayton perguntou por que as máquinas de escrever não eram suficientes.⁴³⁰

Mesmo com algum reconhecimento, devido sua carreira pessoal e devido aos pequenos patrocínios conquistados até 1985, a Ashoka não tinha nenhum financiamento de alguma Fundação Pública dos Estados Unidos. Só após o fortalecimento da organização em Washington, onde se aumentava o número de funcionários e voluntários e tinha-se um cuidado especial com o desenvolvimento dos sistemas, operações e com a formação da equipe de funcionários é que a Ashoka conquistou um parceiro importante a Fundação Rockefeller aumentando assim seu orçamento e prestígio.⁴³¹

Assim em 1986, Drayton consegue atingir seus planos de expandir a Ashoka começando pela América Latina iniciando sua atuação diretamente no Brasil com a ajuda de Leni Silverstein – antropóloga americana que vivia no Brasil –, que logo tornou-se representante da Ashoka Brasil sendo sucedida por Candace Alberty Lessa, em 1988.⁴³²

Quando já estava instaurada a procura e eleição dos novos *fellows* da Ashoka Brasil, Drayton contratou um tradutor-intérprete Peter Lenny que viajou com Drayton entrevistando possíveis empreendedores sociais pelo Brasil.⁴³³

Em meados dos anos 80, Lenny, assim como muitos brasileiros, havia começado a perder a esperança no futuro do país. Após a queda da ditadura, a imprensa voltou seu foco para a corrupção, inflação e crime. Parecia improvável que as eleições livres e uma nova Constituição pudessem produzir mudanças sociais genuínas. [...] “Subitamente”, Lembra-se Lenny, “Eu via outro Brasil – espalhado em todo tipo de área – por intermédio do processo de seleção da Ashoka. E o que eu vi em um curto espaço de tempo não teria visto se morasse

⁴³⁰ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 93.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² Ibidem.

⁴³³ Ibidem.

no Rio e lesse os jornais durante dez anos.” “Então, pensei: “Por que nunca me falaram sobre isso?”⁴³⁴

Buscando e selecionando os *fellows* por intermédio de uma rede onde as pessoas indicavam, davam referencia e opinavam Drayton tentava solucionar as dúvidas acerca de⁴³⁵ “[...] como criar um sistema para identificar empreendedores sociais antes de ficarem famosos? Como o sistema seria estruturado de modo a não depender de uma pessoa especialmente para administrá-lo? Como fazê-lo globalmente?”⁴³⁶

Drayton passava o tempo inteiro viajando e arquitetando a expansão da Ashoka na América Latina e Ásia, montando e edificando as sedes e procurando, também, estabelecer seus respectivos representantes que eram responsáveis em identificar os potenciais empreendedores sociais. Esse trabalho era árduo por ser muito específico, minucioso e sutil já que a candidatura por escrito não apontava as reais qualidades empreendedoras dos potenciais empreendedores sociais tendo, portanto, para eleição dos *fellows* que ser aplicado entrevistas pessoais.⁴³⁷

Percebemos, assim, que o empreendedor social galga suas ações baseadas em atuações naturais quando Bornestein cita Joanna Davidson, ex *fellow* da Ashoka, que alega que: “as pessoas não se identificam como empreendedores sociais. Não pensam nas coisas como ‘estratégias disseminadas’. Apenas as fazem naturalmente.”⁴³⁸

“Frases incoerentes no papel pode ser porque as pessoas não escrevem bem”, ressalva Drayton. “A redação de Ibrahim Sobhan é horrível, simplesmente, horrível.” (Sobhan é um *fellow* que reestruturou as escolas rurais em

⁴³⁴ LENNY apud BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 96-97.

⁴³⁵ Ibidem.

⁴³⁶ Ibidem, p. 155.

⁴³⁷ Ibidem.

⁴³⁸ DAVIDSON apud BORNSTEIN, ibidem, p. 156.

Bangladesh.) “Mas é um brilhante empreendedor. Nunca teríamos trabalhado com ele se nos baseássemos nos textos que nos enviou.” ^{439,440}

Desenvolve-se daí, a necessidade de criar um processo mais fidedigno que correspondesse e ajudasse a encontrar exatamente o perfil procurado. Drayton então cria um processo seletivo no qual o possível empreendedor social é entrevistado por um júri de membros que devem atingir a aprovação acerca das quatro principais características necessárias para um indivíduo ser efetivamente um empreendedor social: **criatividade**, para estabelecer um objetivo e resolver problemas; **qualidade empreendedora**, onde “*para cada mil pessoas criativas, altruístas e cheias de energia, provavelmente há apenas uma que se encaixe nesse critério, ou até menos que isso*”⁴⁴¹, indivíduos com essa qualidade empreendedora são indivíduos capazes efetivamente de padronizar uma idéia onde seus projetos podem ser estendidos de maneira sistêmica a nível global. Para a mensuração dessa característica são feitos testes para saber se a idéia é quase um objetivo existencial do indivíduo, se o indivíduo consegue ser realista respondendo perguntas práticas de como fazer e se a idéia é realmente consistente, para ser perpetuada sem necessariamente o empreendedor social sempre ter de administrá-la; **impacto social da idéia** – como visto anteriormente – significa dizer quantas pessoas e como serão diretamente e indiretamente atingidas pela idéia; e **fibra ética**, onde se analisa o caráter moral, ou seja, a reputação do possível empreendedor social analisando se o mesmo é digno ou não de confiança.⁴⁴²

Depois de constatar tais características no candidato o caso é analisado por um membro veterano da Ashoka para segunda opinião, depois de aprovado o caso vai para

⁴³⁹ Ibrahim Sobhan, de Bangladesh, aperfeiçoou “[...] a qualidade das escolas rurais onde a taxa de desistência dos alunos era de 70% e a proporção aluno-professor era de 60 para 1. Para melhorar o aprendizado Sobhan dividiu os alunos em grupos de dez e atribuiu aos que aprendiam mais rápido de cada grupo a responsabilidade de ensinar os colegas. Introduziu um programa no qual meninas ensinavam as mães a ler. E descobriu que podia cortar drasticamente a taxa de desistência abrindo mão do dever de casa e incorporando atividades geradoras de renda como piscicultura e pastoreio no currículo escolar.” (BORNSTEIN, 2005, p. 193).

⁴⁴⁰ DRAYTON apud BORNSTEIN, ibidem, p.156.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 161.

⁴⁴² Ibidem.

o Painel de Seleção seguindo para uma etapa final passando ainda pela Diretoria Internacional da Ashoka.⁴⁴³

Tal prática foi estendida, portanto, a todos os membros da Ashoka e até hoje é seguido o mesmo método, Drayton afirma que se os padrões de escolha da seleção variassem entre países a Ashoka perderia-se em exceções.⁴⁴⁴ Entretanto, mesmo seguindo um roteiro elaborado *“a Ashoka promovia painéis de seleção ao menos uma vez por ano em cada país que operava. Tudo que se discutia era confidencial. Todas as decisões tinham de ser unânimes.”*⁴⁴⁵

Em fins dos anos 80, a Ashoka já havia apoiado perto de 200 fellows na Índia, Indonésia e Brasil, e sua abordagem estava começando a atrair atenção de fundações e de organizações de ajuda internacional. [...] a abordagem da Ashoka parecia nova e promissora.⁴⁴⁶

A partir desse ponto, em 1990, Drayton começou a se questionar acerca das estratégias comuns dos empreendedores sociais convidando, assim, dez empreendedores sociais do sul da Ásia para participar de um Projeto Mosaico que tinha o intuito de observar e analisar as idéias dos empreendedores sociais tentando estabelecer assim um padrão⁴⁴⁷. O padrão que foi levantado concluiu que normalmente: os empreendedores sociais somam-se a outros fatores para resolverem problemas e

⁴⁴³ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 157.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 191-192.

⁴⁴⁷ Esse padrão – ou seja, essas características comuns aos empreendedores sociais – também são detalhadas no site da Ashoka onde a mesma identifica-as como: “Criação de campos de trabalho inteiramente novos na área social; Criação de novas instituições, mais arejadas e dinâmicas; Foco em um público-alvo específico, que na maioria das vezes sofre sistemática discriminação ao longo de anos. Com muita persistência, os empreendedores sociais superam as dificuldades e conseguem tornar acessível a esse grupo social noções de organização comunitária e de exercício de cidadania nunca antes experimentadas; Inventando ou reinventando processos sociais, mudanças de atitudes e hábitos já há muito arraigados na sociedade, o trabalho desses líderes empreendedores mudam a prática de instituições consolidadas, propõe novas metas e objetivos para políticas e instituições públicas, alterando muitas vezes a maneira de se relacionarem com grupos sociais que são marginalizados e que deveriam ser público prioritários de programas sociais do Estado.” (ASHOKA, [2008?o]).

impactarem uma realidade mobilizando todos ao seu redor – crianças, jovens e cidadãos comuns; criam também novas estruturas legais que conectem interesses econômicos e ambientais; mudam condições de mercado; e por fim, tentam vincular ao máximo os três setores – público, privado e sociedade civil – na busca da maximização de seus resultados.⁴⁴⁸

Nesse ínterim a Ashoka encontrava-se em crescente ampliação, a organização se expandia elegendo *fellows* ao redor do mundo atingindo diretamente a Ásia, África e América Latina. Em 1987, a Ashoka começa a se estender para o México; em 1988, para o Nepal; em 1989, para o Zimbábue; e no início de 1990, a Ashoka começou a trabalhar também no Paquistão, Uruguai, Costa do Marfim, Camarões, Mali e Gana e Senegal.⁴⁴⁹ “Por volta de 1993, a Ashoka já havia apoiado 463 empreendedores sociais em dezoito países.[...] o orçamento anual era de dois milhões de dólares.”⁴⁵⁰

Em meados dos anos 90, a Ashoka instituiu uma parceria com a Fundação Avina, cuja “a missão da Avina era promover desenvolvimento sustentado, particularmente na América Latina, e sua estratégia era investir em líderes individuais”⁴⁵¹. A Ashoka começa assim a se expandir sistematicamente para a América Latina com a orientação de Susan Stevenson, expandindo-se, em 1995, para Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai, Costa Rica, Venezuela e El Salvador. Com o fim da Guerra Fria estende-se, também, com a representação de Shawn MacDonald, para a Europa Central; República Checa, Hungria, Polônia e Eslováquia.⁴⁵² E assim a Ashoka vai se ampliando sendo composta atualmente por mais de 2.000 empreendedores sociais presentes em mais de 70 países.⁴⁵³

Para finalizar a breve passagem pela história da ONGI Ashoka, observa-se, portanto, que a Ashoka desde seu início vislumbrava o estímulo e a procura do caráter

⁴⁴⁸ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 230.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 231.

⁴⁵² Ibidem.

⁴⁵³ ASHOKA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

inovador do empreendedor social nos indivíduos de idéias não convencionais, além de outros valores e características apontadas sendo percebidos como fundamentais à sociedade antes mesmo do conceito de empreendedorismo social se expandir – na verdade, percebemos a própria Ashoka como delineadora e ampliadora do conceito de empreendedorismo social no início dos anos 80, e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho.⁴⁵⁴

Entretanto, faz-se necessário apontarmos como não sendo somente esse aspecto que deve ser considerado e pesado – o aspecto humano do indivíduo, do empreendedor social – afim de garantir o desenvolvimento e a expansão da missão social instituída pelo mesmo. Faz-se necessário, também, observar a capacidade da adaptação da idéia inicial, da criação de uma organização com dimensão – norteadas por uma instituição de uma missão e visão – implementando-a e comercializando-a, fazendo com que impacte o maior número de indivíduos possíveis incitando a real mudança do cenário local e internacional.

3.2 O Trabalho que a Ashoka Realiza

Como já falado por ser o presente trabalho um estudo de caso que deve ser balizado por referenciais oficiais, a partir desse ponto as informações que traremos aqui foram todas retiradas do site institucional da Ashoka.⁴⁵⁵

Como vimos, a Ashoka trabalha há mais de 27 anos com o apoio e a fomentação do empreendedorismo social contribuindo assim, efetivamente, para o desenvolvimento da sociedade civil internacional e a transformação mundial. Tendo suas bases circunscritas em escritórios na América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa

⁴⁵⁴ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁴⁵⁵ ASHOKA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

Central e Leste Europeu, cotando na sua composição com uma rede de mais de 2.000 empreendedores sociais *fellows*, onde no Brasil, apóia mais de 250 empreendedores sociais que cooperam com a efetiva mudança do setor cidadão.⁴⁵⁶

Como veremos:

A Ashoka investe no empreendedorismo social porque acredita que esta é a mais poderosa força transformadora da sociedade. A nossa visão é que o impacto da ação dos empreendedores sociais é capaz de gerar transformação social e, assim, inspirar cada componente da sociedade a ser um agente de mudança.⁴⁵⁷

Seus *fellows* possuem diversos projetos abrangendo diferentes áreas como: saúde, educação, meio ambiente, política, comunicação, inclusão social, entre outros, onde contribuem para a superação das necessidades e problemas sociais⁴⁵⁸, sendo, portanto, compreendidos em um único “[...] *objetivo comum: viver em um mundo onde as diferenças sejam respeitadas e em que todos tenham liberdade, as mesmas oportunidades e capacidades de transformar desafios em soluções.*”⁴⁵⁹

Sua inovação, pioneirismo e peculiaridade são balizados por intermédio do apoio aos empreendedores sociais nas suas diferentes etapas de desenvolvimento, ou seja, nos diferentes estágios do “ciclo de vida dos empreendedores sociais” e no investimento em indivíduos, por intermédio das suas campanhas, compreendendo sempre em suas atividades sua **visão** de que “*todo mundo pode mudar o mundo*” e

⁴⁵⁶ ASHOKA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁵⁷ ASHOKA. *Missão e Visão Estratégica*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=mvp>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁵⁸ ASHOKA, op. cit.

⁴⁵⁹ ASHOKA. *Conheça: Ashoka 25 anos*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:guO5ujqlabkJ:www.ashoka.org.br/hotsite/site.htm+objetivo+comum:+viver+em+um+mundo+onde+as+diferen%C3%A7as+sejam+respeitadas&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

missão em “*contribuir para criar um setor social empreendedor, eficiente e globalmente integrado*”.⁴⁶⁰

A “transparência e eficácia” da Ashoka são também outros princípios e valores que regem a organização, legitimando assim sua ação. Atualmente, no Brasil, a Ashoka trabalha como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁴⁶¹, no intuito de ser recebida pela comunidade como uma organização referência no uso transparente e otimizado dos recursos. A Ashoka também disponibiliza ao público todos seus balanços patrimoniais, que é arrecadado por intermédio de contribuições privadas estando acessível essa informação nos seus relatórios anuais – que são encontrados no seu site institucional ou podem ser disponibilizados pela própria organização, via correio – sendo o balanço patrimonial auditorado e certificado por uma firma de auditores independentes, a *BDO Trevisan*.⁴⁶²

A Ashoka Brasil também detêm uma peculiaridade, a organização é estendida ao Paraguai sendo considerada, portanto, Ashoka Brasil-Paraguai. A Ashoka Brasil-Paraguai é dividida em dois escritórios: o primeiro é o Escritório de Seleção e Integração de Empreendedores Sociais, onde encontra-se:

⁴⁶⁰ ASHOKA. *Missão e Visão Estratégica*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=mvp>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁶¹ A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é uma qualificação originada pela lei 9.790 de 23/03/99. Esta lei é usualmente conhecida como a **Lei do Terceiro Setor** sendo considerada muito importante para o mesmo, pois o afere validade por intermédio da transparência administrativa e do reconhecimento legal e oficial das ONGS. As OSCIP são consideradas entidades privadas que atuam em áreas típicas do setor público detendo também em sua maioria, algum percentual de financiamento do Estado ou da iniciativa privada devido ao seu título. Portanto, as OSCIP, na verdade, são ONG que no Brasil obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de determinados requisitos, delimitações e objetivos estabelecidos na lei, tais como: “Promoção da assistência social; Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações; Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações; Promoção da segurança alimentar e nutricional; Defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; Promoção do voluntariado; Experimentação sem fins lucrativos de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direito e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas acima.” (SEBRAE MINAS GERAIS. [2008?], grifo do autor).

⁴⁶² ASHOKA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

[...] a equipe responsável pela seleção e integração dos empreendedores sociais, possuindo também as áreas de comunicação, captação de recursos, o programa de Juventude (Iniciativa Jovem Inovadora), e a direção que abrange as regiões do Brasil e Paraguai.⁴⁶³

E o Centro de Competência para Empreendedores Sociais *Ashoka-McKinsey* que congrega:

[...] a equipe responsável pela capacitação dos empreendedores sociais, cujo intuito é o de desenvolver e profissionalizar o terceiro setor. É neste escritório que está localizada a direção internacional de parcerias estratégicas e de integração para a América Latina.⁴⁶⁴

3.3 O Empreendedor Social da Ashoka

O empreendedor social da Ashoka, segundo a própria Ashoka, é um indivíduo com um perfil peculiar sendo considerado uma pessoa:

[...] visionária, criativa, prática e pragmática; que sabe como ultrapassar obstáculos para criar mudanças sociais significativas e sistêmicas. Possui uma proposta verdadeiramente inovadora, já com resultados de impacto social positivo na região onde atua, e demonstra estratégias concretas para disseminação dessa idéia nacional e/ou internacionalmente.⁴⁶⁵

⁴⁶³ ASHOKA. *Equipe Ashoka Brasil-Paraguai*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=equ>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ ASHOKA. *O que é o empreendedor social da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=qee>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

Além desse perfil empreendedor conceitual clássico, a Ashoka mapeou outras duas variantes do mesmo considerando, portanto, que o empreendedor social possa apreender outras etapas mais avançadas apresentando, assim, impactos sociais mais extensos e efetivos delimitando-os em: **empreendedor social membro** que é caracterizado como o empreendedor social de sucesso – que implementou sua proposta e mudou padrões e sistemas da sociedade – cujo impacto social transpôs além dos problemas inicialmente levantados, por meio de “*mudanças estruturais em leis, em instituições, campos de trabalho de difícil acesso. Idéias e métodos criados por Membros estão em geral enraizados no Setor Social*”⁴⁶⁶; e o **empreendedor social sênior** que é o empreendedor social que já entra na Ashoka no seu estágio de “maturidade no ciclo de vida do empreendedor social”, já possuindo, portanto, ampla implementação e disseminação do impacto da sua iniciativa.⁴⁶⁷

3.4 A Atuação da Ashoka

Percebe-se que a missão da Ashoka é construída em uma estrutura de atuação na interação de três pilares básicos, são eles: o **primeiro pilar**, caracterizado pelo investimento e fomentação do empreendedorismo social e, conseqüentemente, do empreendedor social da Ashoka – seus *fellows*; o **segundo pilar**, que é a promoção do empreendedorismo em grupo, onde a Ashoka crê que no idéia de que para atingir considerável ampliação do impacto social deve-se elevar os empreendedores sociais de forma a agregá-los promovendo, assim, a maximização de seus impactos; e por último temos o **terceiro pilar** abrangendo o desenvolvimento da infra-estrutura necessária ao terceiro setor, no intuito de maximizar e conservar as transformações e

⁴⁶⁶ ASHOKA. *Tipos de empreendedores sociais da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=rdp>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁶⁷ ASHOKA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

conquistas aferidas pelos empreendedores sociais.⁴⁶⁸ Nessa área crê-se ser necessário um cuidado especial pois a não-profissionalização do terceiro setor faz com que os ganhos obtidos pelos empreendedores sociais sejam depois de algum tempo perdidos, na verdade, a falta de estrutura do setor decorre da direta descredibilidade do mesmo sendo esse o ponto principal que a Ashoka contribui com sua atuação ao formar empreendedores sociais profissionalizados, contribuindo diretamente na profissionalização da sociedade civil.

Decorrente desses três pilares a Ashoka tem, portanto, seu foco de atuação na:

1) Identificação e investimento nos empreendedores sociais, elevando o apoio e, como consequência, o investimento para a expansão do indivíduo, da idéia e da instituição. Na medida em que a Ashoka: identifica e investe no indivíduo, integra-o em uma Rede Local Global de Empreendedores Sociais⁴⁶⁹ contribuindo para o desenvolvimento e profissionalização do empreendedor social.⁴⁷⁰

2) Reunião de grupos de empreendedores sociais no intuito de “[...] *somar competências e disseminar idéias inovadoras, tendo como perspectiva influenciar mudanças em diferentes áreas de atuação do setor social.*”⁴⁷¹ A perspectiva da Ashoka é de que os empreendedores sociais agindo de forma isolada não têm o mesmo impacto do que quando atuam em grupo provendo, assim, com maior celeridade os impactos imaginados e a transformação social tão discutida. No intuito de estimular seus *fellows* a trocarem “[...] *metodologias, princípios e necessidades em seus países e*

⁴⁶⁸ ASHOKA. *Os três pilares de atuação da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=atv>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁶⁹ Uma das maiores vantagens oferecidas aos *fellows* da Ashoka é sua integração na rede de empreendedores sociais. Essa rede – promovida pelo Centro de Competência para Empreendedores Sociais – que é fruto da parceria Ashoka e *McKinsey&Company*, engloba todos os seus *fellows* e suas organizações que trocam informações desenvolvendo suas idéias sociais, adaptando e trocando seus conhecimentos, trocam também contatos, parceiros, apoiadores, conhecimentos técnicos e práticos. Enfim, cada *fellow* está diretamente conectado com outros a redor do mundo possibilitando, assim, o compartilhamento de suas dúvidas e soluções, instigando o desenvolvimento da missão e impacto social do empreendedor social.

⁴⁷⁰ ASHOKA, op. cit.

⁴⁷¹ Ibidem.

*em outras regiões do mundo*⁴⁷², a Ashoka desenvolve e fomenta estratégias para a integração dos mesmos. Entre os principais programas e ações estão: a integração das Redes Local, Continental e Global de Empreendedores Sociais, os projetos colaborativos e de intercâmbio e os eventos temáticos.⁴⁷³

3) Profissionalização do terceiro setor com a finalidade da expansão participativa deste último, a Ashoka concebe como necessário o desenvolvimento da infra-estrutura do setor social. Por intermédio do *“[...] desenho e da disseminação de novos caminhos, tecnologias e programas para que os empreendedores sociais trabalhem dentro e fora da sua rede com a necessária infra-estrutura de suporte.”*⁴⁷⁴

Observa-se, portanto, o apoio da Ashoka às organizações da sociedade civil, por intermédio da sua consultoria especializada onde a sociedade civil conta com *“[...] um conjunto de sistemas que permitem aos empreendedores prosperar no setor privado, tais como serviços financeiros, concursos de planos de negócio, consultoria especializada e outros apoios profissionais.”*⁴⁷⁵ Estimulando, portanto, a “ponte” entre o setor privado e a sociedade civil por intermédio de iniciativas como: o Centro de Competência para Empreendedores Sociais Ashoka-McKinsey, a Iniciativa Base de Cidadania, os Serviços Financeiros Alternativos, a Revista Eletrônica *Changemaker*, a Cidadania Econômica Plena, a Iniciativa Justiça para Todos e as parcerias estratégicas e parcerias regulares.⁴⁷⁶

3.4.1 O Investimento da Ashoka no Empreendedorismo Social

⁴⁷² ASHOKA. *Os três pilares de atuação da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=atv>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ Ibidem.

⁴⁷⁵ Ibidem.

⁴⁷⁶ Ibidem.

O investimento da Ashoka no empreendedorismo social no âmbito internacional se dá não só por intermédio da fomentação e promoção do conceito e do fenômeno do empreendedorismo social no cenário internacional mas também, pelo investimento da Ashoka em seus *fellows*.

A Ashoka oferece aos seus *fellows*: uma bolsa mensal por três anos, possibilitando-os dedicar seu tempo exclusivamente ao seu projeto social e estimulando-os por intermédio do incentivo e do reconhecimento. Possibilita-os também, a fazer parte de uma rede mundial de intercâmbio de informações, colaboração e disseminação de projetos, participação de cursos e trocas dentro da Rede Local Global de Empreendedores Sociais – já anunciada – cujo intuito é criar e estimular diferentes formas de engajamento no setor social. Observando que a Ashoka oferece outras distintas oportunidades estimulando o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus *fellows* – e conseqüentemente suas organizações – por intermédio de seminários e programas de capacitação.⁴⁷⁷

A Ashoka também possui outras iniciativas onde se destacam:

- O estímulo e facilitação à formação de pontes com o setor privado e com potenciais doadores em diversos países.
- Intercâmbios e colaborações com empreendedores sociais integrantes da rede global da Ashoka em outros países.
- Capacitações, consultoria no desenvolvimento de planos de negócios e concursos no âmbito das parcerias estratégicas com a McKinsey&Company e a Hill & Knowlton.⁴⁷⁸

Percebe-se, também, o investimento da Ashoka na infra-estrutura que seus *fellows* dispõem, por intermédio do Programa Local de Apoio e Interação dos

⁴⁷⁷ ASHOKA. *Os três pilares de atuação da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=atv>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁷⁸ ASHOKA. *Como a Ashoka investe nos empreendedores sociais*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=com#fundo2>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

Empreendedores Sociais que no intuito de integrá-los ministra programas de incentivo e formação, tais como: o **Fundo de incentivo à tecnologia de informação**, que facilita aos *fellows* o acesso às tecnologias da comunicação e informação por intermédio da simplificação na compra de aparelhamento e serviços; o **Fundo Global de Apoio a Intercâmbios** fomentando a maior integração entre empreendedores sociais internacionais por intermédio do patrocínio do intercâmbio dos mesmos; a **Rede sem Fronteiras**, que por intermédio da parceria entre a Ashoka Brasil e o Yázigi, amplia a integração global entre os empreendedores sociais, estimulando o aprendizado de idiomas; e o **Projeto Explora**, que é resultado de várias parcerias entre a Ashoka, a Fundação Artemísia e a AIESEC estimulando e apoiando a promoção e o entendimento do empreendedorismo social, por intermédio de intercâmbios financiados, possibilitando os estudantes da AIESEC a trabalharem com os empreendedores sociais da Ashoka na América Latina.⁴⁷⁹

3.4.2 O Investimento da Ashoka no Empreendedorismo de Grupo

Na visão da Ashoka:

Para estimular que seus empreendedores sociais façam intercâmbio de metodologias, princípios e necessidades em seus países e em outras regiões do mundo, a Ashoka desenvolve estratégias e ações para que os integrantes de sua rede trabalhem efetivamente de forma colaborativa e contribuam dessa maneira para a transformação da sociedade em escala universal. Além disso, procura difundir as lições aprendidas com outros grupos e organizações do setor social.⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ ASHOKA. *Os três pilares de atuação da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=atv>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁸⁰ ASHOKA. *Empreendedorismo de grupo*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=ceg>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

Acreditando nisso, a Ashoka promove o empreendedorismo de grupo caracterizado pela fomentação da potencialização das ações dos empreendedores sociais expandindo, por consequência, o impacto social aferido pelos mesmos visando a “[...] soma de competências e disseminação de idéias inovadoras, tendo como perspectiva influenciar mudanças em diferentes áreas de atuação do setor social.”⁴⁸¹

Sendo, portanto, o empreendedorismo de grupo estimulado por intermédio de **projetos colaborativos** de colaboração coletiva ou **projetos de intercâmbio** que apóiam a troca de experiências no intuito de visar, assim, a transferência de conhecimento e experiência entre os *fellows* e suas respectivas organizações; e por intermédio de **eventos temáticos** acareados por temas, tais como: política pública, impacto social e geração de renda em Organizações da Sociedade Civil que promovem a transposição de conhecimentos por intermédio de encontros agenciados no Brasil pelos Comitês Regionais.⁴⁸²

3.4.3 O Investimento da Ashoka no Terceiro Setor

Percebendo a estreita co-relação entre a ampliação do impacto dos seus empreendedores sociais e a profissionalização do terceiro setor apoiando, validando e legitimando as mudanças sistêmicas providas pelos mesmos e até mesmo, com o intuito de facilitar tais acontecimentos é que a Ashoka percebe a essencialidade da ampliação do terceiro setor e da sua regularização.

Decorrente desse contexto a organização visa estimular a criação de “instituições, sistemas, programas e tecnologias” capazes de apoiar seus *fellows* e

⁴⁸¹ ASHOKA. *Empreendedorismo de grupo*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=ceg>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁸² Ibidem.

acelerar o incremento da infra-estrutura do terceiro setor⁴⁸³ por intermédio da transposição de “[...] ferramentas nas áreas de gestão, comunicação, serviços financeiros, concursos de planos de negócio e consultoria especializada [...]”,⁴⁸⁴ decorrentes do fornecimento de investimento-semente⁴⁸⁵, que iremos discutir mais a diante.⁴⁸⁶

Percebendo, portanto, na permuta de conhecimento entre setores o avanço técnico necessário para a autentificação da sociedade civil, a Ashoka estimula o câmbio de conhecimentos intra-setores – já que setores como o privado são há muito tempo instituídos e balizados por arquétipos onde validam e tornam o mesmo regular – diferente da sociedade civil que necessita de melhor construção e mediação de bases funcionais.

Essa interação é improvisada por intermédio de programas como o Programa E2 que baseia-se “[...] no intercâmbio sistemático e no compartilhamento de conhecimento entre um grupo selecionado de lideranças empresariais e um/a ou mais empreendedores/as sociais [...]”⁴⁸⁷, onde por intermédio das semelhanças entre empreendedores de negócios e empreendedores sociais pode-se “[...] construir relações dinâmicas [...] com impacto positivo para ambas as partes; compartilhar conhecimentos, inovações e redes de contato; e oferecer aos/às líderes empresariais a oportunidade de investimento em ações sociais [...]”.⁴⁸⁸

A Ashoka atua no desenvolvimento da infra-estrutura do terceiro setor por intermédio da promoção de outras iniciativas decorrentes das suas parcerias globais, tais como: o **Centro de Competência para Empreendedores Sociais Ashoka-McKinsey**, a **Iniciativa Base de Cidadania** – que será melhor abordada a seguir, os **Serviços Financeiros Alternativos**, a **Revista Eletrônica Changemakers**, a

⁴⁸³ ASHOKA. *Pontes entre o setor privado e social*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=ods>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ Investimentos sementes são investimentos de quantias específicas para implementação dos projetos e do intercâmbio entre setores improvisados pela consignação de parcerias estratégicas globais

⁴⁸⁶ ASHOKA, op. cit.

⁴⁸⁷ Ibidem.

⁴⁸⁸ Ibidem.

Cidadania Econômica Plena e a Iniciativa Justiça para Todos, já anteriormente apresentados.⁴⁸⁹

Existem também outras duas iniciativas que estimulam a aproximação entre setores, entre elas destacam-se:

A **Iniciativa Cidadania Econômica para Todos** que é uma iniciativa global sendo somente desenvolvida no Brasil em 2006, tendo como objetivo a criação de alianças inovadoras entre as organizações do segundo e terceiro setor que construam impacto social e econômico por intermédio da inclusão econômica ou acesso a economia dos cidadãos de baixa renda. Essa proposta se capilariza em três programas: os Grupos de Pequenos Produtores, a Riqueza dos Pobres e a Cadeia Híbrida de Valor.⁴⁹⁰

Sob esse viés, a Ashoka concilia a visão economicista e social por intermédio de uma cadeia híbrida de valor, onde decorre daí uma coexistência entre setores fomentando um novo modelo de negócios. Promove-se, portanto, uma aliança entre setores por intermédio do objetivo de ampliar os benefícios de comunidades específicas atingindo assim maiores impactos sociais – que atendem aos objetivos do empreendedor social e que por sua vez geram maiores benefícios econômicos –, tornando a cadeia benéfica para as empresas interligadas.⁴⁹¹

A Cadeia Híbrida de Valor – que é um dessas alianças promovidas pela Ashoka – decorre do imperativo da maximização de benefícios e da transformação social por intermédio da aproximação do setor privado e das organizações da sociedade civil, onde *“as estratégias de mercado são veículos efetivos para alcançar impactos sociais de grande escala.”*⁴⁹² Comportando, como mostraremos a seguir, cinco etapas entre elas: o desenvolvimento de produtos e serviços, a produção, a distribuição e logística, o marketing e venda, o financiamento e o mercado.

⁴⁸⁹ ASHOKA. *Os três pilares de atuação da Ashoka*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=atv>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

⁴⁹⁰ ASHOKA. *Iniciativa cidadania econômica para todos (CEPT)*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=fec>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² Ibidem.



FONTE: <http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=fec>

FIGURA 1 – CADEIA HÍBRIDA DE VALOR DA ASHOKA

E a Iniciativa Base de Cidadania que também incentiva o terceiro setor a criar alternativas de captação e mobilização de recursos por intermédio de estratégias conjeturas. Essas estratégias são captadas de diferentes maneiras, tais como: concursos que identifiquem e premiem idéias inovadoras na mobilização de recursos locais, exemplo: Concurso de Idéias Inovadoras em Mobilização de Recursos; publicações que reúnam as melhores idéias levantadas pelos concurso, como a Publicação Idéias Inovadoras em Mobilização de Recursos; seminários que visam também a disseminação de idéias acerca das práticas de mobilização de recursos, exemplo: Mobiliza - Seminário de Mobilização de Recursos para Organizações da Sociedade Civil; e treinamentos para os empreendedores sociais como os programas, Iniciativas Sociais e Desenvolvimento e a Arte de Empreender e Transformar.⁴⁹³

⁴⁹³ ASHOKA. *Iniciativa cidadania econômica para todos (CEPT)*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=fec>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

3.5 O Processo Seletivo dos Fellows

Para que o empreendedor social seja considerado *fellow* da Ashoka detendo, portanto, todas as respectivas vantagens oferecidas pela organização é necessário que o candidato entre em um processo seletivo rigoroso, onde não há data fixa para a candidatura ou para a finalização do processo seletivo – sendo, portanto, um processo variável quando tratamos acerca de datas. O candidato a possível empreendedor social pode tanto se inscrever, como ser indicado para participar do processo de seleção da Ashoka existindo no entanto apenas uma exceção, a Ashoka não apóia projetos, cursos e trabalhos assistenciais nem seleciona pessoas ligadas ao governo.⁴⁹⁴

O processo seletivo da Ashoka avalia o perfil do candidato, suas propostas e idéias a partir da sua trajetória profissional e pessoal, afim de observar se o candidato tem ou não o perfil da organização.

Como já discorrido a Ashoka seleciona seus *fellows* a partir de quatro características proeminentes que os empreendedores sociais detêm e que fazem deles, segundo Drayton, impulsionadores de impacto em dois níveis: o primeiro, sendo caracterizado como resolutor dos problemas sociais locais e o segundo, abarca o empreendedor como verdadeiro agente de mudança global.⁴⁹⁵

Como o leitor já está ciente das quatro características dos empreendedores sociais da Ashoka que atendem os respectivos valores – criatividade, qualidade empreendedora, impacto social da idéia, e fibra ética. Ressalta-se também um outro critério fundamental na seleção dos *fellows* sendo, portanto, a primeira e mais essencial propriedade percebida o “caráter inovador da idéia”. A proposta inovadora é considerada pela Ashoka como ponto de sucesso ou fracasso do projeto social, sendo

⁴⁹⁴ ASHOKA. *Processo de seleção*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=cscfec>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁹⁵ DRAYTON, Bill. In: GONÇALVES, Isabelli et al. Todo mundo pode mudar o mundo. *Viração*: mudança atitude e ousadia jovem, ano 6, n. 43, p. 11, jun.\jul. 2008.

este pano de fundo essencial servindo como figura elementar constituinte da missão social do empreendedor social.

Portanto, vislumbra-se que esse perfil do empreendedor social da Ashoka é baseado a partir de cinco critérios basais: a inovação, o perfil empreendedor, o impacto social, a criatividade e a fibra ética do pretendo empreendedor social. Devendo, portanto, ser identificado tais características no processo seletivo da organização – que está inteiramente descrito no site institucional da Ashoka⁴⁹⁶ –, por intermédio das seguintes etapas:

Etapas 1- Pré-proposta: Primeiro, para o candidato participar do processo de seleção da Ashoka, o candidato deve enviar uma pré-proposta onde forneça suas informações básicas e seus dados iniciais compondo uma breve descrição de sua trajetória pessoal e profissional e um resumo sintético de sua iniciativa inovadora.

Etapas 2 - Proposta detalhada: Se aceita a pré-proposta o candidato deve encaminhar uma proposta detalhada que é requisitada pela organização analisa-se, assim, a proposta completa.

Etapas 3 - Primeira entrevista pessoal com um representante da Ashoka Brasil: Segue-se aí, a primeira entrevista pessoal que é elaborada a partir de uma visita de campo onde um representante da Ashoka Brasil coleta mais informações que o auxiliam a verificar a correlação entre o perfil do candidato com o perfil do empreendedor social requerido pela Ashoka, devendo o candidato nessa fase fornecer referências profissionais para atestar sua fibra ética e os atributos do seu trabalho.

Etapas 4 - Segunda entrevista pessoal com um representante da Ashoka Internacional: Em seguida tem-se a segunda entrevista pessoal do candidato com um representante da Ashoka Internacional.

⁴⁹⁶ ASHOKA. *Detalhamento do processo de seleção*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=>>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

Etapa 5 - Painele de Seleção: Passado todas essas fases anteriores, os candidatos pré-selecionados seguem para o Painele de Seleção que é realizado somente duas vezes ao ano. O Painele de Seleção é composto por **mais três entrevistas** realizadas pelos próprios empreendedores sociais da Ashoka, onde os *fellows* avaliam se o candidato possui o perfil da organização.

Etapa 6 - Avaliação final do Conselho Internacional da Ashoka: Finalmente, caso o candidato seja aprovado pelo Painele de Seleção, ele segue junto a outros candidatos para a avaliação final do Conselho Internacional da Ashoka que decidirá se o mesmo entra ou não como membro da organização.

3.6 Método de Mensurabilidade do Impacto Social da Ashoka

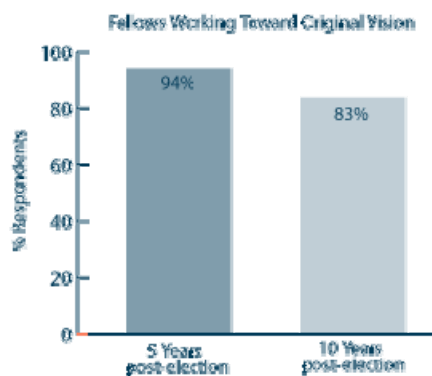
Percebe-se como base essencial para qualquer validação do terceiro setor, da sociedade civil e das respectivas ONGI – como a Ashoka –, a mensuração do seu impacto alcançado. Como já foi levantado, o impacto social muitas vezes é visto como intangível ocasionando, portanto, muitos problemas na comprovação da efetivação da mudança social factualmente concebida pelos empreendedores sociais.

Pensando em métodos para ponderar a mensurabilidade do impacto de seus *fellows*, a Ashoka Internacional criou um instrumento que permite medir a transformação ocasionada pelos seus empreendedores sociais a nível global. Anualmente, a Ashoka Internacional conduz um **estudo de mensurabilidade efetiva** onde seus *fellows* – eleitos entre 10 a 15 anos –, suas propostas, seus projetos e suas organizações servem como instrumentos de mensuração de impacto social atingido pela organização.

O presente estudo da Ashoka que teremos acesso sobre o impacto dos empreendedores sociais no cenário internacional, foi retirado e está inteiramente

presente no site institucional da Ashoka Estados Unidos⁴⁹⁷. Tais índices que serão mostrados, foram circunscritos nos resultados de uma pesquisa feita entre 1999 a 2005, sendo essa concretizada pela Ashoka a partir de um levantamento feito por intermédio de inúmeras perguntas feitas diretamente aos *fellows*, sendo posteriormente encaminhado a Ashoka Internacional suas respectivas respostas e por intermédio de uma série de entrevistas presenciais direcionadas.

A Ashoka concluiu por intermédio de indicadores da visão original dos *fellows*, que o ideal do empreendedor social da Ashoka encontra-se solidificado nos mesmos. No seu levantamento a maioria de seus *fellows* continuam com a visão inicial da sua missão social possuindo, portanto, um ínfimo grau de desistência dos projetos sociais dos empreendedores sociais da Ashoka.



Fonte: <http://www.ashoka.org/impact/effectiveness>
Ilustração 2 – VISÃO ORIGINAL

A replicação independente também é um ponto cardeal de sucesso dos *fellows* da Ashoka, onde os empreendedores sociais servem como modelos tendo suas resoluções copiadas e reaplicadas ultrapassando seu impacto direto e reafirmando assim novas abordagens na solução de problemas.

⁴⁹⁷ ASHOKA. Virginia, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org/country/US>>. Acesso em: 17 de ago. de 2008.



Fonte: <http://www.ashoka.org/impact/effectiveness>
 Ilustração 3 – REAPLICAÇÃO INDEPENDENTE

A influência política adquirida pelos *fellows* por intermédio da adoção do governo das mudanças estruturais efetivadas pelos empreendedores sociais também demonstram o reconhecimento conquistado pela organização alcançando, assim, sua visão cujo intuito é circunscrito acerca da colaboração da mesma como instrumento efetivo de mudanças sistêmicas.



Fonte: <http://www.ashoka.org/impact/effectiveness>
 Ilustração 4 – INFLUÊNCIA POLÍTICA

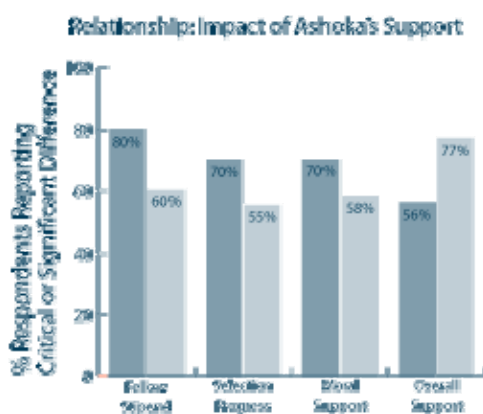
A Ashoka também constatou que está tendo sucesso na construção de liderança no terceiro setor. Por intermédio da criação de instituições e organizações derivadas de

seus *fellows*, a Ashoka está convergindo sua atuação para a construção de uma melhor infra-estrutura para o terceiro setor.



Fonte: <http://www.ashoka.org/impact/effectiveness>
Ilustração 5 – CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇA

E, por último, a Ashoka americana apresenta um índice que mostra como sua contribuição a seus *fellows* auxiliou os mesmos em seu trabalho. Afirmando-se como uma organização cardeal na promoção e no apoio do fenômeno do empreendedorismo social a âmbito internacional.



Fonte: <http://www.ashoka.org/impact/effectiveness>
Ilustração 6 – ASHOKA LEVERAGE

3.7 A Ashoka e Seus Parceiros

Percebe-se nessa atividade um dos pontos fortes da Ashoka, na verdade, em qualquer organização as alianças, parcerias e apoio são constituídos como verdadeiras bases para o fortalecimento, solidificação e prestígio da mesma.⁴⁹⁸ Observa-se como citado pela Ashoka que *“uma organização pode ter uma série de parceiros, mas só alguns serão realmente estratégicos.”*⁴⁹⁹

No ponto de vista da Ashoka suas parcerias estratégicas são derivadas da conexão entre o setor cidadão – como a Ashoka alude o terceiro setor – e o primeiro e segundo setor, implementando projetos conexos por intermédio de “relações de financiamento e de parcerias regulares” que promovam suporte à organização e ofereçam conseqüentemente seus serviços a seus *fellows*.⁵⁰⁰ Sendo suas parcerias instituídas a partir de critérios como: *“a existência de uma relação de longo prazo; de algum valor comum; de benefícios para ambas as partes e para seus públicos; de trabalhos efetivamente conjuntos e a divisão igual de responsabilidades e de riscos.”*⁵⁰¹

A Ashoka desenvolve parcerias estratégicas com empresas mundiais líderes em suas áreas, com o objetivo de oferecer ao setor social conhecimentos sobre gestão, comunicação e finanças, entre outros. Em troca, a Ashoka e sua ampla rede compartilham informações e oportunidades com os parceiros empresariais, expandindo os horizontes das empresas e de seus funcionários.⁵⁰²

⁴⁹⁸ ASHOKA. *Parcerias estratégicas e parcerias regulares*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=par>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ Ibidem.

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² Ibidem.

A Ashoka, portanto, possui várias parcerias estratégicas subdivididas de acordo com sua relevância.⁵⁰³ Entre elas destacam-se:

Parceiros Internacionais entre a Ashoka e a Fundação Stichting, Het Groene Woudt e Yola Jurzykowsky. **Parcerias Estratégicas Globais** entre a Ashoka e a McKinsey & Company, Hill & Knowlton e International Senior Lawyer's Project. Ainda possuindo relações mundiais com a Latham & Watkins e Ernst & Young. Podemos citar também as **Parcerias Regionais** oferecidas, que variam de acordo com o país, no Brasil a Ashoka tem as seguintes parcerias: Parceria Ashoka-Avina – que é uma grande parceria – e Parceria Ashoka-Yázigi. E por último, a Ashoka divide outras parcerias como **Parcerias nacionais prioritárias**, tais como: Parceria Ashoka-TV Globo, Parceria Ashoka-Giovanni, Instituto Pro Bono e Aliança Capoava.⁵⁰⁴

A parceria **Ashoka-McKinsey** foi estabelecida no Brasil em 1996, resultando na criação do Centro de Competência para Empreendedores Sociais, tendo como escopo “[...] *adaptar e transferir conhecimentos e ferramentas do setor privado para o setor social*”⁵⁰⁵, por intermédio da disponibilização dos profissionais da *McKinsey&Company* que auxiliam os empreendedores sociais na “[...] *definição de estratégias de comunicação, do acesso a conhecimentos, metodologias, treinamento e consultorias elaboradas pela McKinsey, até a capacitação no desenvolvimento de Planos de Negócios*.”⁵⁰⁶

Como já adiantado, o envolvimento dos profissionais da *McKinsey* com os *fellows* da Ashoka contribuem diretamente para o desenvolvimento profissional e pessoal destes. Deriva, também, dessa parceria um concurso nacional de planos de negócio, o Prêmio Empreendedor Social Ashoka-McKinsey, que em 2006, teve seu lançamento simultâneo na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e

⁵⁰³ ASHOKA. *Parcerias estratégicas e parcerias regulares*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=par>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁵⁰⁴ Ibidem

⁵⁰⁵ Ibidem

⁵⁰⁶ Ibidem.

Venezuela.⁵⁰⁷ *Cujo “o objetivo do prêmio é apoiar os líderes no desenvolvimento de conceitos de negócios inovadores e capacitá-los a planejar e implementar profissionalmente suas atividades, aliando sustentabilidade, geração de receita e impacto social.”*⁵⁰⁸

A parceria **Ashoka-Hill&Knowlton** que é desenvolvida por mais de 10 escritórios da Ashoka, sendo um deles o Brasil, tem como basilar o escopo de difundir a Ashoka e o seu conceito do empreendedorismo social e transferir conhecimentos no campo da informação e da comunicação para seus *fellows* – setor este onde a Hill&Knowlton é líder na implementação de seus projetos.⁵⁰⁹ Sendo as principais atividades abrangidas no Brasil:

[...] a divulgação de eventos realizados pela Ashoka; a capacitação dos empreendedores em um programa específico de media training e o suporte e disseminação de conhecimentos em comunicação por intermédio de treinamentos e elaboração de materiais para a Ashoka global.⁵¹⁰

A parceria **Ashoka-Avina** como já falado, foi uma das principais parcerias que expandiu a Ashoka para América Latina devido à:

[...] proximidade de valores e princípios e a semelhança na forma de atuação-identificação e investimento em agentes de mudança – possibilitam um ambiente propício ao intercâmbio e à colaboração entre as duas organizações e as suas redes de líderes sociais.⁵¹¹

⁵⁰⁷ ASHOKA. *Parcerias estratégicas e parcerias regulares*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=par>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁵⁰⁸ Ibidem.

⁵⁰⁹ Ibidem.

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ Ibidem.

A parceria também promoveu a criação do Fundo Desafio no intuito de aproximar *fellows* da Ashoka e empreendedores de negócios, estimulando os empreendedores sociais a estabelecer pontes de colaboração e mobilização de recursos financeiros.⁵¹²

A parceria **Ashoka-TV Globo** iniciada em 2005, tem como missão a difusão do papel do empreendedorismo social. Tal difusão é feita por intermédio da apresentação de filmes, filmes institucionais e “plim plins” que exploram o conceito e as práticas dos empreendedores sociais, baseados na visão da organização.⁵¹³

A parceria **Ashoka-Giovanni FCB** iniciada também em 2005, “[...] baseia-se na troca de práticas, valores e conhecimentos entre as duas instituições.”⁵¹⁴ A primeira, compartilha seu conhecimento no setor social por intermédio de palestras, seminários, e assessoria para implementação de programas voltados sob viés sócio-ambiental e de responsabilidade social empresarial. Já a segunda, trabalha na comunicação da organização e de seus fellows.⁵¹⁵ “Como resultado, espera-se que a integração dos saberes possa impactar no posicionamento dos dois setores em questões ligadas à responsabilidade social corporativa e à comunicação em organizações da sociedade civil.”⁵¹⁶

A parceria com o **Instituto Pro Bono**, instituída desde 2001, tem como objetivo promover a advocacia solidária no Brasil. A partir desse escopo a Ashoka criou a Advocacia para Empreendedores Sociais.⁵¹⁷ “Por intermédio desta parceria, a Ashoka pretende transformar e intensificar a cultura do trabalho Pro Bono no país como ferramenta importante no suporte das organizações sociais, e assim contribuir para a transformação social.”⁵¹⁸

⁵¹² ASHOKA. *Parcerias estratégicas e parcerias regulares*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=par>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁵¹³ Ibidem.

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ Ibidem.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ Ibidem.

A parceria com a **Aliança Capoava** que ânsia a expansão da confiança e disseminação das parcerias intra-setores foi criada desde 2002, pelas instituições: Ashoka Empreendedores Sociais; Fundação Avina; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.⁵¹⁹ Tendo como missão:

[...] criar uma mística positiva e animadora pela construção e fortalecimento de parcerias e alianças entre lideranças e organizações da sociedade civil e do setor social, em busca de maior impacto em suas ações para o desenvolvimento sustentável.⁵²⁰

A parceria **Ashoka-Yázigi** iniciada em 2005, como já dito, é uma parceria regional que oferece um programa de bolsa de idiomas para empreendedores sociais apoiando-os no desenvolvimento de projetos e intercâmbios globais, possibilitando que o empreendedor social interaja com o mundo por intermédio da participação de redes, eventos, cursos e seminários. E o benefício aferido para o Yázigi é a própria interação dos empreendedores sociais com a empresa.⁵²¹

3.8 A Ashoka e o Futuro

Portanto, a Ashoka como percebemos é uma organização que possui várias iniciativas, campanhas, projetos e programas que expandem e fomentam sua visão e missão. Trataremos aqui, brevemente, acerca de uma área que a Ashoka tem priorizado nos últimos anos, o estímulo ao empreendedorismo juvenil. A Ashoka

⁵¹⁹ ASHOKA. *Parcerias estratégicas e parcerias regulares*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=par>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁵²⁰ Ibidem.

⁵²¹ Ibidem.

acredita que é necessário fomentar a iniciativa empreendedora nos jovens fazendo com que os mesmos percebam-se como reais agentes de mudança.

Investindo no jovem a Ashoka vislumbra sua própria evolução expandindo e progredindo, alcançando assim sua missão. Como Drayton alude, “[...] os jovens são muitas vezes aproveitados como única fonte de recursos humanos inicialmente disponíveis aos empreendedores sociais.”⁵²² Decorre daí, iniciativas da Ashoka que visam o contato do jovem com o empreendedor social no intuito dos jovens apreenderem a estimular seu perfil empreendedor, já que “[...] eles podem aprender um grande negócio a partir da experiência desses outros grupos.”⁵²³

3.8.1 Iniciativa Jovens Inovadores

Uma dessas iniciativas globais da Ashoka que promovem o empreendedorismo juvenil é a Iniciativa de Jovens Inovadores⁵²⁴ que incentiva e o apoio ao jovem como agente de mudança, sendo sua atuação norteada por sete princípios fundamentais – galgados por intermédio das experiências compreendidas pelos empreendedores sociais da Ashoka⁵²⁵ –, são eles:

1. Jovens devem ter oportunidades e apoio para demonstrar seu grande potencial de autonomia e responsabilidade individual e coletiva;
2. Processos de aprendizagem de jovens devem ser contextualizados e interligados com suas realidades individuais e com seu entorno de atuação;
3. Processos e espaços de aprendizagem devem ser abertos e democráticos, incluindo atores de outras organizações, como de fora da escola;
4. Promover vínculos entre jovens e adultos para provocar trocas de experiências baseadas na complementaridade de perspectivas e valores;
5. A diversidade é uma grande

⁵²² DRAYTON, Bill. Everyone a changemaker: social entrepreneurship's ultimate Goal. *Inovations*, v. 1, n. 1, p. 8, mar. 2006.

⁵²³ Ibidem, p. 9.

⁵²⁴ Globais por estar presente em vários países, tais como: Brasil, Estados Unidos, Índia, Tailândia, África do Sul, Argentina e México.

⁵²⁵ ASHOKA. Os sete princípios. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=iji>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

riqueza nos processos de aprendizagem e requer vínculos entre jovens de contextos e realidades diferentes; 6. Processos e espaços de aprendizagem devem incentivar uma "ética de empatia" que promova a solidariedade entre os jovens; e 7. Quem educa jovens deve estar em permanente formação.⁵²⁶

A Iniciativa de Jovens Inovadores sustenta e amplia o empreendedorismo social juvenil por intermédio da fomentação de projetos de temáticas específicas. Entre seus vários projetos podemos destacar alguns como: **Projeto Estrelas-do-Mar** que objetiva edificar o protagonismo juvenil na comunidade de pescadores da Praia do Pântano do Sul, em Florianópolis, Santa Catarina; **Metodologia de Empoderamento Social** que objetiva criar uma metodologia de empoderamento social juvenil promovendo dispersão da mesma, por intermédio de grupos de jovens; **Movimento de Adolescentes do Brasil Contra o Racismo** que tem como objetivo solidificar a representação política de jovens em ações públicas de promoção da igualdade racial, étnica e de gênero; **Educação em Direito** onde objetiva-se a disseminação dos conhecimentos do Direito aos jovens; **Publicação** que objetiva dar visibilidade ao protagonismo juvenil, por intermédio do livro "Jovens Transformações"; e **Geração MudaMundo (GMM)**.⁵²⁷

Devemos salientar aqui que a GMM é considerada:

[...] o principal foco da área de juventude da Ashoka no mundo. O programa incentiva e apóia jovens agentes de 14 a 24 anos a criar e gerenciar projetos sociais que beneficiem suas comunidades, contribuindo assim para a cultura global de jovens como agentes de transformação. O GMM estimula jovens a se conectarem a uma rede global de jovens agentes de transformação que contempla a diversidade a partir de seus sonhos e anseios de transformação.⁵²⁸

Em tais projetos, os jovens junto a uma equipe de empreendedores sociais da Ashoka somam experiências por intermédio do trabalho conjunto, sendo estimulados

⁵²⁶ ASHOKA. Os sete princípios. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=iji>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ ASHOKA. *Relatório 2007*. São Paulo: Record, 2007. p. 36.

pela Ashoka quem em parceria com o Banco JP Morgan desenvolveu o 1º Fundo Desafio da Iniciativa de Jovens Inovadores da Ashoka, desde 2005.⁵²⁹

3.9 A Importância da Ashoka para o Empreendedorismo Social

O papel basilar da Ashoka na fomentação do empreendedorismo social no âmbito internacional é assegurado pelo fato da mesma ser uma organização inovadora e líder no seu setor, tendo construído práticas essenciais e peculiares para ramificação e expansão do empreendedorismo social e da organização como um todo. Essa conquista foi possível devido os distintivos agregados da organização decorrente de um atendimento e cuidado singular para com os indivíduos trabalhados e impactados pela organização.

Tais distintivos de sucesso podem ser observados como decorrentes de quatro práticas, aludidas por Bornestein, que necessitam de aprofundamento e análise em cada caso, onde se seguidas efetivamente podem diferenciar a organização promovendo-a em consequência da sua qualidade de serviço, como uma organização inovadora e líder dentro do seu respectivo setor.⁵³⁰ Observamos, por último, que toda a instituição da Ashoka, do seu projeto e da sua transformação social conquistada, se inicia a partir de uma idéia e da decisão de agir impulsionada por um indivíduo visionário, ou seja, pelo próprio empreendedor social – que no caso da Ashoka consideramos seu fundador, o americano Bill Drayton.

Portanto, segundo Bornestein, temos as seguintes práticas distintivas da Ashoka, a primeira delas levantada pela organização foi o **institucionalizar o ouvir**. Como no mercado econômico, no mercado social faz-se de extrema importância que as

⁵²⁹ ASHOKA. *Os sete princípios*. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=iji>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

⁵³⁰ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

organizações ouçam os indivíduos atendidos por essas, considerando que as decisões importantes adotadas pela organização afetam diretamente seu público-alvo, sendo necessário que as mesmas sempre sejam benéficas aos indivíduos impactados melhorando de maneira potencial suas oportunidades. Outro fato importante é que quando se começa a ouvir os indivíduos atendidos podem surgir problemas ou soluções impensados anteriormente pela organização.⁵³¹

Os indivíduos são grandes fontes de idéias e práticas, melhorando exponencialmente o impacto do projeto inicial pensando pelo empreendedor social. Exemplo disso foi o que aconteceu com Drayton na construção da Ashoka, a ONGI foi construída paulatinamente sempre levando em consideração outras perspectivas exteriores, na tentativa de adaptar a organização para que a mesma efetivamente respondesse ao seu público externo.

A segunda prática fundamental instituída pela Ashoka foi **prestar atenção ao excepcional**. Ou seja, a organização esteve sempre atenta as inovações que surgem por intermédio das idéias, fatos e acontecimentos inesperados. Tudo criado e especulado tem a oportunidade de se tornar alguma visão inovadora, só necessita ser melhor pensado e disciplinado, ou seja, só necessita ungir da característica sistemática fornecida pelo legítimo empreendedor. Normalmente, os empreendedores sociais no início da criação de seus projetos sociais têm suas idéias de impacto social desacreditadas pela maioria. Isso acontece justamente porque provém de um campo tão inusitado que não toca a mente geral. Entretanto, como esses empreendedores são visionários, eles percebem e arriscam-se nessas idéias improváveis construindo e implementando, assim, sua ótica diferenciada.⁵³²

Na verdade, podemos dizer, portanto, que Bill Drayton é um verdadeiro empreendedor social construindo uma organização que sempre teve como objetivo sistematizar a prática do fenômeno globalmente, de maneira a atingir o maior número de indivíduos possíveis direta ou indiretamente.

⁵³¹ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁵³² Ibidem.

A terceira prática é **criar soluções reais para pessoas reais**. Um tema central ao empreendedor social é a questão do pragmatismo. Todas as suas idéias possuem e devem possuir uma ótica muito realista acerca do sistema e do pólo de impacto determinado. O empreendedor social não construirá nunca um projeto social inalcançável e utópico, pelo contrário, a maioria de seus projetos são derivados da constatação de um problema em determinada realidade ou algo que poderia ser feito, analisando-o e encontrando uma solução factual e concreta para sua mudança. Muitas vezes a solução é simples e facilmente alcançável, mas não é desempenhada por nunca ter sido despertada e tomada aos cuidados devidos.⁵³³

Portanto, deve-se estar atento ao pragmatismo e ao conhecimento do ambiente externo que o indivíduo está inserido, já que os mesmos são de fundamental importância para a construção de qualquer projeto. Como o próprio Drayton alude, *“nunca perdi uma noite de sono, sempre soube que ia resolver os problemas. Quando eu comecei a Ashoka, nunca me ocorreu que não poderia dar certo.”*⁵³⁴

A quarta e última prática fez da Ashoka uma organização sem precedentes é caracterizada pelo **foco em qualidades humanas**.⁵³⁵ *“As organizações cujo sucesso se baseia em interação humana de alta qualidade, geralmente prestam atenção em qualidades sutis durante o recrutamento, contratação e administração do pessoal.”*⁵³⁶ Na verdade essa característica que o empreendedor social tem de vislumbrar indivíduos como ser humano – e não sob um viés utilitarista, enxergando-os como mão de obra qualificada ou desqualificada ou como simples peças que compõem um sistema – é o que diferencia os trabalhadores do setor social da maioria dos trabalhadores do setor econômico.

As instituições devem, portanto, prestar muita atenção na natureza dos membros que a compõem para efetivamente fazer a diferença e causar o impacto proposto. Na

⁵³³ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁵³⁴ DRAYTON, Bill. In: GONÇALVES, Isabelli et al. *Todo mundo pode mudar o mundo. Viração: mudança atitude e ousadia jovem*, ano 6, n. 43, p. 12, grifo nosso, jun.\jul. 2008.

⁵³⁵ BORNSTEIN, op. cit.

⁵³⁶ Ibidem, p. 262.

realidade, os indivíduos que permeiam esses projetos sociais estão em sua grande maioria veiculados ao ideal do projeto, veiculados a crença de que podem fazer e ser efetivamente a diferença que se quer ver na sociedade. Como consequência, daí surge a expansão e sucesso que comumente são perseguidos em todos os setores, mas é encontrado apenas por poucas organizações.

Para a Ashoka essa última característica sempre foi essencial investir no potencial humano. Como a organização é formada por pessoas que querem por sua vez atingir e impactar outras pessoas, nada mais importante do que a satisfação e contentamento das mesmas. A Ashoka teve sua equipe inicialmente formada, como mostrado, por colegas e amigos que se identificavam com o tema do empreendedorismo social tendo, posteriormente, sua expansão propiciada por pessoas que acreditavam na organização e atualmente preza pela qualidade e bem estar da sua equipe – *fellows* e funcionários. Encarando, deste modo, seus componentes como verdadeiros e principais agentes na implementação da missão e visão da organização, ou melhor, verdadeiros agentes de mudança social.

Vale expormos aqui, por fim, uma outra prática concebida pela Ashoka que compreende seu caráter inovador. A aproximação, integração e correlação entre setores vislumbrada por Drayton que argumenta:

[...] empreendedores desrespeitam fronteiras [...]. Para cada necessidade humana você tem um sistema empresarial servindo aquela necessidade e um sistema social servindo aquela necessidade, e durante séculos eles não se comunicavam – isso mudou.⁵³⁷

⁵³⁷ DRAYTON, Bill. In: MURRAY, Sarah. Investments in people. *Financial Times*, 7 Jun. 2008.

CONCLUSÃO

Observamos, portanto, no presente trabalho a existência de uma nova ótica de compreensão da realidade internacional além daquela que percebe o Estado como entidade completa, independente e auto-suficiente que não detêm nenhuma noção de obrigação mútua para com outros Estados. Sobre o tradicional viés de anarquia generalizada percebemos a existência de outro soslaio enviesado pelo estímulo do caráter impulsionador e inovador das organizações não-estatais no cenário mundial – principalmente das organizações de natureza filantrópica. A partir desse novo cenário vislumbrado começamos a perceber a presença de outros autores no cenário internacional que começam a aperfeiçoarem-se criando novas formas de progredir e desenvolver-se dentro desse sistema, no intuito de gerar mudanças e transformações que contribuam, na maioria das vezes, para o bem estar coletivo.

Nesse sentido, tais organizações construtoras de um cenário internacional mais integrado percebem o bem comunitário à frente dos demais interesses alterando seu viés de atuação vislumbrando-o, portanto, mais como fonte de geração de estímulos ocasionados pela implementação e estruturação de inovações benéficas à sociedade, do que sob outro enfoque, mais tradicional – que geralmente é revestido na conquista de outras importâncias que não sociais – onde o objetivo é usurpar espaço e se fortalecer devido ao medo de uma posterior ameaça.

Adentrando na soberania estatal observamos como função operacional primária do Estado a improvisação e sanamento das necessidades sociais existentes por meio do financiamentos dos serviços públicos. Porém, no presente trabalho percebeu-se que:

Em um tempo de mudanças aceleradas as ONGs são mais rápidas que os governos nas resposta as novas necessidades e oportunidades, e são melhores

com o governo ao lidarem com problemas que crescem lentamente e afetam a sociedade através de seu efetivo cumulativo sobre os indivíduos.⁵³⁸

Ao analisarmos pragmaticamente o cenário internacional observamos um grande espaço entre o papel que o governo almejaria empenhar, apoiando eficazmente o setor social e as práticas sociais, frente ao papel governamental real onde o governo opera muitas vezes com certa ineficiência. Segundo Bornestein, essa deficiente atuação governamental no setor social é ainda muitas vezes agravada nos países em desenvolvimento que detêm muitos outros tópicos e falhas a serem sanadas pelo governo em seu sistema.⁵³⁹ Vislumbra-se com isso que o governo moderno instaurado desde o século XVI, atualmente, necessita de mudanças e caracterizando-se como fenômeno basilar provedor de mudanças sistêmicas o empreendedorismo social surge nesse cenário carente como determinante direto dessa transformação.

Na prática, observa-se que o empreendedorismo social pode ser efetivamente um solucionador dessa ineficiência governamental ao ser alocado como um mecanismo inclusor e aprimorador dos setores econômico e social. Mas além de um veículo de interação – cuja tendência integratória só tende a elevar-se – o empreendedorismo social pode ser percebido como um mecanismo real de requisição social efetiva e direta, onde por intermédio do intercâmbio de idéias e interesses há possibilidades de cobrança da sociedade frente ao Estado.

Observamos aqui, também, que o caráter empreendedor dos indivíduos é uma característica humana sendo muitas vezes encarado sob uma ótica errônea como sendo “[...] *“flashes de gênios”, e não como uma sistemática, organizada e rigorosa disciplina.*”⁵⁴⁰ Concluímos, portanto, que o fenômeno do empreendedorismo social pode

⁵³⁸ MATHEWS apud BORNESTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 25.

⁵³⁹ Ibidem.

⁵⁴⁰ GENDRON, George. Flash of genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

sim ser elevado e ampliado afim de beneficiar o maior número de pessoas possíveis, promovendo dessa forma grandes propulsores do setor social.

A Ashoka como vimos é uma ONGI ativa no fortalecimento do setor social ao redor do mundo detendo uma importância peculiar no cenário internacional como organização fomentadora da integração e pacifismo global. Entretanto, nota-se que na medida em que as ONG e ONGI vem aumentando e abrangendo sua força, impacto e alcance surgem proporcionalmente oposições de interesses. Nesse ínterim percebemos que *“existem claro, muitas organizações ineficazes, perdulárias e corruptas no setor cidadão. Contudo devido a um novo surto de atividade, as organizações cidadãos estão sendo cada vez mais pressionadas a demonstrar a sua eficiência.”*⁵⁴¹

A Ashoka que visa a promoção do fenômeno do empreendedorismo social e o empoderamento do terceiro setor, vislumbra, portanto, o reconhecimento e a validação da sociedade civil na comunidade internacional. Que só terá seu alcance ampliado sendo considerado, portanto, mais efetivo, por intermédio de mecanismos e instrumentos mais concretos condizentes com as reais ações efetivadas, tais como métodos de mensurabilidade do concreto alcance da visão social e do impacto social do empreendedor social.

O presente trabalho teve a oportunidade de mostrar uma visão galgada na harmonia de interesses propulsados por dois atores internacionais – tanto a Ashoka como o empreendedor social. Observa-se, também, que tal fomentação do pacifismo pode ser provocada por intermédio da cooperação, da promoção do direito internacional, da propagação dos organismos não-estatais e da difusão dos valores democráticos pelo mundo.

Muitos podem alegar que tal cenário descrito é tipicamente idealista e não compreende o mundo como ele é na sua realidade. Porém, dispomos mão no presente estudo de diferentes teorias cujo fito é afirmar essa integração do cenário internacional e balizados pela teoria construtivista podemos perceber-nos como construtores e

⁵⁴¹ BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 21.

próprias construções do sistema onde “os processos de construção são permanentes e abrem espaço para contínua possibilidade de mudança.”⁵⁴²

Sendo assim, sugere-se observarmos melhor a construção que estamos edificando frente à sociedade já que somos o reflexo direto desse sistema fazendo-se necessário que percebamos a real reflexão da sociedade que queremos edificar. Onde para atingirmos um ideal devemos fazer uso de uma construção contínua daquilo que queremos vivenciar e ter propagando um modelo ideal no presente, para no futuro o experimentarmos-lo em realidade.

Sobre esse contexto de mudança paradigmática podemos citar uma alusão de Drayton que afirma seu objetivo de transposição social alegando que:

O que queremos fazer é mudar o mundo; e se conseguirmos fazer com que 10.000 pessoas, em 10.000 comunidades, assumam essa idéia e a apliquem – mesmo que nada disso passe pela nossa organização –, então tivemos sucesso.⁵⁴³

Podemos destacar, portanto, como ponto primordial desse trabalho a confirmação da relevância do trabalho da Ashoka na construção da fomentação e sustentação do fenômeno do empreendedorismo social a nível internacional. Confirmação essa que pode ser corroborada pela eficiência dos projetos, campanhas e programas oferecidos pela organização providos pelo financiamento de seus parceiros e apoiadores, auxiliando na consultoria, capacitação e divulgação do fenômeno do empreendedorismo social.

Constatamos também por intermédio da pesquisa apresentada, que os *fellows* da Ashoka são realmente estimuladores de mudanças no sistema internacional mostrando-os como provedores de concreto impacto social, se considerarmos que em

⁵⁴² NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 167.

⁵⁴³ DRAYTON, Bill. In: MURRAY, Sarah. Investments in people. *Financial Times*, 7 Jun. 2008.

sua maioria os *fellows* tem suas visões sociais iniciais solidificadas e expandidas – sendo vistos como modelos sociais tendo suas resoluções copiadas e reaplicadas –, suas influências políticas alargadas e suas instituições e organizações aferidas como líderes do setor social.

Concluimos, portanto, após análise do presente estudo que a Ashoka é uma ONGI relevante no cenário internacional considerando que a mesma é realmente eficaz no seu trabalho de desenvolvimento e promoção do empreendedorismo social a âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

Ambiente Brasil. *ONG's e OSCIP's: terceiro setor*. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/terceirosetor.html>>. Acesso em: 17 out. 2008.

ASHOKA. *Os sete princípios*. São Paulo, [2008?a]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=iji>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Como a Ashoka investe nos empreendedores sociais*. São Paulo, [2008?b]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=com#fundo2>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

ASHOKA. *Conheça: Ashoka 25 anos*. São Paulo, [2008?c]. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:guO5ujqlabkJ:www.ashoka.org.br/hotsite/site.htm+objetivo+comum:+viver+em+um+mundo+onde+as+diferen%C3%A7as+sejam+respeitadas&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

ASHOKA. *Detalhamento do processo de seleção*. São Paulo, [2008?d]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=>>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Empreendedorismo de grupo*. São Paulo, [2008?e]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=ceg>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Equipe Ashoka Brasil-Paraguai*. São Paulo, [2008?f]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=equ>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

ASHOKA. *Iniciativa cidadania econômica para todos (CEPT)*. São Paulo, [2008?g]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=fec>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Missão e Visão Estratégica*. São Paulo, [2008?h]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=mvp>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *O que é o empreendedor social da Ashoka*. São Paulo, [2008?i]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=qee>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

ASHOKA. *Os três pilares de atuação da Ashoka*. São Paulo, [2008?j]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=atv>>. Acesso em: 30 jun. de 2008

ASHOKA. *Parcerias estratégicas e parcerias regulares*. São Paulo, [2008?l]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=par>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Pontes entre o setor privado e social*. São Paulo, [2008?m]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=ods>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Processo de seleção*. São Paulo, [2008?n]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=cscfec>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Quem é o Empreendedor Social da Ashoka*. São Paulo, [2008?o]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=qee>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Relatório 2007*. São Paulo: Record, 2007

ASHOKA. São Paulo, [2008?p]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/index.php>>. Acesso em: 20 de mar. de 2008.

ASHOKA. *Tipos de empreendedores sociais da Ashoka*. São Paulo, [2008?q]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=rdp>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

ASHOKA. *Todo mundo pode mudar o mundo*. São Paulo, [2008?r]. Disponível em: <<http://www.todomundopodemudaramundo.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. de 2008.

ASHOKA. Virgínia, [2008?s]. Disponível em: <<http://www.ashoka.org/country/US>>. Acesso em: 17 de ago. de 2008.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BULL, Heddley. *A sociedade anárquica*. Tradução por Sérgio Bath. Brasília: UNB: IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. Epígrafe. In: OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Tradução por Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Universidade de Brasília; IPRI; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASTRO, Marcos de Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHOMSKY, Noam. *A minoria próspera e a multidão inquieta*. Tradução por Mary Grace Fighiera Perpétuo. 2. ed. Brasília: UNB, 1997.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.

CRUZ JÚNIOR, João Benjamim et al. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. *Revista da Ciência e Administração*, v. 8, n. 15, jan.\jun. 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_educacao_emprededora_cad.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2008.

DESS, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurship”. *First Nations Technology Council*, 31 Oct. 1998, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entreneurship.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. de 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Transformando idéias em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRAYTON, Bill. Everyone a changemaker: social entrepreneurship’s ultimate goal. *Inovations*, v. 1, n. 1, mar. 2006.

DRAYTON, Bill. In: GONÇALVES, Isabelli et al. Todo mundo pode mudar o mundo. *Viração: mudança atitude e ousadia jovem*, ano 6, n. 43, jun.\jul. 2008a.

DRAYTON, Bill. In: MURRAY, Sarah. Investments in people. *Financial Times*, 7 Jun. 2008b.

DRUCKER, Peter. In: GENDRON, George. Flash of Genius: A noted thinker on 20th-century business organization warns about entrepreneurial complacency and delusions. *INC. Magazine: The daily resource for entrepreneur*, New York, May. 1996. Disponível em: <<http://www.inc.com/magazine/19960515/2083.html>>. Acesso em: 14 de mar. de 2008.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

EMPREENDEDORES SOCIAIS ASHOKA; MCKINSEY & COMPANY. *Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

GERTH; MILLS; WRIGHT (Orgs.). *Max Weber. ensaios de sociologia*. Tradução por Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução por Paulo Meneses. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBBS, Thomas. *Diálogo entre um filósofo e um jurista*. Tradução por Maria Cristina Guimarães Cupertino. 2. ed. São Paulo: Landy, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução por Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2000.

JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais: inspirações sociológicas e contribuições da abordagem do construtivismo*. Brasília. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

MARTINS, Júlio César Lopes. Durkheim: biografia. *Shvoong*, jan. 2008. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1756633-durkheim-biografia/>>. Acesso em: 19 out. 2008.

MAURÍCIO, Tiago Alexandre Fernandes. Discussão dos catorze pontos de Wilson. *Nostrum Tempus*, mai. 2007. Disponível em: <<http://www.nostrumtempus.com/2007/05/president-wilsons-fourteen-points.html>>. Acesso em: 6 de out. de 2008

MILL, J. S. *Capítulos sobre o socialismo*. Tradução por Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução por Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MUSEU DA PESSOA. São Paulo, [2008?]. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/>>. Acesso em: 10 jul. de 2008.

NATION MASTER ENCICLOPEDIA. *Social Entrepreneurship*. Sydney, [2008?]. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/encyclopedia/Social-entrepreneurship#_note-0>. Acesso em: 20 out. 2008.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: a atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Revista FAE*, Curitiba, v. 7, n. 2, jul.\dez. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta da ONU*. Brasília, [2008?]. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 23 set. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Relatório sobre o mundo do trabalho 2008*. Brasília, out. 2008. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/relatorio_mundo_trab.php>. Acesso em: 17 out. 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIRES, Jorge Luiz Vargas P. de Barros. *Panorama sobre a filosofia de Charles Sanders Peirce*. [2008?]. Disponível em:

<<http://www.unopar.br/portugues/revfonte/artigos/3charles/3charles.html>>. Acesso em: 6 de out. de 2008.

PIRES, Samuel. As três tradições da Escola Inglesa de Relações Internacionais. *Nostrum Symposium*, Brasília, set. 2007. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:Z8zhL09zYnAJ:nostrumsymposium.blogspot.com/2007/10/samuel-pires-as-trs-tradies-da-escola.html+escola+inglesa+Bull&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=10&gl=br>>. Acesso em: 19 out. 2008.

POPPER; ECCLES. *O eu e seu cérebro*. Tradução por Sílvia Meneses Garcia, Helena Cristina Fontenelle Arantes e Aurélio Osmar Cardoso de Oliveira. 2. ed. Campinas: Papirus; Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

RIDRUEJO, José Antonio Pastor. *Curso de Derecho Internacional Publico y Organizaciones Internacionales*. 6. ed. Madrid: Tecnos, 1996.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

ROSSETTI, Fernando. Crescimento do terceiro setor é tema de palestra. *ORBIS*: indicadores de sustentabilidade, Curitiba, 26 out. 2006. Disponível em: <http://orbis.org.br/noticias/noticia_mostra.php?id=49>. Acesso em: 17 out. 2008.

SAMUELSON, Paul A. *Schumpeter como professor y teórico de la economia*. Barcelona: Ediciones de Occidente, 1965.

SEBRAE MINAS GERAIS. *Oscip, o que é?* Minas Gerais, [2008?]. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: 16 de out. 2008.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2003.

TAPINOS. Georges. In: SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. Tradução por Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

THE rise of the social entrepreneur: whatever he may be. *The Economist*. The business of giving: a survey of wealth and philanthropy, New York, 25 Feb. 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Tradução por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

YUNUS, Muhammad. [Muhammad Yunus]. In: FÓRUM INTERNACIONAL DA COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 1, 2008. Comunicação pessoal. Brasília: Atitude Brasil, 2008a.

YUNUS, Muhammad. In: MELLO, Hélio Campos. Uma solução para a falta de alimentos. *Brasileiros*, n. 11, jun. 2008b.

ANEXO A – Cadastro Nacional da Ashoka como OSCIP

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - Impressão

Page 1 of 1



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.865.089/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/08/2003
NOME EMPRESARIAL ASHOKA BRASIL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS.			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 305-0 - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)			
LOGRADOURO R ALVES GUIMARAES	NÚMERO 715	COMPLEMENTO	
CEP 05.410-001	BAIRRO/DISTRITO PINHEIROS	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/08/2003
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **12/10/2008** às **18:39:50** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 12/10/2008

<http://www.receita.fazenda.gov.br/prepararImpressao/ImprimePagina.asp>

12/10/2008